

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Relações Internacionais

Fernanda Cristina Ribeiro Rodrigues

**CAPITALISMO NEOLIBERAL: CONTINUIDADES, DESCONTINUIDADES OU  
TRANSFORMAÇÕES? UMA ANÁLISE DO CASO CHINÊS**

Belo Horizonte

2019

Fernanda Cristina Ribeiro Rodrigues

**CAPITALISMO NEOLIBERAL: CONTINUIDADES, DESCONTINUIDADES OU  
TRANSFORMAÇÕES? UMA ANÁLISE DO CASO CHINÊS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo César Souza Ramos

Coorientador: Prof. Dr. Fernando Neves da Costa Maia

Área de concentração: Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R696c Rodrigues, Fernanda Cristina Ribeiro  
Capitalismo neoliberal: continuidades, descontinuidades ou transformações? uma análise do caso chinês / Fernanda Cristina Ribeiro Rodrigues. Belo Horizonte, 2019.  
140 f.: il.

Orientador: Leonardo César Souza Ramos  
Coorientador: Fernando Neves da Costa Maia

Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

1. Koselleck, Reinhart, 1923-. 2. Sartori, Giovanni, 1924-2017. 3. China - Política econômica. 4. China - História. 5. Neoliberalismo. 6. Capitalismo. 7. Socialismo. I. Ramos, Leonardo César Souza. II. Maia, Fernando Neves da Costa. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. IV. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 338.98(510)

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Fernanda Cristina Ribeiro Rodrigues

**CAPITALISMO NEOLIBERAL - CONTINUIDADES, DESCONTINUIDADES OU  
TRANSFORMAÇÕES? UMA ANÁLISE DO CASO CHINÊS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

---

Prof. Dr. Leonardo César Souza Ramos - PUC MINAS (Orientador)

---

Prof. Dr. Fernando Neves da Costa Maia - PUC RIO (Coorientador)

---

Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Teixeira -PUC MINAS (Banca Examinadora)

---

Prof. Dr. Pedro Henrique Neves de Carvalho - UNI-BH (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 27 de março de 2019.

## AGRADECIMENTOS

Nesses dois últimos anos tanta coisa mudou. Comecei o mestrado, me casei, conheci novas pessoas, enfrentei diversos desafios e tive surpresas boas e algumas, não tão boas assim.

Chegado ao final dessa etapa, tenho muito a agradecer. Agradecer a Deus que esteve presente em todos os momentos e me deu mais uma vez provas de que quando se tem fé, milagres acontecem e se materializam em nossas vidas. Ao meu amado Daniel, por acreditar em mim, por suportar minhas crises existenciais e, com amor, me ensinar que juntos podemos vencer todas as nossas dificuldades.

Aos meus pais e aos meus irmãos por estarem sempre perto, mesmo que longe, geograficamente. Amo vocês!

Aos presentes que o mestrado trouxe para minha vida e tenho a imensa felicidade de chamá-los de amigos: Alice, Charles e Rafa – obrigada por existirem, sem vocês tudo seria mais difícil.

Aos meus mestres!!! Léo, obrigada por despertar em mim a paixão pela Economia Política Internacional e por ser apoio em diversos momentos, os quais foram muito além da PUC; só posso expressar: gratidão. Ao Fernando, agradeço por ter aceitado ser meu coorientador em meio a um turbilhão de dúvidas e dilemas que passavam em minha cabeça e por me guiar com sabedoria e leveza por assuntos tão abstratos. Obrigada de coração por seus ensinamentos e por apostar em minhas ideias, você realmente constituiu um espaço de experiência inesquecível.

Aos meus queridos professores do mestrado. Ao Otávio agradeço a lição de vida que deixou e pelo legado de humildade e de serenidade. À Taiane pelas conversas e inúmeros conselhos. Ao Javier, ao Cristiano e à Matilde, o apoio quando da minha entrada no mestrado. Aos meus adorados alunos da UNA e orientandos da PUC, com os quais descobri e senti o encanto da docência.

Finalizo essa etapa com a certeza de que tudo que é feito com esforço é digno de graças. Mais uma vez, obrigada!

*“Sei tão pouco sobre esses temas... Irei lhes ouvir pois tenho certeza que vocês sabem bem mais do que eu”.* (Prof. Dr. Otávio Soares Dulci). Sobre ser humilde e ser humano.

*"Quaisquer dificuldades e obstáculos não podem nos impedir de progredir. Nossos objetivos devem ser alcançados e serão alcançados."* (Deng Xiaoping)

## RESUMO

Esta pesquisa pretende analisar as condutas político-econômicas empreendidas pela China pós Reformas, entre 1976 e 2015, a partir do ferramental construído por meio da teoria e da história dos conceitos, com base, principalmente, nas matrizes de Koselleck (2006) e de Sartori (1970). Nesse sentido, o marco teórico que norteia este estudo apresenta um frutífero debate entre os mais respaldados expoentes dessa corrente, perpassa o objeto da pesquisa – neoliberalismo – desde sua origem até suas denominações mais recentes, até a recepção desse conceito, *a priori*, universal em um espaço de experiência longínquo caracterizado como a China. A metodologia é ancorada no instrumental desenvolvido especificamente para este estudo, tendo apoio fundamental na pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e explicativa, e ainda na análise de conteúdo realizada, ao explanar os Planos Quinquenais referentes ao recorte temporal proposto, embasando-se também em pesquisas bibliográfica e documental. A partir da análise e da evolução dos Planos no tempo e da sua consecução via planejamento, desdobrado nos Planos em si e de seus efeitos, por meio de atos de fala – linguagem – e formalizados por esses documentos oficiais, foi possível verificar e ir mais além, ao compreender que as políticas resultantes como definidas por um conceito incipiente singularizaram o espaço de experiência em questão. Ao final, foi possível concluir que a inovação conceitual foi implementada de forma pragmática pelo Estado, via PCCh (Partido Comunista Chinês), com vistas a possibilitar a emergência de uma relação entre Estado e mercado, desconhecida pelo Ocidente, que os veem como antagonistas, estabelecendo, pois, uma díade amistosa: a economia socialista de mercado que perpetua a legitimidade do PCCh enquanto definidor de conceitos e promotor de suas respectivas *policies*. Por outro lado, também se pode concluir que, como alega a teoria e a história dos conceitos, não se pode afirmar se esse conceito é transitório ou se realmente será definidor de um novo léxico duradouro na EPI contemporânea.

Palavras-chave: Teoria e história de conceitos. EPI. Neoliberalismo. China. Inovação conceitual. Economia socialista de mercado.

## ABSTRACT

This research intends to analyze the political and economic conduct undertaken by China post reforms between 1976 and 2015, based on the toolkit built through theory and history of concepts, based mainly on the matrices of Koselleck (2006) and Sartori (1970). In this sense, the theoretical framework that guides this study presents a fruitful debate among the most backed exponents of this current, goes through the object of research - neoliberalism - from its origin to its most recent denominations, until the reception of this concept, a priori, universal in a far-away experience space characterized as China. The methodology is anchored in the instruments developed specifically for this study, having fundamental support in qualitative research, of an exploratory and explanatory nature, and in the content analysis performed, when explaining the Five Year Plans referring to the proposed temporal cut, also based on research bibliographical and documentary. From the analysis and evolution of the Plans in time and their achievement through planning, unfolded in the Plans themselves and their effects, through speech - language acts - and formalized by these official documents, it was possible to verify and go more in addition, to understand that the resulting policies as defined by an incipient concept singled out the space of experience in question. In the end, it was possible to conclude that the conceptual innovation was implemented in a pragmatic way by the State through the Chinese Communist Party (CPC), with a view to enabling the emergence of a relationship between the State and the market unknown to the West, which see them as antagonists, thus establishing a friendly dyad: the socialist market economy that perpetuates the CCP's legitimacy as a definer of concepts and promoter of their respective policies. On the other hand, it can also be concluded that, as the theory and history of concepts argues, it is not possible to say whether this concept is transient or whether it will actually define a new lexicon in contemporary EPI

Keywords: Theory and history of concepts. IPE. Neoliberalism. China. Conceptual innovation. Socialist market economy.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Liberalismo Clássico: França x Inglaterra .....	70
Quadro 2 - A abertura em fatos .....	91
Quadro 3 - Principais eventos pós 1978 .....	110
Quadro 4 - Programas de desenvolvimento tecnológico .....	124

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição da pauta de exportações chinesas, por categorias de produtos primários e de manufaturados, entre 1991 e 2008, em porcentagem .....	124
---	-----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de capital fixo investido pelo Estado (1952 - 1957).....	89
Tabela 2 - Evolução de índices no tempo.....	94
Tabela 3 - Principais indicadores de desenvolvimento econômico e social durante o 12º período do plano quinquenal .....	108
Tabela 4 - Participação das empresas na China.....	118
Tabela 5 - China e macroeconomia .....	118
Tabela 6 - Agregados macroeconômicos no tempo.....	120
Tabela 7 - Estoque de investimentos <i>inward</i> por economias emergentes e desenvolvidas em milhões de dólares .....	123
Tabela 8 - Estoque de investimentos <i>outward</i> por economias emergentes e desenvolvidas em milhões de dólares .....	123

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM	Banco Mundial
BRICS	Coalização formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
COMEX	Comércio Exterior
EPI	Economia Política Internacional
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G20	Grupo dos 20
IED's	Investimento Externo Direto
KMT	Kuomitang
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCCh	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
RI's	Relações Internacionais
RMB	Renminbi
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
ZEE'S	Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>2 ANÁLISE DE CONCEITOS: BREVES INSIGHTS .....</b>	<b>29</b>
2.1 Abordagem histórica: o conceito, o contexto e o tempo .....	35
2.2 Abordagem científica: a materialização no tempo e no espaço.....	37
2.3 Estruturando e teorizando conceitos .....	44
2.4 O objeto à luz da matriz dupla: Koselleck/Sartori.....	48
<b>3 DOS ANTIGOS AOS NOVOS LIBERALISMOS .....</b>	<b>65</b>
3.1 O conceito no tempo histórico .....	65
3.2 Liberalismo Clássico .....	67
3.3 Liberalismo Conservador .....	71
3.4 Novos Liberalismos: Do Neoliberalismo ao Neoliberalismo <i>Variegated</i> .....	72
<b>4 AS REFORMAS NA CHINA: A RUPTURA DO VELHO CONCEITO E A ASCENSÃO DO NOVO .....</b>	<b>81</b>
4.1 Antecedentes Históricos .....	81
4.2 Arquitetando a reemergência .....	87
4.3 A China pós reformas de 1970: planejamento, inserção e pragmatismo na ordem neoliberal .....	95
<b>5 O CONCEITO – CONTINUIDADES, DESCONTINUIDADES OU TRANSFORMAÇÕES? .....</b>	<b>101</b>
5.1 Os Planos Quinquenais: diretrizes conceituais para as políticas .....	101
5.2 A emergência do termo economia socialista de mercado: algumas considerações...	109
5.3 A materialização em políticas .....	111
5.3.1 <i>Going global: a estratégia via política industrial</i> .....	120
5.4 O espaço de experiência – China: uma inovação conceitual .....	125
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>135</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Poucos acontecimentos nos anos recentes despertaram a atenção de estudiosos da Economia Política Internacional (EPI) como a ascensão da China. Segundo Li (2008) o aumento dramático da China como um poder econômico global é um dos desenvolvimentos mais importantes na atual conjuntura da história mundial. Embora seja um tema relativamente novo, muitos estudiosos o veem com curiosidade por se tratar de caminhos até então pouco conhecidos; logo, a entrada da China na ordem econômica global, que é capitalista neoliberal, instiga questionamentos de natureza diversa. Conforme Overbeek (2016) a ordem capitalista possui tendência globalizante do capital desde o seu nascimento e praticamente todas as partes do planeta foram integradas nesta ordem até o fim do século XIX. “A globalização, no entanto, não significa uniformidade: a ordem capitalista é caracterizada pela dialética do desenvolvimento combinado e desigual” (OVERBEEK, 2016, p.310, tradução nossa).<sup>1</sup> Com base no exposto, ressalta-se que desenvolvimentos nacionais podem significar coisas diferentes em momentos diferentes no tempo, sendo imprescindível analisar a China a partir dessa ótica. Ao se mencionar a emergência de significados diversos em locais diferentes, nada mais coerente do que analisar por meio da teoria da história dos conceitos como o *locus* simbolizado, conforme Koselleck (2006), como o espaço de experiência, repercute na conformação de sentidos através de sua recepção. Tal configuração de significado, ultrapassa a simples linguística tal como assevera Skinner (1969), abarcando seus desdobramentos, os quais são representados por seus efeitos que representam o espaço de experiência repercutido em *policies* as quais coordenam as esferas constituintes da EPI.

A tentativa de empreender esforços interpretativos concernentes à correlação de elementos diversos, que vão além do puramente econômico, tem ganhado espaço nas dinâmicas referentes à gênese global. Tal asseveração, permite compreender os conceitos integrantes da temática a qual pretende analisar a presente dissertação. Análises que ultrapassam o positivismo clássico e aparatos estritamente econômicos são crescentes como busca de aferições de percepções mais completas acerca do que ocorre nas práxis internacionais. Recorrências a teorias *mainstream* das RIs cujos arcabouços analíticos se respaldam no Estado ora como estrutura, ora como unidade ou ainda como sistemas mais densos não permitem arguir minúcias que somente a abstração é capaz de fornecer. Abstração essa que abrange a complexidade de compreender conceitos, proposição que será atendida via

---

<sup>1</sup> Globalization, however, does not mean uniformity: the capitalist order is characterized by the dialectic of combined and unequal development.

estudos de Koselleck (2006), ancorada nos aspectos linguísticos de Skinner (1969) e que será respaldada no tocante à tangibilidade ao se estudar a formação dos conceitos segundo Sartori (1970). Por meio de tal estudo, assevera-se a falha de que, comumente, elementos são acomodados de forma reducionista impossibilitando proposições mais qualitativas, ou seja, sem lhes conferir a propriedade concernente ao espaço de experiência que lhes é único, considerando as recepções como padronizadas, o que se traduz em divagações e erros, que não poderiam ser plausíveis para a conformação do conhecimento. Com a finalidade de alcançar um maior aprofundamento do papel do PCCh como um ator promotor de conceitos, de definições e de *policies* no espaço de experiência China se utilizará de características que lhe são bem particulares tais como adaptabilidade e resiliência com o intuito de manter ou aprimorar sua legitimidade no contexto que lhe é inerente.

Assim, a complexidade ultrapassa aspectos meramente materiais abrangendo questões ideacionais exigindo maior acurácia nos diagnósticos. Desse modo, para se alcançar o entendimento do que significa o conceito neoliberalismo no *locus* China considerando sua recepção, seu desdobramento em *policies* e sua conseqüente conformação de conceito, o qual pode representar continuidades, descontinuidades ou transformações, é exigida uma análise no tempo e no espaço. As *policies* são reveladoras de conceitos e, mais que isso, demonstram como eles se materializam no espaço. Desse modo, institui-se a seguinte pergunta: A China utilizou pressupostos capitalistas neoliberais a partir de suas reformas de 1970 até 2015, instituindo uma espécie de neoliberalismo com características chinesas? Essa indagação firma-se como o problema de pesquisa a ser esmiuçado.

Inferre-se aqui a hipótese do estudo, qual seja: a economia socialista de mercado seria a instância conceitual, identificada como inovadora, que permitiria a China utilizar-se, pragmaticamente, de políticas de cunho neoliberal, em sentido estrito, para a acumulação de capital com a aquiescência do Estado, “a fim de tornar palpáveis as intenções ou interesses ocultos por esse mesmo processo” (KOSELLECK, 2006, p. 103). Como objetivo geral norteador para a consecução do trabalho tem-se: apontar parâmetros empíricos para aquilo que é feito pela China dentre tantos conceitos passíveis de existirem e a correlação entre tais conceitos no plano abstrato e sua aplicação prática, entre 1976 e 2015, recorte temporal desta pesquisa. E como objetivos específicos: (1) identificar eventuais continuidades, descontinuidades ou mudanças em conceitos preexistentes; (2) compreender como o conceito se transforma no tempo e no espaço, e (3) como designa sentidos e se converte em ações específicas (*policies*) podendo fomentar inovações conceituais peculiares.

Quando se utiliza a metodologia da história dos conceitos não se pode deixar de considerar a história material, por isso é urgente entender e analisar as *policies* empreendidas em um dado tempo e lugar. A história dos conceitos prioriza a alternância de investigações sincrônica e diacrônica para se alcançar construtos novos ou mesmo confirmar antigos, correspondentes a certas realidades factuais, estratificando significados em épocas e/ou tempos diferentes, enfatizando diferenças entre fatos e estruturas. “A história dos conceitos evidencia a diferença que predomina entre um núcleo conceitual do passado e um núcleo conceitual contemporâneo” (KOSELLECK, 2006, p. 116).

Dessa maneira, como apregoado pela metodologia de análise da história de conceitos proposta nesse trabalho, o que se propõe empiricamente será apreender do léxico, diretrizes que nortearão a política e, por conseguinte mensurar seus efeitos no tocante à emergência de um eventual conceito inédito dentro da EPI. Quando se chega a um determinado nível de abstração, ou seja, de inquirir o conteúdo, deve-se passar para o plano da tangibilidade no concernente ao funcionamento de suas estruturas para avaliar seus desdobramentos em *policies*. Essas *policies* permitirão categorizar, classificar e compreender o real significado do conceito empregado naquele contexto específico. Somente pode-se medir algo se antes se sabe o que é esse algo. Isto é, pode-se medir somente depois de defini-lo conceitualmente.

A principal premissa é, então, que a quantificação entra em cena depois, e apenas depois, de formado o conceito. A premissa menor é que o "material" de quantificação – as coisas sustentadas pelos números – não podem ser fornecidas pela própria quantificação. Daí as regras da formação de conceitos serem independentes e não poderem ser derivadas das regras que regem o tratamento de quantidades e relações quantitativas. (SARTORI, 1970, p. 1038, grifo do autor, tradução nossa).<sup>2</sup>

O sentido do que verdadeiramente significa determinado evento ou acontecimento, seja ele político, econômico ou social, está diretamente correlacionado ao contexto. Em uma análise mais aprofundada nos termos koselleckianos, pode-se mencionar como uma dada semântica conforma os espaços de experiência. É de extrema relevância considerar o caráter econômico, político e sociológico para a compreensão do conceito, sobretudo sua assimilação e sua significação quando da repercussão via efeitos e/ou ações no *locus* considerado.

O entendimento da economia política, nesse momento, torna-se primordial para a assimilação do conceito que efetivamente guia a conduta político-econômica e para inquirir se

---

<sup>2</sup> The main premise, then, is that quantification enters the scene later, and only then, having formed the concept. The minor premise is that the "material" of quantification – things supported by the numbers – cannot be provided by the quantification itself. Hence the rules of concept formation is independent and can not derived from the rules governing the treatment of quantities and quantitative relations.

o conceito utilizado no espaço de experiência – China – é o mesmo já proeminente nos discursos que permeiam a EPI, representando continuidades, descontinuidades ou, se em contrapartida, causam transformações, adicionando algo novo às terminologias até então vigentes e, mais que isso, se instauram novas condutas expressas em governança nesse determinado *locus*.

Analisar por meio de conceitos ultrapassa a superficialidade e aquiesce análises mais substantivas. O que de fato se percebe no tocante aos conceitos e à metodologia que lhe é própria, é que as perguntas que eram propostas em relação ao objeto de pesquisa não eram coerentes ao que se propunha efetivamente no aspecto metodológico. Uma utilização indevida e por isso concebida de forma errônea. A formação do conceito para Sartori (1970) é prioritária à quantificação, representa em contrapartida um progresso qualitativo. Dessa forma, os mapas conceituais nos dizem como a realidade é composta. Existe assim a articulação da linguagem e do pensamento que é refinado pelo conceito que instaurará *policies* calcadas a partir desse conceito.

A metodologia para realização da pesquisa será ancorada no instrumental desenvolvido especificamente para este estudo, tendo apoio fundamental na pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e explicativa, e ainda na análise de conteúdo realizada, ao esmiuçar os Planos Quinquenais referentes ao recorte temporal proposto, contemplando desde 1976, data de início do 5º Plano Quinquenal o qual abarca o prelúdio do empreendimento das Reformas, isto é, o ano de 1978, até 2015 que representa o findar do 12º Plano. Embasa-se também em pesquisas bibliográfica e documental concernentes a essas *policies* referenciadas nos Planos mencionados, sobretudo no léxico formador de conceitos norteadores de conduta para consecução dessas *policies*.

O posicionamento da China no cenário internacional como integrante da ordem prevalecente, pode ser categorizado de acordo com sua evolução histórica em três modos e momentos distintos conforme Overbeek (2016): (1) o fechamento da China no século XVI, (2) a periferização da China no século XIX e início do XX e (3) a ressurgência da China a partir de 1976, momento auge do advento da globalização neoliberal. Um país que era declaradamente fechado ao mundo e que possuía em seus atributos internos a chave para o crescimento econômico passou a adotar, após o exame cuidadoso de todo o emaranhado de variáveis que lhe é inerente, medidas políticas e econômicas que divergiam das diretrizes da “tigela de arroz de ferro” (CAHILL, 2014, p.155, tradução nossa)<sup>3</sup> para o uso de algumas

---

<sup>3</sup> Iron rice bowl.

políticas mais compatíveis e próximas ao neoliberalismo, mas sem excluir o Estado dessa dinâmica. Nessa conjuntura, percebe-se uma premissa arguida por Koselleck (2006) a qual menciona que em ambientes muito próprios, inovações conceituais podem ocorrer, coexistindo para tal, o período antigo e de forma simultânea a implantação do novo, que somente é permitido a partir de um “processo do meio” que instaura elementos inéditos à realidade vigente até então. Isso exposto, como método de pesquisa priorizou-se o estudo de caso, considerando a China e o seu espaço de experiência que lhe é intrínseco considerando que as reformas empreendidas a datar dos idos da década de 1970, espelham o ínterim entre o antigo e o novo, possibilitando o surgimento de um conceito insólito na EPI existente.

Contudo, para se efetivar um estudo realmente crível fez-se crucial uma recorrência à história para o entendimento das origens do termo liberalismo, o qual pode ser caracterizado como o precursor do conceito recente que guia a EPI atual, isto é, o neoliberalismo e de sua recepção em países diversos com o intuito de verificar semelhanças ou diferenças em espaços de experiências distintos para em seguida passar à análise do estudo de caso referente à pesquisa em questão. Em concordância com Lerner (2000), o conceito e definição de neoliberalismo não são consensuais em sua plenitude e para além disso, consoante a Macartney (2011), apresentam particularidades entre países, regiões e tempos específicos. Esse enunciado corrobora a proposição de que a recepção de um conceito, de seu significado e de seus efeitos (que neste trabalho serão compreendidos como materialização/implementação de *policies* tanto doméstica quanto externamente) não serão necessariamente unívocos. Tal premissa permite asseverar que um termo considerado a princípio como padrão e plausível de análise a diversos países, na verdade, carrega particularidades muito próprias aos países nos quais esse mesmo termo é recebido, sendo sua recepção, portanto, fator chave à conformação do léxico e, para além disso, no culminar de seus efeitos via *policies*. Consoante a Overbeek (2016), o neoliberalismo, última expressão na linha do tempo iniciada com o liberalismo original, mesmo quando tudo parecia tê-lo suplantando em todos os âmbitos da EPI, viu-se que mesmo depois da crise de 2007, o neoliberalismo, embora parecesse morto, continuava a caminhar, ou seja, o termo passou por adaptações nos espaços de experiência nos quais estava inserido, sendo conduzido por contextos muito exclusivos. Entretanto, não cabe nesta dissertação a presunção de estudar os estratos de tempo desencadeadores dos horizontes de expectativas<sup>4</sup>, devido ao curto período e

---

<sup>4</sup> Horizonte de expectativa é definido como “aquele elemento de projeção daquilo que ainda não foi experimentado, mas que pode ser previsto. Se espaço de experiência evidencia o passado presente, esta revela o futuro presente. Estão interligadas porque [...] o que se espera para o futuro está claramente limitado de uma

à limitação inerente a este primeiro esforço de pesquisa, ficando restrita à análise do espaço de experiência, do léxico que lhe constitui e de seus efeitos materializados em *policies*.

Vislumbrando atender aos objetivos e à metodologia proposta para a consecução do trabalho, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro consiste em apresentar a teoria da história dos conceitos, seus principais autores e como o objeto de estudo aqui pretendido, possui correlação com a teoria utilizada propiciando o embasamento teórico-empírico necessário ao executar da pesquisa. Em sequência, o segundo capítulo, transcorre na história desde às origens do liberalismo até o surgimento do (neo) liberalismo e sua faceta considerada como variegada, isto é, o neoliberalismo *variegated*, demonstrando particularidades na recepção de espaços de experiência diversos e inserindo a China nessa matriz analítica, estudo de caso desta dissertação. No capítulo terceiro, faz-se uma breve recorrência à China antes das Reformas dos idos dos anos 1970, passando pela explanação dessas Reformas e realizando alguns apontamentos críticos que possibilitarão a análise empírica pura que será auferida no capítulo último, o qual executa a análise de conteúdo dos Planos Quinquenais desde 1976 até 2015, recorte temporal de análise deste trabalho possibilitando assim a validação ou refutação da hipótese de pesquisa. A fim de compreender a lógica existente entre as funções desempenhadas pelo Estado, sua correlação com a dinâmica inerente ao mercado e à estipulação de conceitos, considera-se o PCCh como ator chave ao planejamento da condução político-econômica chinesa do 5º ao 12º Planos. Por fim, as conclusões lançam algumas reflexões acerca do instrumental da teoria e da história dos conceitos aliadas ao objeto da pesquisa, demonstrando se houve continuidades, descontinuidades ou mesmo inovações concernentes ao termo neoliberal no espaço de experiência, China.

---

forma diferente do que o que foi experimentado no passado”.(MAIA, 2015, p. 15 apud KOSELLECK, 1999, p. 309). “Elas são *constitutivas* da história e da possibilidade de seu conhecimento na medida em que entrelaçam passado e futuro” (MAIA, 2015, p. 15 apud KOSELLECK, 1999, p. 308).

## 2 ANÁLISE DE CONCEITOS: BREVES INSIGHTS

Para se proceder com a análise pretendida por meio da metodologia apresentada nesta pesquisa, faz-se primordial o entendimento do conceito e de sua relação com a recepção e com o espaço de experiência que lhe constitui, sendo indispensável a recorrência às teorias que lhe fundamentam e que lançam luz à problemática que instiga o estudo. Assim, de acordo com Berenskoetter (2016), a análise de conceitos como engajamento reflexivo para entendimento da teorização ontológica<sup>5</sup> desencadeia parâmetros para obtenção de significados em sua natureza multifacetada dentro e entre diferentes contextos. Isso exposto, empreender estudos a partir de conceitos centrais fornece às diversas ciências a sua ontologia. Pauta-se pela compreensão da análise de conceito como por meio de um modo de teorização ontológica. “Permitem a compreensão do que está lá fora e ao fazê-lo ajudam a captar fenômenos relevantes nomeando e dando significado às suas características” (BERENSKOETTER, 2016, p. 1, tradução nossa).<sup>6</sup> Dessa maneira, infere-se que os conceitos são necessários para se construir teorias. Não apenas fornecem blocos de construção ontológicos de uma teoria sob a forma de pressupostos básicos, mas também os componentes a partir dos quais os teóricos geram seus argumentos. Assim, pode-se conceber que os conceitos são constitutivos de teorias e da estrutura que conforma o fenômeno que se quer estudar e compreender. “Nesse processo de análise é imprescindível a importância da história e da filosofia para pensar o empírico, traçando a ancoragem histórica de um conceito” (BERENSKOETTER, 2016, p. 2, tradução nossa)<sup>7</sup>, permitindo assim categorizá-lo consoante à sua recepção, segundo *locus* específicos, ou seja, espaços de experiências próprios.

Corroborando essa premissa, no ápice da revolução behaviorista, segundo Lessa (2010), a intenção primordial desse movimento, era o de pretender “designar uma virada empírica e positiva no campo do conhecimento da vida política, voltada para a explicação de como os fenômenos políticos ocorrem no chamado mundo real” (LESSA, 2010, p. 221), isto é, como esses conceitos se materializam no espaço de experiência nos quais estão inseridos, indo além puramente da linguística. Desse modo, as crenças expressas por atos de fala poderiam conceber diretrizes de ação e, por conseguinte se materializarem em políticas. Tal pressuposto é reafirmado, uma vez que, “crenças passam a ser percebidas como valores que

<sup>5</sup> Teorização ontológica segundo Berenskoetter (2016), significa arguir análises que vão além do superficial, abrangendo aspectos subjetivos e afeitos à uma análise mais acurada.

<sup>6</sup> They allow the understanding of what is out there and in so doing help to capture relevant phenomena by naming and giving meaning to their characteristics.

<sup>7</sup> In this process of analysis it is essential the importance of history and philosophy to think the empirical, tracing the historical anchoring of a concept.

indicam comportamentos” (LESSA, 2010, p. 221). Nesse ponto, admite-se uma objetividade que se consubstanciaria no concreto. Importante considerar que essas crenças existem em espaços de experiência que lhes são intrínsecos, totalmente correlacionados ao contexto e, por isso, são elementos essenciais para sua conformação.

Para Lessa (2010), a escolha de quais componentes embasam a crença está diretamente relacionada ao “desenho normativo de ordem com o qual se trabalha” (LESSA, 2010, p. 222). Se ao contrário, apenas se reproduz conceitos por meio de repetições ou adaptações históricas, não se torna possível apreender fenômenos políticos reais determinantes do conceito. A essa constante reiteração de fatos e de pretensos entendimentos, Lessa (2010) denomina de “objetivismo inercial” (LESSA, 2010, p. 225), o qual faz parecer naturalizar objetos e seus respectivos significados, o que retoma o pressuposto de Larner (2000) de que um eventual consenso acerca do que é o neoliberalismo não é de fato pertinente, uma vez que os países possuem singularidades quando da sua recepção e, sobretudo, quando da sua materialização no espaço de experiência determinado.

Interessante regressão histórica é efetuada por Lessa (2010), ao recorrer à premissa de Galileu de que o entendimento do objeto analisado somente se faz plausível quando se responde na mesma linguagem que se perguntou. “A experimentação consiste em interrogar metodicamente a natureza; esta interrogação pressupõe uma linguagem com a qual formulemos as questões, bem como um dicionário que nos permita ler e interpretar respostas” (LESSA, 2010, p. 225), isto é, a gramática e a sintaxe devem pertencer a um mesmo espaço de experiência, que sejam de fato reais, pois pertencem a dimensões a eles atribuídos através de tradições intelectuais, as quais possuem e são guiadas por “supostos normativos cristalizados” (LESSA, 2010, p. 227), pertencentes a espaços de experiência únicos, assim a importância do estudo mais subjetivo em detrimento do objetivo.

Desse modo, se a tudo generaliza como homogêneo, não é possível reconhecer o aspecto normativo que é tão particular de situações *sui generis*, ora, se se equaliza, o reconhecimento da diferença ou não semelhança, torna-se fortemente improvável, instituindo padronizações que não correspondem à realidade, sendo, portanto, dissimulações.

Ainda que o mundo institucional resulte de algum conflito societal, marcado por forte componente “material” ou de circunstâncias histórico-conjunturais, ele terá necessariamente *forma e linguagem*, atributos que o tornam significativo para os humanos. Em outros termos, a realidade dos humanos exige sua descrição constante através da linguagem, da nomeação; e esta, só se faz possível nos quadros de tradições simbólicas e intelectuais precisas, presentes nas muitas linguagens da reflexão política. (LESSA, 2010, p. 227, grifo do autor).

Assim, os conceitos, quando analisados em seu contexto próprio, passam a fazer sentido e a dirigir políticas. A recepção do conceito em uma sociedade indica uma mudança nas experiências do *locus* a ser analisado, sendo, portanto, imprescindível para sua compreensão. O conceito serve, dessa maneira, como instrumento para denominar a experiência do mundo factual; a cognição faz-se então preponderante nesse processo. “Todo sistema político pode ser caracterizado por sua teoria política, presente tanto na sua estrutura como em sua finalidade”. (LESSA, 2010, p. 228).

A filosofia política respalda tal análise ao “indicar uma referência de ordem pragmática” (LESSA, 2010, p. 230), que é embasada em proposições causais, como o uso de certas *policies* que culminam ou não em novos conceitos, ora podendo ser aqui referenciadas como inovações conceituais, as quais se evidenciam primeiramente na fala e *a posteriori*, na implementação política. Por isso a importância da linguística e de sua compreensão enquanto ferramenta de uso em atos de fala para estipulação de diretrizes políticas e/ou comportamentos.

As crenças servem como promotoras que sustentam a filosofia política, uma vez que “a filosofia política moderna é um campo discursivo cuja efetividade depende de sua capacidade de produzir efeitos” (LESSA, 2010, p. 234). Assim, depreende-se que o estudo é calcado na descrição e na interpretação e, desse modo, diminui-se o “abismo entre coisas que existem e coisas que parecem existir” (LESSA, 2010, p. 235), tornando a compreensão factível e, mais que isso, lhes conferindo sentido.

Conforme esse entendimento, a análise de conceito oferece, então, uma perspectiva mais complexa de compreensão dos fenômenos a serem estudados. Segundo Berenskoetter (2016), autores das Relações Internacionais (RIs) já se atentaram aos conceitos para o entendimento de fenômenos diversos. Contudo, se reduziram à parcimônia e à redução de conceitos a variáveis. Conforme Sartori (1970) nem todo conceito é uma variável, mas toda variável é um conceito, ou seja, não possuem a amplitude dos conceitos, podendo incorrer em erros de universalização de conceitos não equânimes a múltiplos espaços de experiência. Dessa forma, a escolha da análise de conceito busca: (1) uma atitude mais crítica em relação às categorias e às terminologias por trás dos conceitos e (2) sair de paradigmas *mainstream* para a pesquisa de conceitos por meio de sua evolução histórica, múltiplas interpretações, manifestações e performances. Depreende-se que os conceitos estabelecidos estão desatualizados e inadequados, precisando de modificações e invenções, ou mesmo tenham se estabelecido no léxico de forma padronizada e não analisam eventuais transformações que podem questionar o conceito há tanto tempo definido, tanto no que concerne ao seu

significado, quanto em relação à sua materialização, a qual pode ser expressa de diversas maneiras: *policies*, ações, dentre outros, ou mesmo via ampliação de conceitos, ora, o alongamento mencionado por Sartori (1970) derivando termos já existentes como um eventual neoliberalismo com características chinesas.

Para uma legítima compreensão, a proposta pretendida é uma discussão geral e sistemática de estruturas de natureza multifacetada dentro e através de contextos. “Conceitos são criações humanas e a forma que assumem não é apenas internamente complexo, mas também varia significativamente” (BERENSKOETTER, 2016, p. 4, tradução nossa)<sup>8</sup>, por isso da complexidade da universalidade de termos no léxico da EPI. Essa assertiva reforça a premissa de que a consideração do espaço no qual se efetiva o conceito é mister para a apreensão de uma análise coerente com o que se busca no sentido de significância própria considerando o contexto e o espaço de experiência específicos. Para se obter o sentido do conceito *stricto sensu*, é imprescindível, conforme Berenskoetter (2016), que se passe por etapas de verificação que vão desde a (1) aparência, a (2) reflexividade, (3) a análise, (4) e a produção de um esforço de definição que é proveniente da tarefa de análise propriamente dita. Desse modo, “os conceitos seriam um quadro abstrato que ajuda a gerar conhecimento sobre o mundo, organizando, nomeando e dando significado às suas características” (BERENSKOETTER, 2016, p. 4, tradução nossa).<sup>9</sup> Já para Connolly (1983), conceituar algo vai muito além de denominar algo, pois lhe fornece características que o distingue dos demais, ou seja, pode resultar em inovações conceituais no léxico corrente.

Já Burger (1976) retoma os tipos ideais de conceitos elaborados por Weber. Ideal como referente à natureza abstrata e geral como sendo o conteúdo do conceito. Como geral, destaca elementos mundanos utilizados que não existem de formas tão cruas e puras da realidade empírica. Os conceitos seriam então construções sociais e intersubjetivas que ganham significado. Os conceitos são vistos mais como força política que se preocupa menos com explicações abstratas e mais com esculpir como os conceitos operam a vida cotidiana, delimitando países em suas ações, políticas e os singularizando perante os demais, isto é, lhes dando peculiaridades. Como objeto de pesquisa pretendido em termos de conceito, o neoliberalismo pode ser analisado a partir dessa premissa. No pós-Guerra Fria e a prevalência do capitalismo sobre o socialismo, a eclosão do neoliberalismo na década de 1970, conforme Larner (2000) criou uma espécie de descritivo geral de significado acerca do que é de fato o

---

<sup>8</sup> Concepts are human creations and the form they take is not only internally complex but also varies significantly.

<sup>9</sup> The concepts would be an abstract framework that helps to generate knowledge about the world, organizing, naming and giving meaning to its characteristics.

neoliberalismo e sua correlação com as formas contemporâneas de governança. Entretanto, Larner (2000) assevera que o neoliberalismo é bastante complexo e que seu conceito foi dito como um programa de reforma política iniciado e racionalizado por meio de um quadro teórico e ideológico relativamente coerente, ou seja, como uma agenda válida para diretrizes políticas e econômicas. Desse modo, Koselleck (2006) afirma que o conceito é fundamental e não pode dele se prescindir para análise no que se vincula aos efeitos decorrentes do mesmo. “Conceitos básicos combinam múltiplas experiências e expectativas de tal forma que se tornam indispensáveis a qualquer formulação das mais urgentes questões de um determinado momento” (BERENSKOETTER, 2016, p. 7, tradução nossa).<sup>10</sup> Entretanto, conforme menciona Feres Jr. (2008), nem sempre os conceitos básicos conseguem esgotar sozinhos o entendimento, utilizando então de contra conceitos para explicar circunstâncias bem singulares. Os conceitos são considerados em constante movimento, contendo promessa de progresso de conteúdo normativo. Pensar a conexão desses pontos representa um desafio pois revela complexidade e abertura de um conceito. “Um conceito básico não implica consenso sobre o seu significado” (BERENSKOETTER, 2016, p. 7, tradução nossa)<sup>11</sup>, podendo possibilitar inovações conceituais, ou mesmo a completude de antagonismos que gera um novo conceito antes inexistente, como postula Jasmin (2005).

Para Berenskoetter (2016) os conceitos tendem a ser ligados por palavras. Cada palavra tem um significado agrupando elementos múltiplos, vários aspectos e experiências relacionando-os uns aos outros. O conceito é uma ideia que conecta vários significados em uma configuração de tipo ideal conforme a definição de Connolly (1983) a respeito de *cluster*<sup>12</sup> conceitual. Importante frisar que não basta somar elementos constituintes para alcançar significados. Mas sim é o próprio conceito que permite fazer conexões entre esses elementos. “Conceitos são assim concentrações de muitos conteúdos semânticos” (BERENSKOETTER, 2016, p. 9, tradução nossa).<sup>13</sup> Essa riqueza interna refere-se à questão da definição, o que revela a politização que respalda as disputas políticas frente às tradições. O objetivo, então, é definir algo que tem muitos elementos e significados. Segundo Koselleck (2006) as definições constroem significados, podem ser ambíguas ou mesmo vagas e permitir leituras múltiplas. “Os conceitos não podem ter significado definido, eles só podem

---

<sup>10</sup> Basic concepts combine multiple experiences and expectations in such a way that they become indispensable to any formulation of the most urgent issues of a given moment.

<sup>11</sup> A basic concept does not imply consensus about its meaning.

<sup>12</sup> Cluster: conceito dentro de um campo semântico formado de *links* para outros conceitos formando teias particulares de conceitos.

<sup>13</sup> Concepts are thus concentrations of many semantic contents.

ser interpretados” (BERENSKOETTER, 2016, p. 10, tradução nossa)<sup>14</sup> e a interpretação requerida somente é pertinente quando se se considera o espaço de experiência que é produto desta.

Para entender por que um conceito é usado de uma maneira particular é necessário prestar atenção ao contexto: o quadro, o ambiente ou o campo dentro do qual um conceito é incorporado. A análise deve envolver o rastreamento de como um conceito básico é formado e como ele funciona dentro de um contexto. É fundamental analisar a ligação entre conceito e política, isto é, o conceito básico por meio do qual a EPI é politicamente construída. Assim, para Berenskoetter (2016) o contexto para fins analíticos deve ser dividido em: (1) político: formação de um conceito na sociedade internacional e em sociedades específicas – o neoliberalismo no mundo e um eventual neoliberalismo na China; (2) temporal: historicidade de um conceito, ou seja, como forma o significado e como evolui ao longo do tempo. Conceitos como incorporados dentro de um momento histórico particular e/ou estruturas particulares que se estendem ao longo do tempo para o futuro; (3) material: espaço no qual é usado e se manifesta – como conceitos se organizam, como moldam espaços e corpos materiais; (4) teórico: como estão situados em uma perspectiva, estrutura ou narrativa. Para Skinner (1969), o conceito deve existir antes de tudo, linguisticamente formulado – podendo então ser usado e/ou proferido. Desse modo, faz-se primordial entender como o conceito desempenha papéis em ontologia e também na lógica argumentativa e como adquire significado, ressaltando, portanto, sua natureza dinâmica. Isso exposto, o (neo) liberalismo não pode ser entendido como um conceito estático e hermético; pelo contrário, passa por constantes evoluções. A princípio, compreendido como regime político, pode ser assim definido: “Como regime político, o neoliberalismo é definido pelas políticas microeconômicas de privatização, comercialização e desregulamentação, bem como políticas macroeconômicas de metas de inflação” (CAHILL, 2014, p. 9, tradução nossa).<sup>15</sup> Por meio dessa definição foi postulado um novo *modus operandi* às dinâmicas inerentes aos Estados, fazendo com que esses passassem por reestruturações econômicas e sociais, reforçando o argumento de que as teorias se transformam ao entrar em contato com o mundo real. “Proteger contra o imperialismo das categorias” (BERENSKOETTER, 2016, p. 23, tradução nossa).<sup>16</sup>

Dentre as principais abordagens de análise de conceitos para entendimento dos fenômenos que lhe são inerentes, pode-se recorrer às duas principais, quais sejam: (1) a

---

<sup>14</sup> The concepts cannot have defining meaning, they can only be interpreted.

<sup>15</sup> As a political regime, neoliberalism is defined by the microeconomic policies of privatization, commercialization and deregulation, as well as macroeconomic policies of inflation targets.

<sup>16</sup> Protect against the imperialism of the categories.

abordagem histórica cujo expoente é representado por Koselleck, o qual trata o conceito como histórico, traçando sua evolução ao longo do tempo, propiciando assim diferentes leituras; e (2) a abordagem científica representada por Sartori, que especifica o conceito empiricamente. Ambas abordagens exigem esforço analítico que oscila entre desconstrução e reconstrução.

A análise de conceito ultrapassa identificar sua natureza agrupada e dimensões contextuais. Envolve também reflexão em torno do significado e da possibilidade de fazer análises históricas, científicas, políticas e relativas a métodos adequados para a realização das necessárias ou desejadas, desconstruções e movimentos reconstitutivos. (BERENSKOETTER, 2016, p. 22, tradução nossa).<sup>17</sup>

Apoiando-se nessas abordagens, Larner (2000) assevera que o neoliberalismo deve ser analisado em três vertentes que se complementam, quais sejam: (1) neoliberalismo como ideologia; (2) neoliberalismo como política; e (3) neoliberalismo como governança. Como ideologia tem-se uma abordagem mais sociológica na qual instituições, organizações e processos são considerados; enquanto política entende-se a economia institucional, e como governança, embora o neoliberalismo possa significar menos governo, não segue que há menos governança.

Para fins de estudo, nesta dissertação serão focados os empenhos analíticos à conjunção entre a abordagem histórica e a científica. Para que se possa efetuar esse propósito, discorrer-se-á sumariamente sobre ambas a fim de estabelecer *a posteriori* um construto teórico equivalente à essa união.

## 2.1 Abordagem histórica: o conceito, o contexto e o tempo

A abordagem histórica enfatiza o elemento temporal para melhor compreensão do lugar e da evolução de um conceito em toda história, considerando o pressuposto de que os conceitos estão em constante disputa. Assim, conceitos particulares são entendidos e empregados de forma diferente ao longo da história, como esse evolui e como se alcança o significado que possui hoje. Conforme Koselleck (2006) os conceitos têm história, ou seja, nascimento, desenvolvimento e morte, sendo: (1) invenção de um conceito/emergência – como um novo conceito se estabelece em um determinado contexto histórico; (2) fixação de um conceito como significado particular se torna hegemônico e ganha *status* de senso comum;

---

<sup>17</sup> Concept analysis goes beyond identifying its grouped nature and contextual dimensions. It also involves reflection on the meaning and possibility of making historical, scientific, and political analyzes of suitable methods for the realization of the necessary or desired, deconstruction and reconstructive movements

(3) transformação/modificação do conceito: como um termo assume um novo significado; e (4) desaparecimento de um conceito. Tal linha evolutiva demonstra como emergem, são modificados e/ou desaparecem representando, desse modo, descontinuidades de estruturas políticas, sociais e econômicas. Com a crise de 2007, muitos supuseram que o neoliberalismo tivesse seu fim preconizado e sacramentado. Contudo, dez anos após o colapso da referida crise, o neoliberalismo mantém-se vivo ditando as regras na ordem econômica global, ou seja, o neoliberalismo efetivamente se fixou no léxico da EPI contemporânea, tornando-se hegemônico. Muito se estuda acerca do que seja efetivamente o neoliberalismo contra conceitos idealizados que segundo Cahill (2014) não resistem a testes empíricos, reduzindo sobremaneira sua importância para análise. “A sociedade humana é entendida não como reflexo de ideias dominantes sobre isso – neoliberalismo – mas sim constituído por instituições e relações sociais historicamente específicas que estruturam a vida cotidiana das pessoas” (CAHILL, 2014, p. 9, grifo do autor, tradução nossa),<sup>18</sup> auferindo a dimensão do comum.

Mudanças diversas nos conceitos podem simbolizar, conforme Berenskoetter (2016): (1) perda da plausibilidade dos conceitos existentes que não conseguem captar novas ou inesperadas situações; (2) revezamento de contextos sociolinguísticos; e (3) utilidade estratégica de um novo conceito devido à sua capacidade de absorver diversas perspectivas. Com base nos pressupostos teóricos da mudança, se reforça a premissa de que houve, segundo Macartney (2011), uma tentativa de se estabelecer um consenso acerca do que é neoliberalismo após os anos 2000. Contudo, esse autor frisou que esse consenso é frágil, uma vez que o neoliberalismo está imerso dentro de um processo mais amplo do que simplesmente o mero senso comum. “Movimentos desconstrutivos e reconstrutivos intrínsecos ao conceito analisam o espaço livre para pensar diferentemente e conceber significados alternativos, e assim, possibilitar a construção de teoria” (BERENSKOETTER, 2016, p. 24, tradução nossa)<sup>19</sup>

Desse modo, vê-se o conceito como representacional, como esse influencia decisões, ações e relações sociais durante um período histórico e finalmente molda o curso da história. Para entender o conceito em ação se requer observar quem o está usando conferindo ênfase ao espaço de experiência em questão. A análise é empreendida em duas bases: (1) conceito em disputa a partir de uma perspectiva macro histórica – neoliberalismo no tempo e (2) conceitos

---

<sup>18</sup> Human society is understood not as a reflection of dominant ideas about it – neoliberalism – but rather constituted by historically specific institutions and social relations that structure people's daily lives.

<sup>19</sup> Deconstructive and reconstructive movements intrinsic to the concept analyze the free space to think differently and to conceive alternative meanings, and thus, to allow the construction of theory.

em ação – complexidade de um conceito que se comporta e muda em um ambiente específico temporal e espacial – o conceito, sua recepção e a experiência desencadeada na China, que embasa o estudo de caso da corrente pesquisa.

Para compreender a sua evolução histórica, devemos também perguntar o que os atores históricos fazem com os conceitos, por que e como eles atribuem e manipulam o significado. Traçando o uso de conceitos entre uma variedade de agentes [...] que se torna difícil quando se toma uma perspectiva macro histórica. (BERENSKOETTER, 2016, p. 10, grifo nosso, tradução nossa).<sup>20</sup>

Uma vez apresentada a abordagem histórica cujo expoente é evidenciado por Koselleck (2006), faz-se essencial a explanação da abordagem científica visando o instaurar do modelo metodológico desta dissertação, que enseja o entendimento do conceito enquanto significado, sua recepção e sua experimentação como ação, isto é, sua mensuração na concretude da economia política. Segue-se então à abordagem científica com o anseio de ampliar a complexidade do estudo proposto.

## **2.2 Abordagem científica: a materialização no tempo e no espaço**

Muito se arguiu sobre os conceitos e sua conformação ao longo da história sem prestar a devida atenção aos preceitos que lhes são inerentes de forma constitutiva. Controvérsias epistemológicas surgiram entre o idealismo e o materialismo na sua co-constituição. Assim, ideologias e teorias devem estar inseridas em determinada experiência histórica para lhes conferir razão de existência e de sentido.

Para Sartori (1970) um dilema recente na ciência política e demais áreas de estudo correlatas, é que muitos dos conceitos constituintes dos mais variados conhecimentos já são considerados como definidos e como dados àqueles que deles devem utilizar-se, compondo um conceito político básico – como chamado por Koselleck. Contudo, necessidades prementes de recontextualização e de expansão da política exigiram novas configurações e posturas quanto ao até então existente. Como um alongamento<sup>21</sup> do espectro político “tais sistemas incluem uma variedade de políticas primitivas e difusas em diferentes estágios de diferenciação e consolidação” (SARTORI, 1970, p. 1034, tradução nossa).<sup>22</sup> O conceito deixa

<sup>20</sup> To understand their historical evolution, we must also ask what historical actors do with concepts, why and how they attribute and manipulate meaning. Charting the use of concepts among a variety of agents (...) which becomes difficult when one takes a historical macro perspective.

<sup>21</sup> Por alongamento do conceito entende-se que o mesmo sofre inúmeras inclusões de novos termos, o deformando perante sua concepção original, tornando um malefício para compreender o real significado do conceito.

<sup>22</sup> Such as a variety of primitive and diffuse policies at different stages of differentiation and consolidation.

de ser apenas uma simples definição para se tornar uma ferramenta de análise para formular e testar hipóteses.

Sartori (1970) em seus estudos asseverou que muitos conceitos ganharam *status* de categorias universais podendo ser aplicados a qualquer tempo e lugar, tal qual ocorreu com o termo neoliberalismo. Tal axioma é perigoso, uma vez que pode estabelecer pseudo-equivalências. Nesse mesmo raciocínio, alongamentos conceituais gerariam indeterminações e dificuldades tornando mais tênue o *link* com a evidência empírica.

Ora, analisar por meio de conceitos ultrapassa a superficialidade e aquiesce análises mais substantivas. O que de fato se percebe no tocante aos conceitos e à metodologia que lhe é própria, é que as perguntas que eram propostas em relação ao objeto de pesquisa não eram coerentes ao que se propunha efetivamente no aspecto metodológico. Uma utilização indevida e por isso concebida de forma errônea. A formação do conceito para Sartori (1970) é prioritária à quantificação, representando em contrapartida um progresso qualitativo. Dessa forma, os mapas conceituais nos dizem como a realidade é composta. Existe a articulação da linguagem e do pensamento que é refinado pelo conceito cumulativo e canais de definição coordenada. Somente pode se medir algo se antes sabe o que é esse algo. Isto é, pode-se medir somente depois de defini-lo conceitualmente.

Para Sartori (1970) os conceitos são elementos centrais de proposições e dependem de como eles são chamados/denominados para o provimento de guias de sentido para observação e para interpretação. Assim, o conceito teria dupla funcionalidade: (1) formação de proposição e (2) atividade de resolução de problemas. Sartori (1970) introduz um instrumento analítico para compreensão dos conceitos intitulado escada da abstração. Nessa escada, muitos termos não são entendidos por cegueira na abstração dos mesmos, ao contrário, são termos definidos por seu significado sistemático como termos teóricos. Uma espécie de que sentido esse termo desempenha em seu todo teórico. Ao subir essa escada, termos são cunhados por observações aumentando-se o nível de abstração via inferências ou analogias efetuadas. Formam-se conceitos empíricos ao longo da escada da abstração, transformações são efetuadas e podem alterar esse conceito no decorrer do percurso.

No referente ao objeto de pesquisa pretendido nessa dissertação, termos cunhados utilizando-se uma mescla de pressupostos teóricos enraizados em conceitos clássicos da economia foram desdobrados para a esfera empírica/observável vide premissas transplantadas a vários países como modelo padrão ou mesmo receituários para a obtenção do sucesso e da prosperidade. Contudo, experiências concretas não demonstram uma simetria ao longo da

escada da abstração conceitual em seus casos específicos. Sartori (1970) propõe meios para se evitar alongamentos ou perdas de sentido do conceito através de duas asserções que seriam:

A extensão de uma palavra é a classe das coisas a que se aplica a palavra; a intensão de uma palavra é a coleção de propriedades que determinam as coisas para as quais a palavra aplica. Da mesma forma, a denotação de uma palavra é a totalidade dos objetos indicados por essa palavra; e a conotação é a totalidade das características as quais qualquer coisa deve possuir para estar na denotação daquela palavra. (SARTORI, 1970, p. 1041, tradução nossa).<sup>23</sup>

Deve-se ainda ter atenção ao que Sartori (1970) menciona explicitamente como generalizações disfarçadas. “Até mesmo um conceito simples deve ser exposto e analisado por meio de suas várias associações via escada da abstração de acordo com sua extensão viajante oferecida por cada conotação” (SARTORI, 1970, p. 1042, tradução nossa).<sup>24</sup> Dessa maneira, a instituição de construtos analíticos e teóricos guiam o conceito e conseqüentemente a sua aplicação. A análise deve ser empreendida pela presença ou ausência de dada propriedade, não sendo um problema de grau, mas um problema em estipular níveis de abstração corretos. Após a anuência do nível, pode-se empreender a análise. O impasse gerado entre metodologias convencionais e a da escada da abstração reside no fato de que a última oferece explicações e descrições mais precisas, permitindo o entendimento do conceito mais aprofundado. Esse *plus* metodológico pode ser ilustrado pela alegação de que um conceito não é uma variável, mas uma variável será sempre um conceito. Os conceitos mais interessantes não são variáveis, conforme menciona Sartori (1970). Seguindo esse mesmo raciocínio, afirma-se que um conceito tem sua definição constituída por significados e não por definições operacionais, as quais esvaziam o sentido e ocasionam perda de riqueza e poder exploratório. Imprescindível ainda ressaltar que indicadores não modelam conceitos e muito menos os formam.

Conforme Sartori (1970), essa dinâmica induz a *anarquia tentadora* e que o uso indiscriminado e recorrente por parte daqueles que dessa terminologia se utilizam, acabam por incorrer em *conotação teleológica*. A consequência seria definições ausentes de substância e significados rasos. Demonstra, assim, a dificuldade de estudar termos a fundo, devido a uma sistemática já arraigada que conduz a questionamentos de natureza como o que é (intencional) ao invés de para o qual (descritivo). “Isso faz muito sentido na prática política, mas representa

<sup>23</sup> The extension of a word is the class of the things to which the word applies; the intention of a word is the collection of properties which determine the things for which the word applies. In the same way, the denotation of a word is the totality of the objects indicated by that word; and the connotation is the totality of the characteristics anything must possess to be in the denotation of that word.

<sup>24</sup> Even a simple concept must be exposed and analyzed through its various associations via the ladder of abstraction according to its traveling extension offered by each connotation.

uma séria desvantagem para o entendimento da política” (SARTORI, 1970, p. 1047, tradução nossa).<sup>25</sup> O que na verdade persevera é uma grande desconexão entre função e estrutura. Em termos de análise, há lacunas tanto na estrutura quanto na função, instituindo carências de sentido. Isso se traduz em estudos elaborados equivocadamente, ou seja, categorias são agrupadas sem requisitos lógicos, nem mesmo pode indicar quais critérios foram utilizados para aquela enumeração realizada, culminando em uma dificuldade para criar uma base crível para exame estrutural-funcional.

O anteriormente apresentado, desemboca na utilização de termos com origem totalmente diversa do que é usado hoje em termos de significado. Sartori (1970) denomina esse movimento como *camuflagem verbal* a qual representa análise simplista do macro que permeia para o micro gerando resultados indesejados via alongamento conceitual: (1) desperdício de dados, (2) pseudo-equivalências e (3) confusões conceituais do teórico que transbordam para o real. O conceito é, então, uma conjunção da realidade histórica das políticas econômicas quanto da ideia de discurso político. Assim, um conceito é carregado de polissemia e é usado indistintamente no passado e no presente sem esforço metodológico e normativo, enquadrando todas as experiências como equânimes desprezando o *locus* no qual a mesma ocorre.

O referencial metodológico sobre conceitos clássicos busca delimitar o conjunto de atributos que categorizam o conceito a partir da sua evolução no pensamento econômico e da experiência histórica. “O sentido pode alterar-se total ou parcialmente de acordo com a abordagem teórica em que está inserido ou mesmo com os objetivos do usuário” (FONSECA, 2015, p. 7). Os conceitos econômicos, tais quais conceitos que remetem aos países pertencentes ao intermédio, podem remeter a ambiguidade ou até mesmo a lapsos semânticos podendo ser, por diversas vezes, vagos quando não se analisa seus espaços de experiência de forma coerente.

Os conceitos segundo Sartori (1970) são inerentemente plásticos e flexíveis, isto é, se modificam conforme situações e contextos particulares. Essa plasticidade pode ser obtida via politização de Koselleck (2006) ao mencionar por meio de determinados atos de fala, conceitos que a princípio não permitem uma compreensão imediata, podendo ser compreendidos quando da instauração e da implementação de políticas, uma vez que esses atos de fala ganham materialidade no real. Diante disso, a acomodação de itens novos

---

<sup>25</sup> This makes a lot of sense in practice. policy, but represents a serious disadvantage for understanding the policy.

conjugados aos passados torna-se plausível quando conformam políticas que mesclam tais itens originando as chamadas inovações conceituais.

Existem como precursores os ditos conceitos clássicos que seriam então os conceitos antigos/passados, os quais possuem a finalidade de explicar teórica e metodologicamente o referente aos conceitos para Sartori (1970). Um alongamento (adaptabilidade dos conceitos) pode ser adquirida por meio de *viagens* ou mesmo de características novas que lhes são incorporadas ao longo do tempo. “Vida própria que estes adquirem ao serem usados” (FONSECA, 2015, p. 7). Dessa maneira, torna-se importante o estudo do termo neoliberalismo, uma vez que sua conceituação é uma tentativa de precisão conceitual dentro do que foi proposto como válido na teorização das RIs. Logo, esse termo foi instituído para designar coisas por certo indissociáveis, mas que não são exatamente o mesmo, nem do ponto de vista epistemológico nem da prática cotidiana. “Em si a diversidade da experiência histórica, assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito” (KOSELLECK, 2006, p. 109 apud FONSECA, 2015, p. 9).

O neoliberalismo pode ser considerado, conforme Fonseca (2015), (1) um fenômeno do mundo material vide políticas econômicas, fatos concretos ou medidas reais que compartilham núcleo comum de atributos que os caracteriza como tal; (2) um fenômeno do mundo do pensamento, ou seja, um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo. Podem ser expressos por meio de ideologias e/ou discursos políticos que remetem à polissemia (embate entre aqueles que as defendem ou as criticam) ou ainda para designar uma escola ou corrente de pensamento vigentes em determinados campos de conhecimento. Assim considerando a imprescindibilidade do espaço de experiência, do contexto e da prática manifestada na materialidade concreta para definição de conceitos, o objetivo do presente capítulo é apontar parâmetros empíricos para aquilo que é feito pela China dentre tantos conceitos passíveis de existirem e a correlação entre tais conceitos no plano abstrato e sua aplicação prática.

Pode-se dizer que conceitos são construtos mentais. Uma vez estabelecidos conceitos, estipula-se categorias por meio de um conjunto de atributos obtidos pelo uso da razão, em outras palavras, o conceito é tão real como o que se propõe a conceituar ou a representar. Uma tentativa de confrontação de variáveis será apresentada com o propósito de arguir aproximações ou distanciamentos dentro do termo neoliberalismo – em um momento posterior da pesquisa. A conformação de um conceito com base nas duas esferas de análise faz-se fundamental para a compreensão em uma maior amplitude.

Um conceito através do tempo pode ser incorporado a novas características e a novos atributos. Dessa forma, o conceito simplesmente pode ignorar tais novidades, tornando-o com aplicabilidade restrita ou agregar esses novos atributos a esse conceito, fazendo com que ele se alongue/dilata para incorporar e adaptar-se ao que lhe é novo. Já o conceito de *travelling*<sup>26</sup> refere-se ao movimento de acrescentar coisas novas. Importante entender a extensão e a intensão nesse contexto. Segundo Fonseca (2015) a extensão refere-se ao conjunto de entidades, elementos ou casos abrangidos pelo conceito. Significado denotativo, pois diz respeito a quais objetos ou fenômenos o conceito é usado para nomear. Pauta à generalidade. A intensão refere-se ao conjunto de propriedades ou atributos abarcados pelo conceito. Significado conotativo, certas características comuns que permitem objetos serem nomeados como tal.

Relevante apresentar algumas definições acerca dos conceitos para entendimento posterior no referente às verificações que serão executadas. Para Fonseca (2015): (1) conceito por acumulação: diversos atributos caracterizadores do termo e busca de um núcleo comum; (2) conceito por adição: conecta atributos de diferentes domínios utilizando a inclusão – podendo mencionar os Estados Unidos da América e Inglaterra via planos de “disseminação” vide Consenso de Washington para países da América Latina, por exemplo; (3) conceito clássico ou por definição: busca encontrar núcleo comum ou *core*, visa abranger os atributos principais apenas. O conceito dito clássico é aquele que possui os atributos *core* do objeto. No referente ao neoliberalismo o conceito clássico coincide com o liberalismo clássico que consiste em uma tramitação do campo da economia para a política e a ideologia cujos expoentes máximos são representativos de autores também clássicos como Friedman, Hayek e Lucas. E (4) conceito radial: não necessariamente incorpora todos os atributos integrantes do núcleo do conceito.

Destarte, “os conceitos retornam e ganham vida em situações diferentes das quais foram originados” (FONSECA, 2015, p. 46), corroborando assim a importância do estudo proposto, seu *locus* e seus respectivos desdobramentos no/e para o sistema internacional. Considerar atributos definidores reconhecendo que possam existir outros atributos importantes para casos particulares.

Collier e Mahon (1993) respaldam que não basta escolher categorias para estabelecer atributos; mais que isso, tais categorias devem ser sensíveis ao contexto da análise, podendo complementar e aprofundar a metodologia de Sartori (1970). Propõem uma nova vertente

---

<sup>26</sup> *Travelling*, em português, “viajante”.

pautada na escada da generalidade, na qual diferentes graus de intensão e extensão podem gerar novas categorizações via categorias primárias e secundárias. “Em realidades heterogêneas a aplicação de categorias em dado contexto requer conhecimento detalhado do contexto” (COLLIER; MAHON, 1993, p. 3, tradução nossa).<sup>27</sup> A forma e o significado podem ser diferentes, por isso do merecimento da pesquisa a respeito do conceito e da sua aplicabilidade para e na teorização dos objetos aos quais se referem.

Os desafios a serem enfrentados consistem em: (1) identificar o núcleo comum; (2) quais acepções são recorrentes ao termo; (3) que sentido é enquadrado; (4) se sua terminologia é útil. A ferramenta metodológica consiste em saber como o termo é usado por autores renomados assim como experiências históricas, nessa pesquisa respaldando o caso chinês. O intuito não é a estipulação de um conceito fechado/hermético e imune à análise mais ampla. Há compatibilidade entre o conceito econômico e político do termo neoliberalismo? O que se percebe nas análises prementes no campo da EPI é que o conceito foi arguido de forma *stricto sensu*, ou seja, pelo modo como é denominado e a partir desse padrão implementado pelos governantes, não considerando a magnitude do espaço de experiência como essencial.

Wade (1990) instaura níveis de análise pautados por: (1) observação; (2) causalidade e (3) explicação. Quais seriam então os atributos caracterizadores do neoliberalismo? Uma alternativa seria a identificação do núcleo comum no qual constam os atributos definidores que constituem determinado conceito. Assim tem-se adoção do conceito, sua aplicação efetiva, seus desdobramentos, podendo bifurcar em (1) alterações institucionais e (2) aumento e/ou diminuição da complexidade na relação Estado *versus* Mercado. As ideologias somadas às teorias devem estar inseridas em determinada experiência histórica que lhes confere razão de existência e de sentido. Por essa razão, tem-se o neoliberalismo como conceito importado ideologicamente pelos vários países, em sua maioria, por meio principalmente do Consenso de Washington (cartilha apregoada como diretriz para crescimento e para prosperidade). Contudo, as estratégias para a implementação de tais diretrizes não foram adotadas de maneira unívoca pelos diferentes países do globo. Tal qual assevera Cahill (2014), a China adotou medidas muito próprias para guiar-se nessa conjuntura. O próprio termo neoliberalismo em sua gênese remete a uma renovação ou adaptação de novos cenários ao que antes era existente, ou seja, o liberalismo retomando o argumento de conceito viajante de Sartori (1970).

---

<sup>27</sup> In heterogeneous realities the application of categories in given context requires detailed knowledge of the context.

Ao falar se determinado governo é ou não neoliberal o que se busca efetivamente entender é o que isso significa para além de simples rotulações. É de suma importância considerar a estratégia, uma conjugação da práxis e da intencionalidade. No que coteja ao objeto dessa pesquisa, um termo cunhado utilizando-se uma mescla de pressupostos teóricos enraizados em conceitos clássicos da economia foi desdobrada para a esfera empírica/observável vide premissas transplantadas a vários países como modelo padrão. Entretanto, as experiências concretas não demonstram uma simetria ao longo da escada da abstração conceitual em seus *cases* específicos. Assim infere-se que existam particularidades dentro do próprio neoliberalismo, por isso a importância do entendimento desse termo no tempo e no espaço de análise nos quais ele é empregado, uma vez que, segundo Collier e Mahon (1993), a forma e o significado podem ser alterados.

### 2.3 Estruturando e teorizando conceitos

Segundo Goertz (2006), conceitos são sobre ontologia, pois se pretende entender mais que a forma, mas sim o significado/sentido, tal qual assevera Collier e Mahon (1993). “Desenvolver um conceito é mais que prover uma definição: é decidir o que é importante sobre uma entidade” (GOERTZ, 2006, p. 27, tradução nossa).<sup>28</sup> A teoria ontológica considera importantes o contexto e a escolha das características para análise de casos específicos. É relevante também por considerar poderes causais às dimensões que lhe são intrínsecas. Tanto a estrutura interna do conceito e suas partes constituintes quanto o objeto que interage em um caminho causal com o seu ambiente externo são preponderantes para a aferição de uma análise completa acerca do conceito a ser estudado. “Não se pode separar a ontologia do conceito e do papel que ele desempenha nas teorias causais e na explicação” (GOERTZ, 2006, p. 28, tradução nossa).<sup>29</sup>

Para Goertz (2006), a boa ontologia analisa as propriedades que tem poderes causais e as quais são usadas em mecanismos e explicações causais. À vista disso, para estipular o nível básico, o mesmo seria conformado por um polo negativo, um conteúdo contínuo entre os dois polos e um polo positivo que representaria a continuidade ou não. A maioria das pesquisas busca explicar o polo positivo. O diferencial da presente pesquisa é estudar justamente o conteúdo considerado como contrário, ou mesmo contínuo, a partir da premissa “Conseqüentemente como parte da construção do conceito é pensar não somente apenas sobre

---

<sup>28</sup> Developing a concept is more than providing a definition: it is deciding what is important about an entity.

<sup>29</sup> One cannot separate the ontology from the concept of the role it plays in causal theories and explanation.

o positivo, mas também sobre o negativo que está na base do espectro” (GOERTZ, 2006, p. 30, tradução nossa).<sup>30</sup> Bons conceitos contrapõem atributos definidores, sendo que o positivo contrasta diretamente com o negativo. E o que está no meio constituindo a zona cinzenta do contínuo é a hipótese que permeia a condução do trabalho corrente. Mover ao longo do contínuo para pontuar/analisar entre esses polos. “Indicando a instabilidade no conceito e uma sobreposição contínua sobre os diferentes usos do termo” (GOERTZ, 2006, p. 33, tradução nossa).<sup>31</sup>

Uma visão contínua do neoliberalismo pode colocar a China aonde ela eventualmente pertenceria, ou seja, a zona cinza qual seja uma instância conceitual própria que a permite instaurar uma inovação no léxico até então vigente, hipótese a ser verificada na pesquisa em questão. Constituindo assim elementos conceituais que podem estar em transição. A análise propriamente desempenhada pode ser empreendida em dois níveis: a política doméstica e a política externa. Dessa forma, segue-se a sistemática de Goertz (2006) para estudo de conceitos: (1) análise explícita do polo negativo; (2) teorizar o contínuo subjacente entre polos positivo e negativo; (3) teorizar a zona cinza – determinar se o conceito é ou não contínuo ou dicotômico e (4) casos empíricos devem ser explicados e não presumidos.

É certamente possível construir estruturas híbridas, ou até mesmo radicalmente diferentes, mas conceitos podem ser vistos como variantes na condição de estrutura necessária e suficiente ou na semelhança familiar. A condição necessária às vezes aparece explicitamente como características e padrões *standard*. Já a semelhança familiar não aparece tão abertamente. (GOERTZ, 2006, p. 37, grifo nosso, tradução nossa).<sup>32</sup>

As condições necessárias sobre um conceito eliminam a necessidade sobre suficiência ou características suficientes de um conceito. “Enquanto a condição necessária e suficiente da estrutura é às vezes explicitamente usada, a semelhança familiar é quase nunca ligada à superfície; deve-se olhar a estrutura teórica, medidas quantitativas e outras evidências indiretas da estrutura do conceito” (GOERTZ, 2006, p. 39, tradução nossa).<sup>33</sup> Para Goertz (2006), essa continuidade que liga os dois padrões de estrutura apresentados (polo positivo e

<sup>30</sup> Consequently as part of the construction of the concept is to think not only about the positive but also about the negative that is at the base of the spectrum.

<sup>31</sup> Indicating the instability in the concept and a continuous overlap over the different uses of the term.

<sup>32</sup> It is certainly possible to construct hybrid or even radically different structures, but concepts can be seen as variants in the condition of necessary and sufficient structure or in family resemblance. The necessary condition sometimes appears explicitly as features and standard patterns. Already the family resemblance does not appear so openly.

<sup>33</sup> While the necessary and sufficient condition of the structure is sometimes explicitly used, family resemblance is almost never attached to the surface; one must look at the theoretical structure, quantitative measures and other indirect evidences of the structure of the concept.

polo negativo) pode ser designada por substituição contínua. Dessa maneira, apregoa o autor que “a ausência de uma dimensão pode ser compensada pela presença de outras dimensões”. (GOERTZ, 2006, p. 45, tradução nossa).<sup>34</sup>

Segundo Goertz (2006) o significado do conceito se encontra entre o mínimo e o máximo. O método da substituição é uma alternativa para comparar e contrastar diferentes estruturas de conceito. Há vários meios de se proceder com tal método, um deles é o relacionamento entre e dentro de níveis. “A análise da causa ontológica do conceito não pode ser divorciada das proposições causais do nível básico. Os poderes causais do objeto ou seus passivos causais no nível básico tem links íntimos com a ontologia do objeto” (GOERTZ, 2006, p. 55, tradução nossa).<sup>35</sup> Segundo Goertz (2006) existe uma conexão próxima entre abordagens semânticas de conceitos e abordagens ontológicas. “A teoria constitutiva tem um objetivo diferente, no qual são consideradas as propriedades das coisas por referência às estruturas em virtude das quais elas existem” (WENDT, 1998, apud GOERTZ, 2006, p. 62, tradução nossa).<sup>36</sup> Quando se analisa a semelhança familiar, existe uma certa independência das dimensões *vis a vis* ao geral.

Substituição é o caminho natural para incorporar diversidade cultural e histórica dentro da estrutura teórica ampla. Basicamente, os níveis básicos e secundários enfatizam semelhanças através de contextos diversos. Desde que elas são usadas no nível básico de teorias e proposições gerais, elas devem ser abstratas o bastante para se encaixar em muitas situações. Assim, o nível de indicadores na estrutura conceitual deve levar em conta a diversidade através das nações e do tempo. (GOERTZ, 2006, p. 63, tradução nossa).<sup>37</sup>

Asseverando as proposições apresentadas até aqui, para Gerring (1999), a formação de conceito não deve ser concebida como método – conjunto fixo de regras e resultado definitivo – mas como processo altamente variável envolvendo *trade-offs* entre demandas. Desse modo, de acordo com Gerring (1999), a formação de conceitos refere-se convencionalmente a três aspectos: (1) eventos ou fenômenos a serem definidos (extensão, denotação ou definição); (2) propriedades ou atribuições que as definem (intensão, conotação) e (3) rótulo: abarcando tanto (1) quanto (2). Isso exposto, a formação de conceitos é triangular e pode influenciar outras

---

<sup>34</sup> [...] the absence of one dimension can be compensated for by the presence of other dimensions.

<sup>35</sup> The analysis of the ontological cause of the concept cannot be divorced from the causal propositions of the basic level. The causal powers of the object or its causal liabilities at the basic level have intimate links to the object's ontology.

<sup>36</sup> Constitutive theory has a different goal in which the properties of things are considered by reference to the structures by virtue of which they exist.

<sup>37</sup> Substitutability is the natural way to incorporate cultural and historical diversity within the broad theoretical framework. Basically, basic and secondary levels emphasize similarities across diverse contexts. Since they are used at the basic level of general theories and propositions, they must be abstract enough to fit into many situations. Thus, the level of indicators in the conceptual framework should take into account diversity across nations and time.

áreas podendo até mesmo conformá-las. Esses conceitos são também dinâmicos e os recorrentes conflitos entre termos e definições propiciam reconstrução para a compreensão da realidade vigente. “Conceitos são empregados de maneira diferente em diferentes campos e subcampos e dentro de diferentes tradições intelectuais” (GERRING, 1999, p. 360, tradução nossa).<sup>38</sup>

Mesmo dentro de áreas muito próximas e correlatas existem ambiguidades em torno de tais termos. Segundo Gerring (1999) o que se tem percebido recentemente é que os conceitos não têm definição única, pelo contrário, proveem um conjunto de opções de definições e terminologias. Deixam de ser únicos e exclusivos para serem multivalentes. “Os conceitos são formados por uma ampla variedade de objetivos/propostas, as quais podem atender funções diferentes na pesquisa de ciência social” (GERRING, 1999, p. 367, tradução nossa).<sup>39</sup> Em função disso, a formação de conceitos é vista como um conjunto de *trade-off*, quer dizer, deve-se entender que não existe uma única solução, mas várias alternativas possíveis, as quais resultam em entendimentos relativos sobre o que é aquele conceito. Logo, existe uma relação entre significados novos e velhos de termos dados. Por conseguinte, as características centrais propiciam segurança epistemológica e histórica aos termos; já as periféricas possibilitam novos entendimentos.

A familiaridade descreve o termo de forma detalhada. Se existe um *gap* considerável, se a noção comum causar pluralidade de ideias distintas, a criação de novos e distintos termos faz-se necessária. Em vista disso, termos importados de seus contextos normais para contextos diferentes nos quais sua definição tomou novos significados ou sentidos adicionais. O que define um conceito é a clareza de suas fronteiras dentro de um campo de termos similares. Um conceito mal limitado tem fronteiras que se sobrepõem a conceitos vizinhos. “Definir um objeto é o ato ou o produto de marcar ou delimitar os contornos ou qualquer concepção” (GERRING, 1999, p. 376, tradução nossa).<sup>40</sup> A partir dessa premissa, o neoliberalismo é enquadrado como um termo de difícil compreensão, sem fronteiras claras. Assim, como ideologia, o neoliberalismo é um exemplo de conceito sem fronteiras delimitadas, muitas vezes circunscrito e confundido com conceitos próximos ou vizinhos. Para a aferição de uma análise assertiva é imprescindível que o conceito tenha as fronteiras demarcadas no tempo e no espaço, saber não apenas o que o conceito é, mas também aonde ele está, permitindo assim um real entendimento que é obtido não apenas pela definição de atributos, mas também pelo

<sup>38</sup> Concepts are employed differently in different fields and subfields and within different intellectual traditions.

<sup>39</sup> The concepts are formed by a wide variety of objectives / proposals, which can serve different functions in social science research.

<sup>40</sup> Defining an object is the act or product of marking or delimiting the contours or any design.

estabelecimento de abordagens pragmáticas com o intuito de verificar eventuais diferenciações. “A formação de conceito refere à escolha de termos, atributos e entidades para defini-lo, não os indicadores usados para encontrá-lo” (GERRING, 1999, p. 378, tradução nossa).<sup>41</sup> Dessa maneira, torna-se passível enquadrar a utilidade desse conceito em tipologias mais amplas.

Redefinir um termo ou inventar um novo termo envolve algum reassentamento do campo semântico em que o termo está localizado. É impossível, em outras palavras, redefinir um termo sem redefinir os outros, pois a tarefa de definição consiste em estabelecer relacionamentos com termos vizinhos. (GERRING, 1999, p. 382, tradução nossa).<sup>42</sup>

Segundo Gerring (1999) o que existe dentro de mesmos conceitos não é diferença de tipo, mas de grau mencionando ainda que não existam conceitos puros. Assim a instauração de um ferramental que possibilite relacionar contexto, sentido e significado e ainda mensurar o real é fundamental para o entendimento e a compreensão do conceito dentro de cases específicos. A próxima seção pretende instituir uma matriz teórico-analítica para conjugar esses dois elementos a fim de oferecer uma maior amplitude metodológica.

A formação de conceito é principalmente um assunto contextual. Contextos diferem, com certeza, e a tarefa de formação de conceitos irá variar consideravelmente de acordo com a situação específica do mundo real que se está tentando descrever campos semânticos, dados epistemológicos e tarefas analíticas específicas. (GERRING, 1999, p. 391, tradução nossa).<sup>43</sup>

## 2.4 O objeto à luz da matriz dupla: Koselleck/Sartori

Fundamentada na alegação de que fazer história nada mais é que a conjunção entre pensamento social e político, dois autores foram considerados como os ícones dessa corrente analítica para jogar luz ao objeto de pesquisa pretendido, sendo representados por Reinhart Koselleck – história dos conceitos propriamente dita – e Quentin Skinner, no referente ao contextualismo linguístico. Esse último, criticava fortemente a história das ideias por considerar que as mesmas incorriam com grande frequência a anacronismos, imputando a

---

<sup>41</sup> Concept formation refers to the choice of terms, attributes and entities to define it, not the indicators used to find it.

<sup>42</sup> Redefining a term or inventing a new term involves some resettlement of the semantic field in which the term is located. It is impossible, in other words, to redefine a term without redefining the others, since the task of definition consists in establishing relationships with neighboring terms.

<sup>43</sup> Concept formation is primarily a contextual subject. Contexts differ with certainty, and the task of concept formation will vary considerably according to the specific real-world situation that is being attempted to describe semantic fields, epistemological data, and specific analytical tasks

autores e às obras intenções e significados que jamais tiveram, nem poderiam ter em seus contextos originais de produção. Desse modo, o que se viu com base nessa assertiva, foi a eclosão de uma série de mitologias históricas que narravam pensamentos que ninguém de fato pensou, isto é, as chamadas não-histórias.

Tal impasse nos faz refletir sobre a apropriação de fatos/acontecimentos do passado por conceitos atuais sem a devida atenção à significação original, uma vez que os atos de fala ocorrem em contextos e com autores específicos, com linguagens próprias ao tempo de sua formulação. Assim, tem-se que a partir do ato de fala, empreende a ação de interpretar, pelo qual se alcança significado que materializa a intenção. Um problema que se coloca é se a interpretação arguida é de fato aquilo que o autor quis expressar ou não. Uma possibilidade analítica para dirimir tal embaraço, “poderia se dar pela sua compreensão no interior do contexto em que foram produzidas” [...] “O objeto da análise historiográfica é deslocado da ideia para o autor, do conteúdo abstrato da doutrina para a ação ou performance concreta do ator num jogo de linguagem historicamente dado” (JASMIM, 2005, p. 28, grifo nosso).

Isso exposto, como analisar um conceito posto dentro de uma dinâmica contextual específica de um determinado autor? Para tal, não basta conforme a metodologia pretendida, apenas interpretar um conceito, no caso, o neoliberalismo, mas sim, separar a ideia e o conteúdo abstrato de doutrinas ou dogmáticas arraigadas, sobretudo por países anglo-saxões – lê-se Inglaterra e Estados Unidos – para a performance concreta de um *player*, a partir do seu fechamento, da reforma e do rejuvenescimento da China na esfera global. Pensar a China no período das reformas e toda a linguagem que lhe foi própria, materializando-se em diretrizes de mudanças e de *policies*, permite empreender análises que perpassem conceitos existentes, entretanto possibilitam a emergência e o entendimento de significados muito particulares.

É pueril intuir que conceitos elaborados em determinados *locus* e em tempos específicos são simples e automaticamente reportados a outros lugares sem sofrer quaisquer tipos de influência. Tal falácia pode ser ilustrada pela metáfora de Lucien Febvre da *utensilagem mental* como se tudo fosse estático e permissível a reles transferências e absorções. “O significado de uma proposição é o seu uso na linguagem e que, portanto, a sua elucidação deve orientar-se para o seu portador” (WITTGENSTEIN, 1984, p. 43, apud JASMIN, 2005, p. 28). Desse modo, não é suficiente a análise superficial do que é dito, mas sim o contexto, o qual permite dar sentido às proposições existentes – é o contexto que permite dizer o que foi falado culminando na retificação de conceitos em diversas perspectivas. Sem atentar ao contexto, ao seu significado inerente e principalmente às ações que lhes são intrínsecas não existe uma análise realmente crível. Dessa maneira, cabe a

indagação se a estipulação de conceitos não seria permissível como ferramenta de padronização/adequação de/e para outros atendendo a propósitos determinados? Assim não se considera plástico o conceito e sua conformação em contextos específicos, simplificando os conceitos a uma aderência unívoca em todas as situações, alegação demasiada utópica e passível de surgimento de dúvidas diversas.

Skinner (1969) confronta a crítica, alegando que a abrangência e a recorrência à história e ao contexto trariam significados outros, diferentes daqueles já tão preconizados pelos principais autores, abrindo um leque de alternativas, novas possibilidades e, por que não, a desnaturalização do existente. Viabilidade da coexistência entre dimensões positiva e negativa, operando de maneira complementar e não antagônica. Nessa linha de raciocínio, autores como Brenner e Theodore exprimem a possibilidade de construção social de natureza comum ao invés de contrários extremos no concernente ao mercado e ao Estado. “A doutrina neoliberal representa Estados e mercados como se fossem princípios diametralmente opostos de organização social, em vez de reconhecer o caráter politicamente construído de todas as relações econômicas”. (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 353, tradução nossa).<sup>44</sup>

Então, considerando essa proposição, faz-se relevante a mobilização e o estudo detalhados de categorias inscritas. Essas categorias podem ser diferentes e tal premissa não as torna inferiores ou não merecedoras de análise, isto é, não se pode deixar de considerar a questão do anacronismo que está presente e ainda a apreensão de significado. “A história só lidaria com respostas particulares a problemas epocais particulares, tem como contraparte a liberação teórica contemporânea para criar respostas novas (e particulares) para os problemas novos (e também particulares do presente)”. (SKINNER, 1969, p. 53 apud JASMIN, 2005, p. 30, grifo do autor).

O que de fato existe é um embate entre impossibilidade de transposição de conceitos antigos sem anacronismo *versus* a teoria contemporânea, o que possibilitaria uma inovação conceitual adequada à realidade vigente. Ao se referenciar o embate explicitado acima, fazendo-se uma analogia a Sartori (1970), o clássico e suas categorias constituintes seriam o conceito antigo, já a inovação conceitual corresponderia ao conceito emergente/viajante com categorias diversas e passíveis de readequações. Para a pesquisa corrente, o liberalismo clássico de Constant, Locke e Mill e o conceito próprio que lhe alicerça perpetra todo o tempo nessa lógica de inovação conceitual até deparar-se com um conceito novo, o *neoliberalismo variado*. Nessa lógica de diferentes formas de acumulação e de estratégias pauta-se o

---

<sup>44</sup> Neoliberal doctrine represents states and markets as if they were diametrically opposed principles of social organization, instead of recognizing the politically constructed character of all economic relations.

conceito de *variegated neoliberalism* (neoliberalismo variegado). “O consenso tácito é relativamente instável e contingente. O neoliberalismo variado busca capturar isso como um conceito refletindo a contradição transnacional-nacional” (MACARTNEY, 2011, p. 94, tradução nossa).<sup>45</sup> A cognição torna-se ela mesma prisioneira de sua historicidade, por conseguinte, a análise do período no qual se deu a reforma e a eclosão do neoliberalismo no mundo como política, como ideologia e como governança se faz essencial. Conforme Larner (2000), criou-se uma espécie de descritivo geral de significado acerca do que é o neoliberalismo e sua correlação com uma agenda válida para diretrizes políticas e econômicas. É possível então, estender o conceito a ponto de causar novas terminologias pautando-se na complementaridade mencionada por Pocock (1969) de que categorias a princípio contrastantes são de fato completivas, instituindo proposições insólitas como a economia socialista de mercado.

Considerando o conceito como viajante e eventual motivador para o estabelecimento de conceitos novos, esse necessita chegar a algum destino, ou seja, ser recepcionado em algum espaço de experiência e/ou algum *locus*. A investigação de como se deu a recepção do conceito no destino designado é fundamental, pois desencadeia ações futuras.

História dos efeitos é caracterizada por aquilo que a recepção contemporânea consegue determinar, a partir de um horizonte de expectativas, das diversas mutações sofridas pelos conceitos ou ideias no tempo. Se a historicidade dos significados das ideias é inescapável, a dos sujeitos que os conhecem também o é, transformando as condições de possibilidade do conhecimento dos conceitos do passado numa abertura interpretativa, por definição contemporânea, e não é passível de determinação científica. (JASMIN, 2005, p. 30).

Para que seja efetuado a análise, um modelo analítico é instaurado em dois níveis: o primeiro nível encarrega-se de descrever o liberalismo/ neo (liberalismo), mostrando todas suas conformações, os *locus* específicos de ocorrência no tempo e no espaço e ainda sua evolução. Já o segundo nível, remete estritamente à China como espaço de experiência e a recepção/assimilação do conceito – significado – efeitos: os efeitos serão analisados através de *policies*, abarcando o aspecto puramente empírico da pesquisa. É relevante considerar o agente da ação, isto é, aquele que profere atos de fala e os carrega semanticamente para posterior concretização no mundo real. Na investigação corrente o PCCh é balizado como o agente promotor de atos de fala e, por conseguinte de ações retratadas em *policies*.

---

<sup>45</sup> The tacit consensus is relatively unstable and contingent. Variegated neoliberalism seeks to capture this as a concept reflecting the transnational-national contradiction.

Segundo Skinner (1969) a utilização de determinados conceitos em contextos específicos não se faz de maneira despreziosa. Sempre haverá uma intenção *explícita* visando ao alcance de certos propósitos. Para além disso, ao se trabalhar com conceitos não se propõe obter “resultados últimos que alcancem verdades finais, auto evidentes e indubitáveis” (SKINNER, 1988, p. 280), mas sim inferir por meio da história correlacionada aos seus desdobramentos (ações) que nos permitem interpretar e inovar conceitualmente.

No entanto, para Koselleck (2006) a história dos conceitos é um modo particular de história reflexiva que foi desenvolvida por meio das tradições da filologia e da hermenêutica. Essa critica o *status quo* ao dizer que a baixa contextualização de ideias e conceitos utilizados no passado, no anacronismo daí derivado e na insistência metafísica da essencialidade das ideias empobrece e limita a abstração e complexidade dos conceitos, corroborando ainda ao ressaltar que o que acontece na definição de conceitos é uma “transferência descuidada para o passado de expressões modernas contextualmente determinadas, do argumento constitucional e à prática da história das ideias de tratá-las como constantes, articuladas em figuras históricas diferentes, mas elas mesmas fundamentalmente imutáveis” (KOSELLECK, 1985, p. 81, tradução nossa).<sup>46</sup> Desse modo, para se atingir um conceito coerente, é crucial que “o trabalho de explicação conceitual queira precisar as proposições passadas em seus termos próprios, tornando mais claras as circunstâncias intencionais contemporâneas em que foram formuladas”. (KOSELLECK, 1985, p. 81, tradução nossa)<sup>47</sup>.

Koselleck (1985) perpetua a prerrogativa de que as ideias não são atemporais e que também não são imutáveis, pautando-se muito mais por uma diacronia entre contextualismo linguístico e a história dos conceitos. Não obstante, assevera-se importância dos grupos no entendimento do conceito tanto para sua sustentação quanto para sua contestação, uma vez que a recepção é fundamental para sua interpretação e sobretudo para seus efeitos.

No que concerne ao objeto da pesquisa, tal pressuposto pode ser avaliado ao se designar quem seriam ou representariam grupos de análise (Partido Comunista Chinês, documentos – planos quinquenais, principais líderes do partido, políticas empreendidas – interna e/ou externamente). A relação constitutiva entre ato de fala e a estipulação do conceito é de enorme magnitude. “Se os atos de fala são únicos e os conceitos também são dependentes da experiência que os formulou, a recepção desses atos (ou de seus efeitos) se dá ao longo do

---

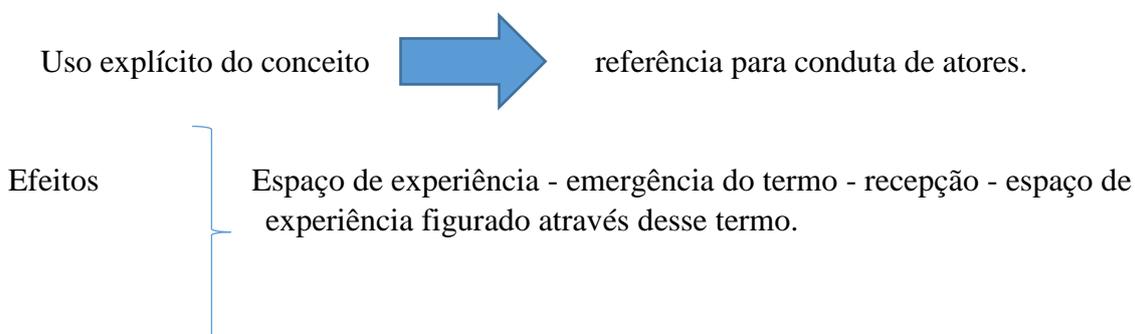
<sup>46</sup> [...] careless transfer to the past of modern, context-determined expressions of constitutional argument; and second, it directed itself to criticizing the practice in the history of ideas of treating ideas as constants, assuming different historical forms but of themselves fundamentally unchanging.

<sup>47</sup> [...] the work of conceptual explanation renders past statements precise, bringing more clearly into view contemporary intentional circumstance or relation in their linguistic make-up.

tempo, constituindo diacronicamente uma tradição interpretativa”. (JASMIN, 2005, p. 32, grifo do autor). Dessa maneira, a história tem relevante papel ao se examinar um conceito, uma vez que se depreende sua instauração constitutiva. É imperativo inquirir o passado para se compreender o presente.

Neste registro é possível afirmar, rigorosamente, que os conceitos em si não têm história, mas também é possível afirmar, com rigor, que a sua recepção tem. Aliás, é da própria condição de unicidade dos atos de fala ou dos conceitos articulados numa linguagem local que a história conceitual deriva a necessidade de uma história da recepção, já que parte justamente da aposta de que os significados não se mantiveram no tempo e que foram alterados. (JASMIN, 2005, p. 32).

Dessa forma, respalda-se a capacidade do local em determinar/expressar de forma satisfatória uma política, ideologia ou mesmo um tipo de governança, pois no momento de sua consecução a recepção do conceito ainda estava em processo de formação e por isso somente será coadunado em momento posterior, podendo ou não perpetuar continuidades ou instituir alterações. O requisito para a pesquisa é compreender a fixação do conceito neoliberalismo como definidor de um espaço de experiência que se estabelece a partir da apreensão de um conceito, sua recepção, sua fixação e obviamente de seus efeitos e de suas intenções em um dado espaço de experiência. A pergunta que se coloca é de como organizar um conjunto de experiências referentes a um determinado conceito no tempo, apoiando-se “no fato de que os conceitos também carregam uma dimensão temporal em si” (MAIA, 2015, p. 187). Essa asserção expressa conjuntamente uma preocupação temporal na medida em que as experiências são também expectativas, isto é, a apreensão do conceito a partir de experiências políticas quando das expectativas temporais viabilizados por tal conceito.



A dimensão temporal é muito importante para se analisar quando e onde certa experiência foi vivenciada. Pela conjugação entre experiência e expectativa pode-se compreender as teorias que emergiram e estudar os pensamentos nas suas diferentes concepções, seja na política, como ideologia, ou ainda expresso via modos de governança. “É

conceito que não apenas descreve um dado estado de coisas, mas também prescreve de modo que é possível falar-se em uma dimensão axiológica contida no seu uso” (MAIA, 2015, p. 188).

A temporalidade e sua relevância para Koselleck (2006) remete à ideia de uma necessidade de se estabelecer referenciais para se empreender a análise, a qual remete à experiência e não à temporalidade, isto é, à representação do conceito em momento específico. Autores clássicos no que tange ao liberalismo, chamados também de conservadores, com todos os atributos estabelecidos, permitiriam a instauração de uma unidade de referência. A proposta metodológica aqui sugerida, coteja à conjugação da história dos conceitos de Koselleck (2006) considerando os contextos linguísticos via atos de fala de Skinner (1969) e uma suposta evolução temporal arguida por Sartori (1970) que demarca e particulariza espaços de experiência muito próprios e horizontes de expectativas bem diversos.

Merquior (1991), ao traçar uma evolução no tempo desde à concepção do liberalismo em sua vertente mais clássica/tradicional até mencionar os novos liberalismos, e ao ultrapassar essa esfera dicotômica entre antigo e novo, instaura a ideia de análise ao grau de evolução. Larner (2000) executa uma inovação conceitual ao apresentar a terminologia *neoliberalism variegated*, ratificando o intento de que as inovações conceituais se adequam às realidades vigentes, empreendem ações e culminam *a posteriori* em efeitos.

Segundo Koselleck (2006), a recepção do conceito (elementos de ato de fala/cognição fazendo-se menção a Skinner [1969]), a apreensão deste conceito e seu significado para um determinado *locus*, simboliza o espaço de experiência, a produção de seus efeitos, podendo no caso da China, desencadear uma nova perspectiva conceitual, uma vez que o conceito viaja no tempo e no espaço. Em concordância com Larner (2000), o conceito e definição de neoliberalismo não são consensuais em sua plenitude e para além disso, consoante a Macartney (2011), apresenta particularidades entre países, regiões e tempos atinentes.

Constitui-se assim como um objeto tão presente na EPI contemporânea, o neoliberalismo se faz fortemente como pertinente para o estudo em voga. “Ela [história social] investiga as circunstâncias nas quais ocorreram determinados eventos, focalizando estruturas históricas de médio e longo prazos, bem como suas alterações” (KOSELLECK, 2006, p. 97, grifo nosso). “Uma sociedade e seus conceitos encontram-se em uma relação de polarização que caracteriza também as disciplinas históricas a eles associados” (KOSELLECK, 2006, p. 98). Como pressuposto e construto de análise, trata-se da terminologia política e social considerada relevante para o campo da experiência da história

social, ou seja, um conceito que se estenda para além de simples denotações, mas que, ao contrário, contemplem campos e/ou domínios de análises complexos em um *locus* estabelecido.

O sentido do que verdadeiramente significa determinado evento ou acontecimento, seja ele político, econômico ou social, está diretamente correlacionado ao contexto. Em uma análise mais aprofundada nos termos koselleckianos, pode-se mencionar como uma dada semântica conforma os espaços de experiência. É de extrema relevância considerar o caráter econômico, político e sociológico para a compreensão do conceito, sobretudo sua assimilação e significação quando da repercussão via efeitos e/ou ações.

O objetivo do presente trabalho não contempla uma avaliação no concernente à filologia, mas sim visa compreender que o conceito se transforma no tempo e no espaço, e ademais designar como os sentidos se convertem em ações específicas (*policies*) permitindo a manifestação de inovações conceituais muito peculiares. Ao se empreender uma recorrência histórica, o liberalismo foi definido em termos funcionais atrelados à economia, contudo, uma vez que esse termo foi colocado em contato com a realidade complexa das sociedades, a célebre premissa de Adam Smith da alocação eficiente dos recursos pelo mercado foi duramente questionada, prenunciando fissuras para com a interação com o Estado. “Na economia internacional reconhece-se há muito tempo que o mundo da mão invisível benigna não funciona” (KINDLEBERGER, 1976, p. 20-22 apud SCANDIUCCI FILHO, 2013, p. 356). Desse modo, “na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história” (KOSELLECK, 2006, p. 101), ou melhor, análises puramente simplistas e objetivas não serão capazes de explicar a complexidade do real não abarcando, portanto, sua heterogeneidade.

Logo, induz-se que os conceitos passam a ser utilizados em determinados espaços de experiência e convertem-se segundo Koselleck (2006) em indicadores de mudança futura, abrangendo novos horizontes de expectativas. A China e sua prática mista (controle e livre mercado) está instituindo um novo conceito diferente das derivações conceituais oriundas do liberalismo clássico. “Sem questionar a prioridade pragmática ou conceitual no processo das mudanças, o resultado permanece suficientemente elucidativo. A luta pelos conceitos adequados ganha relevância social e política”. (KOSELLECK, 2006, p. 102). Infere-se aqui a hipótese da pesquisa qual seja: a economia socialista de mercado seria a instância conceitual que permitiria a China utilizar-se, pragmaticamente, de políticas de cunho neoliberal, em sentido estrito, para a acumulação de capital com a aquiescência do Estado, “a fim de tornar

palpáveis as intenções ou interesses ocultos por esse mesmo processo” (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Por consequência a proposição de um modelo analítico pautado por Koselleck e por Sartori, permitirá uma aproximação bastante factível entre o conteúdo empírico e o campo teórico, visando validar ou refutar a hipótese deste trabalho. Como conteúdo empírico se delinea todas as *policies* implementadas pelo país escolhido no estudo de caso, a China. No que tange ao campo da teoria calcado na historicidade, tem-se todo o arcabouço constituinte do liberalismo clássico até sua denominação mais moderna, o neoliberalismo variegado, o que possibilitará especificar o caso chinês considerando alterações ou continuidades, “desde o clichê até o conceito definido academicamente” (KOSELLECK, 2006, p. 103).

A história dos conceitos como ferramenta metodológica ultrapassa meramente a linguística abrangendo a história das ideias e principalmente questionando essa última. “Essa especialização pretendeu uma crítica à história das ideias compreendida como um conjunto de grandezas constantes, capazes de se articular em diferentes formas históricas sem qualquer alteração essencial” (KOSELLECK, 2006, p. 104). Como ampliação dessa metodologia, “tornou-se possível investigar também o espaço da experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investigava também a função política e social desse mesmo conceito” (KOSELLECK, 2006, p. 104), ou seja, aliar espaço e tempo de forma sincrônica para a análise.

Ao se delimitar como recorte temporal, a China, a partir das reformas iniciadas em nos idos de 1970 até o ano de 2015, intui-se executar um diagnóstico diacrônico de tempo e de espaço. “Os conceitos são separados de seu contexto situacional e seus significados lexicais investigados ao longo de uma sequência temporal, para serem depois ordenados uns em relação aos outros, de modo que as análises históricas de cada conceito isolado se agregam a uma história dos conceitos” (KOSELLECK, 2006, p. 105). Tal assertiva é primordial quando se pretende realizar uma análise quanto às modificações e seus consequentes resultados no tempo, ou seja, privilegiando um estudo calcado no diacronismo. Percebe-se que as transformações no tempo necessitam imperativamente de um *locus* para se materializar. Dessa maneira, a pesquisa corrente, tem na China o *locus* para se observar o conceito, e no (neo) liberalismo, como instância conceitual, o objeto da investigação presente. “É apenas por meio da perspectiva diacrônica que se pode avaliar a duração e o impacto de um conceito social ou político, assim como das suas respectivas estruturas” (KOSELLECK, 2006, p. 105).

Quando se chega a um determinado nível de abstração, ou seja, de interpelação do conteúdo, deve-se passar para o plano da tangibilidade no concernente ao funcionamento de

suas estruturas para avaliar seus desdobramentos em *policies*. Essas *policies* permitirão categorizar, classificar e compreender o real significado do conceito empregado naquele contexto específico. “As alterações estruturais de longo prazo só podem ser abarcadas por uma investigação diacrônica da estrutura profunda dos conceitos”. (KOSELLECK, 2006, p. 106). Torna-se possível a partir desse estudo diacrônico, perceber processos de permanência (continuidade), alteração (transformações) ou até mesmo ineditismo (fatos totalmente novos/neologismos). Por de trás de conceitos aparentemente globais, é imprescindível avaliar o conceito através de definições que lhe são inerentes e lhe conferem definições por vezes tão plurais, resgatando a polissemia que é inerente aos conceitos. “Ainda que os significados abstratos e concretos estejam associados a seus significantes (as palavras), eles se nutrem também do conteúdo suposto, do contexto falado ou escrito e da situação social. O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso” (KOSELLECK, 2006, p. 109, grifo do autor).

Por isso, cabe o questionamento de quais seriam os elementos que estão inclusos na palavra neoliberalismo para que a mesma se torne um conceito. Importante frisar a consecução de um método analítico misto tangenciando a Koselleck e a Sartori, pois vale arguir não somente à conformação do sentido conceitual, mas também seus efeitos (*policies*) a fim de empreender um estudo completo, abrangendo significado e significante. “Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido” (KOSELLECK, 2006, p. 109).

É extremamente importante o *locus*, o espaço da experiência e os seus efeitos. “O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito” (KOSELLECK, 2006, p. 109). Portanto, quando se utiliza a metodologia da história dos conceitos não se pode deixar de considerar a história material, por isso é urgente entender e analisar as *policies* compreendidas em um dado tempo e lugar.

A história dos conceitos prioriza a alternância de investigações sincrônica e diacrônica para se alcançar construtos novos ou mesmo confirmar antigos, correspondentes a certas realidades factuais, estratificando significados em épocas e/ou tempos diferentes, enfatizando diferenças entre fatos e estruturas. “A história dos conceitos evidencia a diferença que predomina entre um núcleo conceitual do passado e um núcleo conceitual contemporâneo” (KOSELLECK, 2006, p. 116). Relevante mencionar com base na alegação anteriormente apresentada que um conceito do passado aqui denominado como liberalismo clássico e um

núcleo mais recente da contemporaneidade, neoliberalismo variegado, se resvalam ao espaço de experiência, China, e dentro de um horizonte de expectativas, corroboram esse núcleo contemporâneo ou procedem com alguma inovação conceitual, perpassando às convergências e às divergências.

Koselleck (2006) afirma que é justamente possível que exista uma tensão entre realidade no que se refere à sua própria dinâmica e ao conceito propriamente dito. Efetuando uma recorrência histórica tem-se que essa dicotomia entre discurso e ação efetiva pode ser exemplificada segundo Chang (2002) no comportamento dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial ao defender o livre mercado externamente e dentro de suas fronteiras fazer-se valer de um acentuado protecionismo. Avançando na história, pode-se explicitar a postura dos EUA e do Reino Unido quanto à utilização de princípios neoliberais. Percebe-se que discursivamente o neoliberalismo foi propagado ao mundo, mas no âmbito nacional seus ditames foram diversas vezes ignorados para a estipulação de suas políticas. Vários estudiosos como Wood (2003), Panitch e Gindin (2012) afirmam que mesmo durante o *laissez faire*, medidas protecionistas e tarifárias ocorriam nas principais potências capitalistas, o que foi imprescindível para a expansão econômica desses Estados a longo prazo. Assegura-se que o mercado livre não surgiria sozinho, sendo, portanto, rudimentar alegar que o Estado não esteve presente na dinâmica capitalista. Reforçando o argumento de Koselleck (2006) de “relação cronológica entre o acontecimento e a estrutura ou a justaposição de permanência e alteração” (KOSELLECK, 2006, p. 117).

Por isso, é plausível propor alternativas a um determinado conceito, como também sugerir alternativas híbridas que visem a elucidar peculiaridades de estruturas domésticas bastante *sui generis*, pois, os acontecimentos não se reduzem apenas à sua expressão linguística. A eles deve-se adicionar as experiências, as quais são compostas por variáveis materiais e naturais, além de instituições e como todos se comportam concomitantemente. A análise entre história passada e história atual exige um aprofundamento para além de aspectos puramente linguísticos, resgatando a importância da recepção de determinados conceitos em espaços de experiência específicos.

Os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história. É isto que os caracteriza dentro de uma linguagem. Mas, em virtude da diferença que destacamos, eles possuem um modo de ser próprio, a partir do qual influem sobre as diversas situações e acontecimentos, ou a elas reagem. (KOSELLECK, 2006, p. 268).

Para Koselleck (2006) o estudo relacionado a possíveis movimentos de conceito no tempo pode ser empreendido de três maneiras: (1) distinguir um período passado de um contemporâneo; (2) conceitos novos ou carregados de neologismos passaram por movimento ou por cristalização que os remete à temporalização; e (3) conceitos em movimento que contemplam critérios semânticos e pragmáticos de certas épocas. Por consequência, tal qual ocorrido com o conceito de modernidade, que necessitou de quatro séculos decorridos para se fixar no léxico recorrente, compreender o neoliberalismo como termo eventualmente fixado em um país por tanto tempo recluso em si mesmo desperta a curiosidade. Desse modo, somente poderia ser fixado no léxico do espaço de experiência em questão, após ter sido efetivamente recepcionado e, mais que isso, ter se materializado em ações, que na pesquisa corrente, serão expressas em *policies*. “Um período qualquer só pode ser reduzido a um denominado diacrônico comum, a um conceito que enfeixe estruturas comuns, depois de decorrido certo tempo” (KOSELLECK, 2006, p. 269).

A comparação somente se torna possível quando se estabelecem contrários em termos de conceitos e em seus atributos correspondentes, como menciona Sartori (1970). Logo, moderno *versus* antigo; velho *versus* novo; socialismo *versus* liberalismo somente ganham sentido quando tem contrastados seus significados, e obviamente quais são os tipos de *policies* que materializam ou quais condutas corroboram. Ou ainda quais movimentos executam no que concerne a mesclas, sobreposições ou inclusões/exclusões simbolizando para Sartori (1970) a extensão e a intensão conceituais.

Interessante ressaltar em que níveis de organização serão realizadas as análises a fim de delinear o processo de investigação. Com isso tal como menciona Larner (2000), o neoliberalismo aqui entendido por meio da digressão histórica suscitada por Merquior (1991) compreende a política, a ideologia e a governança, frisando que a vertente econômica delinea de modo transversal a todas elas. Nesta pesquisa, essas esferas serão vislumbradas como retratadas em *policies*. Eventuais percalços oriundos da complexidade provenientes da abstração, serão cuidadosamente examinados. Dessa maneira, referidas expressões “carregam consigo um lastro de consequências resultantes da criação do conceito” (KOSELLECK, 2006, p. 271).

Ao se estudar sobre a origem dos conceitos referentes ao tempo, tais como Antiguidade e a Idade Moderna ou Nova e seu caráter relacional, Koselleck (2006), julgou imprescindível a análise da dita Idade Média com marcos específicos que ligam o Antigo ao Novo, como o Renascimento e a Reforma. “Os dois conceitos de ligação com os tempos médios – Renascimento e Reforma – hoje usuais, eram de início expressões muito concretas,

e só aos poucos foram ocupando seu lugar em um esquema diacrônico. Nesse processo de longo prazo se esconde a evolução do conceito”. (KOSELLECK, 2006, p. 272). Ao se efetuar uma analogia com o objeto da pesquisa, as Reformas na China empreendidas a partir do final da década de 1970, possibilitam a inauguração do estabelecimento de ligação que abarca tanto o antigo, período anterior às Reformas e o novo, que ainda está em processo de conformação. As Reformas representam necessariamente o tempo do meio, cujos desdobramentos ainda estão em curso, ressaltando que em termos de fixação lexical, a maturidade temporal é imprescindível. Pode-se deduzir que as reformas na China dão início ao período de transição/passagem por meio de reformulações do existente ou de inovações conceituais.

Somente se pode considerar um conceito como consolidado, segundo Koselleck (2006), quando o período de tempo já se encontra como fechado, consolidando seu lugar/*locus* na história universal. Contudo, ao se estudar as RIs, sobretudo a EPI, vê-se que a dinamicidade é inerente aos acontecimentos que lhes são subjacentes, restando apenas a possibilidade de recortes temporais passíveis de alteração no transcorrer do tempo. O resultado que coaduna as consequências ou desdobramentos das Reformas realizadas na China, se traduzem na “simples constatação de que o agora é novo, de que o tempo atual se opõe ao tempo passado, seja qual for a profundidade desse passado”. (KOSELLECK, 2006, p. 274, grifo nosso).

Dessa forma, as novas experiências não precisam desconsiderar o antigo, o que lhe precede, para algo totalmente inédito. Essa premissa induz à coexistência de antagonismos como menciona Jasmin (2005), de forma a buscar uma completude que pode ser requerida em determinadas situações. Pode-se lentamente alterar a configuração das coisas e essas podem assumir ordens bem peculiares. As mesmas somente podem ser avaliadas quando forem concretizadas no tempo do *locus* escolhido. Conforme essa sistemática, novas expressões despontaram para designar experiências próprias associadas ao sentido e ao significado que de fato lhes alicerçava. “Então o novo tempo indica novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira” (KOSELLECK, 2006, p. 274).

Quando se insere na análise o fator *tempus*, é imperativo compreender como o tempo determina critérios que caracterizam objetos ou mesmo sujeitos, ou seja, “passam a ser entendidos como unidades coerentes e carregadas de sentido” (KOSELLECK, 2006, p. 283). A experiência histórica figura então como reflexo de acontecimentos muito singulares que se passam em histórias diferentes, mas no mesmo tempo cronológico. Esse pressuposto poderia remeter à ideia de progresso quando se estabelece comparações, ressaltando ainda que, conforme Koselleck (2006), experimentos novos dificilmente adquirem sua completude no

mesmo tempo em que surgem, atravessando assim tempos futuros até finalmente se fixarem no léxico. Dessa maneira, efetua-se uma analogia de como a experiência chinesa desde as Reformas dos idos de 1970 repercutiriam nos anos vindouros, não obstante, asseverações dessa natureza somente poderão ser de fato consideradas como exequíveis no futuro por meio do estudo dos acontecimentos que hoje ocorrem.

Esteando-se nessa máxima, os processos ocorridos em *locus* diferentes permitem o eclodir de experiências diversas e formulações próximas, contínuas ou mesmo distantes do padrão normalmente fixado, priorizando assim a relatividade, que somente pode ser compreendida por seus efeitos únicos. “Às componentes espaciais se acrescentam as temporais”. (KOSELLECK, 2006, p. 292). Ora, os conceitos que inicialmente se formaram apenas no campo teórico passaram a ser legitimados por sua recepção no *locus* e por sua materialização por meio de ações ou especialmente, na presente pesquisa, por *policies*. Por isso o liberalismo “avança no mesmo ritmo que o próprio tempo, ou encontra obstáculos na medida em que o passado continua atuante no presente” (KOSELLECK, 2006, p. 297).

Para se realizar a análise são utilizadas categorias históricas como ferramentas fundamentais para a obtenção de respostas ao que é questionado. “Experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro, pois, enriquecidas em seu conteúdo elas dirigem as ações concretas no movimento social e político” (KOSELLECK, 2006, p. 308). A análise executada desde a utilização dessas categorias, possibilita descobrir como de fato, os conceitos foram efetivados e concretizados no tempo e no espaço. Entre a experiência passada e a adquirida na atualidade, existe uma temporalidade de conformação que ainda moldará a expectativa futura. Baseando-se nessa declaração, entende-se que existe um tempo para acomodação tanto em relação ao passado quanto ao presente e também daquilo a se vislumbrar no futuro, ou seja, a expectativa. Assim, as reformas na China configuram o início de uma nova experiência cujos efeitos e significados estão em processo de instauração, por isso, o conceito ainda se encontrar em movimento. “A partir de então, o horizonte de expectativa passa a incluir um coeficiente de mudança que se desenvolve com o tempo” (KOSELLECK, 2006, p. 317).

No transcorrer do tempo no *locus* determinado, os conceitos *a priori* considerados como antônimos, podem coexistir amistosamente no mundo da experiência e da expectativa. “Sabe-se desde então que se vive em um tempo de transição, o qual ordena de maneira temporalmente diversa a diferença entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 320). Essa coexistência intervém na classificação dos conceitos sociais e políticos estruturando-se por intermédio das categorias expectativa e experiência as quais “oferecem,

não obstante, uma chave para mostrar o tempo histórico em mutação” (KOSELLECK, 2006, p. 322).

Ao inserir tais categorias na análise, Koselleck (2006) vai para além da esfera textual e linguística englobando a “história social e aspectos extralinguísticos da condição humana” (FERES JR., 2008, p. 11). Feres Jr. (2008), ao utilizar a história dos conceitos como composta pela junção entre a semântica histórica e a história social retoma as quatro possibilidades para a compreensão de um conceito o qual define conceito básico como sendo “um elemento do vocabulário político inevitável e insubstituível” (FERES JR., 2008, p. 12), frisando que a democratização e a politização estão correlacionadas diretamente à estipulação do conceito básico. As possibilidades mencionadas referem-se às variáveis independentes primordiais para a consecução do estudo, quais sejam: (1) democratização; (2) politização; (3) temporalização e (4) ideologização.

A democratização tem a ver diretamente com a ampliação do espaço social de uso de um dado conceito, ou seja, é uma hipótese diretamente vinculada à história social. E a politização corresponde à transformação de conceitos em armas de combate linguístico entre grupos e setores sociais. (FERES JR., 2008, p. 11).

No concernente à ideologização, a mesma é definida como “processo pelo qual os conceitos se tornam mais abstratos, mais desligados da realidade imediata, e a temporalização, que ocorre quando conceitos passam a expressar horizontes de expectativa futuros diversos da experiência presente” (FERES JR., 2008, p.11). A temporalização é fundamental para modificar conceitos existentes ou mesmo instituir novos que ultrapassam aspectos político-jurídicos alcançando a EPI. Quando se ambiciona uma análise mais complexa, avaliando a recepção do conceito em seu *locus* respectivo, se observa que o conceito engendra a si mesmo, como resultado do tempo que lhe é respectivo. Desse modo, “está condensada a dimensão político-pragmática do conceito” (KOSELLECK, 2006, p. 299). Aos conceitos se agregam coeficientes temporais de mudança, os quais possuem dimensões de tempo internas e respondem e/ou conformam realidades nas quais estão inseridos. “Os mesmos conceitos podem ser assumidos em diferentes perspectivas” (KOSELLECK, 2006, p. 299).

Assim, quando se busca definir um conceito básico e de fato caracterizá-lo, torna-se indispensável proceder à uma verificação por meio das variáveis independentes, democratização e politização, as quais estão diretamente ligadas à semântica histórica e à história social. Parte-se da premissa de que as relações entre as variáveis de análise aqui apresentadas são consecutivas no referente aos seus efeitos. Assim, é preciso que exista uma

democratização do conceito no âmbito institucional, ou seja, daqueles que efetivamente são responsáveis pela tomada de decisão, Partido Comunista Chinês (PCCh) e seus líderes para em seguida politizar esse mesmo conceito, ampliando seu uso e instituindo sua fixação no léxico condizente ao recorte temporal aventado. Importante frisar que a pesquisa atual priorizará a democratização à politização, devido ao limite imposto pelo tempo, e utilizará da temporalização apenas como suporte de aferição do léxico no tempo sem ater-se a estudos profundos no que coteja aos horizontes de expectativa. Contudo, não se descarta estudos futuros abrangendo tanto essa última assertiva quanto à ideologização.

Ao se mencionar a ontologia de Carl Schmitt da convivência de conceitos básicos e de contra conceitos a esses, considerados básicos, como sendo opostos a qualidades intrínsecas aos primeiros, se retoma a proposição de que o conflito está presente na política por meio desses antagonismos que na verdade possibilitam uma completude que pode resultar em inovações conceituais, que não necessariamente descartam opostos, mas os congregam em *locus* bem ímpares e incomparáveis. Desse modo, “conceitos geográficos que nomeiam povos, territórios e continentes não devem ser tomados como termos técnicos neutros, isto é, destituídos de conteúdo político” (FERES JR., 2008, p. 16), corroborando a imprescindibilidade do espaço de experiência para entendimento do conceito e conseqüentemente de sua significação. Um ponto que se admite à verificação é a expansão do termo através da recorrência do seu uso, motivando, conforme Feres Jr. (2008), uma suposta regularidade por intermédio da democratização e, por conseguinte, de seu uso na esfera linguística, representada aqui pela mensuração de aparições de certo termo ao longo da configuração de tempo projetada nesse diagnóstico. No objeto deste estudo, o início da democratização somente acontece com o empreendimento das Reformas, permitindo a emergência de novos conceitos antes totalmente impensados no contexto histórico que se descortinava até o momento. Presume-se “um perfil de evolução semântica que, por razões óbvias, é colado àquele da politização do termo” (FERES JR., 2008, p. 19), logo, o conceito ultrapassa o geográfico (*locus*) e penetra a genuína experiência.

Conveniente ressaltar o papel que a cultura e a tradição intelectual desempenham para a constituição do conceito, entretanto, as mesmas não são contempladas dentre os objetivos deste trabalho. A democratização enquanto reflexo de sua recepção e de seus efeitos a despeito de suas *policies* é o que de fato interessa à pesquisa. Desta forma, se observa “a assimetria das representações mútuas no tocante à construção do conceito” (FERES JR., 2008, p. 25). À vista disso, um conceito pode se tornar um conceito chave a partir da análise de determinado espaço de experiência, ou apenas (o que não deixa de ser notável) passar por um

processo de politização considerável. O arcabouço analítico que se pretende para compreensão dos termos seria fundado por dois lados que a princípio seriam imiscíveis ao se considerar o *mainstream* do chamado liberalismo clássico até outros arranjos, ressaltando a irrefutabilidade da relevância do lugar de enunciação, isto é, as perspectivas nacionais sob investigação. “O exame da história do conceito conduz a *insights* interessantes a respeito do peso e da importância relativa da história social e da semântica estrutural na dinâmica de mutação do conceito” (FERES JR., 2008, p. 28). Assim procede-se ao estudo do conceito liberalismo desde sua conformação como conceito básico até suas variantes mais contemporâneas a fim de apurar particularidades e/ou inovações conceituais intrínsecas a esse termo ao longo da história social amparada pela semântica histórica.

### 3 DOS ANTIGOS AOS NOVOS LIBERALISMOS

#### 3.1 O conceito no tempo histórico

Segundo Fonseca (2015), quando um conceito passa por evolução o seu sentido pode ser alterado pelo contexto e pela própria recepção em espaços de experiência específicos. Assim considerando o referencial esquemático de Koselleck (2006) de que os conceitos têm de fato uma história que lhes é inerente, a qual funda-se com a invenção, passando pela fixação no léxico com um significado específico, vivencia transformações até alcançar o seu desaparecimento, torna-se preponderante o estudo da história conceitual do liberalismo, enfatizando o princípio de que os conceitos podem atravessar continuidades e/ou discontinuidades nos ambientes temporal e espacial.

Nietzsche disse que apenas seres a-históricos permitem uma definição no verdadeiro sentido da palavra. Assim o liberalismo, um fenômeno histórico com muitos aspectos, dificilmente pode ser definido. Tendo ele próprio moldado grande parte do nosso mundo moderno, o liberalismo reflete a diversidade da história moderna, a mais antiga e a mais recente. (MERQUIOR, 1991, p. 15).

Desse modo, vários autores tentaram definir esse termo ao longo da história. Contudo, cometeram erros ao categorizar experiências particulares como conceitos gerais, não os concebendo como conceitos abstratos, tal qual menciona Weber (1979), ou seja, aliando construções sociais e intersubjetivas para o estabelecimento de significado. A ausência proveniente da aplicação do abstrato na análise provoca a eclosão de pseudoequivalências e converte a maioria dos conhecimentos como já definidos e como dados àqueles que deles se utilizam. Assim, o alongamento de Sartori (1970) de variedade política e de diferenciação de estágios e de consolidações conceituais perde totalmente o sentido. Isso exposto, considera-se mais prudente buscar descrevê-lo do que o definir de maneira simplista, isto é, evidencia-se a importância de se recorrer à “descrição comparativa de suas manifestações históricas” (MERQUIOR, 1991, p. 15), para em seguida efetuar contextualizações a partir da expansão política e de suscitar novas configurações com base no aparato lógico de Berenskoetter (2016): (1) aparência; (2) reflexividade; (3) análise e (4) produção de esforço de definição.

Os conceitos são separados de seu contexto situacional e seus significados lexicais investigados ao longo de uma sequência temporal para serem depois ordenados uns em relação aos outros, de modo que as análises históricas de cada conceito isolado se agregam a uma história do conceito. (KOSELLECK, 2006, p. 105).

Dessa maneira com vistas a compreender o termo liberalismo e de defini-lo conforme os parâmetros de Berenskoetter (2006) entabula-se uma digressão histórica desde sua origem até os dias correntes. Logo para Merquior (1991) o liberalismo no século XIX poderia ser analisado a partir da perspectiva de dois níveis: (1) pensamento e (2) sociedade. Conjugando esses dois níveis, o liberalismo foi entendido como um conjunto de doutrinas que sustentam o funcionamento das instituições, umas consideradas antigas outras novas à época. O surgimento do termo em si, foi na Inglaterra na luta política que culminou na Revolução Gloriosa contra Jaime II. Os pilares básicos que sustentavam o termo eram a tolerância religiosa e o governo constitucional, espalhando tais premissas pelo Ocidente. No ínterim entre 1688-Revolução Gloriosa- e 1789- Revolução Francesa- percebe-se a instauração de um protoliberalismo, ou seja, um “governo fundado em poder monárquico limitado e um bom grau de liberdade civil e religiosa” (MERQUIOR, 1991, p. 16).

Para Montesquieu, que visitava a Inglaterra à época, “a aliança entre a lei e a liberdade promovia uma sociedade mais sadia e próspera do que quaisquer das monarquias continentais” (MERQUIOR, 1991, p. 17). Muito se argumentou nesse período sobre a viabilidade de o governo atuar de forma mínima, priorizando áreas essenciais como paz e segurança. Para Carl Schmitt, o liberalismo refere-se à limitação da autoridade por meio da demarcação da autoridade estatal. Já para Benjamin Constant, “*le juste milieu* - um centro político a meio caminho entre o velho absolutismo e a nova democracia” (MERQUIOR, 1991, p. 18).

“Tanto conservadores quanto socialistas, quaisquer que fossem seus objetivos, cederam de forma patente a princípios liberais” (MERQUIOR, 1991, p. 19). O liberalismo se tornou um conceito universal no mundo, expandindo seu uso como “conceito básico”; já no século XX, a democracia e o liberalismo eram considerados como normais a serem adotados pelos países que se industrializavam, ressaltando que, segundo Feres Jr. (2008), um conceito básico não implica em consenso de significado. Devido a isso, em vários países o liberalismo e/ou suas ideias repercutiram de formas muito próprias.

Desse modo, não existe um consenso acerca do liberalismo. “Há liberalismos de harmonias e liberalismos de dissonâncias” (MERQUIOR, 1991, p. 20). “Na medida em que a organização liberal se desenvolveu com o passar do tempo, o significado do liberalismo alterou-se muito” (MERQUIOR, 1991, p. 20). Até mesmo nos Estados Unidos da América, um de seus precursores juntamente com a Inglaterra, o liberalismo passou por alterações de sentido e significado. “No decorrer de quase meio século, o próprio liberalismo tornou-se um campo de ideias e posições altamente diversificado” (MERQUIOR, 1991, p. 20), ou seja, “o

liberalismo já compreendia distintamente mais de um significado” (MERQUIOR, 1991, p. 20), asseverando a proposição de Koselleck (2006) de que as recepções de conceitos em espaços de experiência podem ser distintas e bastante *sui generis*, considerando o contexto e história social do país em questão.

Com a presunção de se assimilar os conceitos enquanto definição e sobretudo seus significados mais próximos ou até mesmo equânimes, algumas variáveis foram propostas visando a apreensão do conceito em voga. Tais variáveis, conforme Merquior (1991), foram: (1) autonomia; (2) liberdade; (3) participação na administração; (4) liberdade de consciência e crença; e (5) liberdade de viver como lhe convier. Contudo, ao analisar a primeira variável em termos de definição tem-se: “liberdade é o direito de fazer aquilo que a lei permite” (MONTESQUIEU, 2000); “liberdade significa obediência à lei que nós nos prescrevemos” (ROUSSEAU, 1947); (3) Liberdade é a fruição pacífica da independência individual ou privada (Constant, 1819). Assim, demonstra-se que diferentes escolas de pensamento são usadas para definir um termo único, isto é, países que representam ideias diversas. Dentre vários liberalismos, expressões mais acentuadas foram delimitadas em alguns países, destacando o enunciado de que espaços de experiência determinados recebem os conceitos de maneiras diversas e os salientam no concreto de *modus* muito próprios. Dessa maneira, faz-se relevante percorrer o liberalismo no tempo e estudar sua definição enquanto tentativa de enquadramento nas diretrizes conceituais e metodológicas que guiam essa pesquisa. Tal investida inicia-se com o chamado liberalismo clássico e atinge termos mais contemporâneos como o *neoliberalism variegated*, com o intuito de contemplar a performance chinesa nessa conjuntura e indagar que conceito é empregado segundo Lessa (2010) no mundo real que lhe é pertencente.

### **3.2 Liberalismo Clássico**

Essa corrente considerada como a proveniente do liberalismo clássico, é representada por pensadores clássicos liberais como: Locke, Montesquieu, Benjamin Constant, Tocqueville e Stuart Mill. Conforme Merquior (1991) tais autores fundiram traços liberais numa advocacia coerente da ordem social-liberal secular e introduziram outros temas no pensamento liberal como a democracia e o libertarianismo. Para Locke, a legitimidade seria alcançada por meio do estabelecimento da teoria do consentimento baseada em direitos e na confiança. Essa relação, conforme Merquior (1991), dita como os governantes e súditos deviam compreender

o seu relacionamento recíproco. “Tais teorias jamais foram abandonadas pelas tradições liberais subsequentes, apesar de sua diversidade” (MERQUIOR, 1991, p. 69).

Em contrapartida, o paradigma maquiavélico atribuiu primazia ao tempo, ora, “Pocock menciona claramente que Maquiavel inaugurou um novo paradigma na conceitualização de política. Antes de Maquiavel, a visão ocidental de política girava em torno de valores intemporais” (MERQUIOR, 1991, p. 70). Equiparando autores como Madison e Hamilton, os conceitos de liberalismo também eram bastante específicos aos locais de referência nos quais eram empregados. “Hamilton aprofundava a apreensão psicológica do liberalismo e Madison tratava de inventar uma maquinaria republicana” (MERQUIOR, 1991, p. 74). “Em outras palavras, preocupa-se em recorrer ao conceito francês de liberdade como um meio de fomentar a experiência da liberdade inglesa” (MERQUIOR, 1991, p. 74). O liberalismo aqui é vislumbrado na sua vertente política com origem na tradição iluminista e fazendo-se menções a crenças oriundas, por exemplo, de Locke. Liberalismo para Locke configurava uma visão direcionada do republicanismo moderno. De acordo com Merquior (1991), Locke apregoava um certo potencial democrático como componente das instituições liberais, assim como uma economia liberalista. O Estado, então, assume um *status* mais livre.

No que concerne ao poder propriamente dito exhibe-se uma crítica já efetuada por Benjamin Constant a Rousseau nas palavras de Merquior: “não basta transferir o poder, impõe-se também claramente delimitá-lo” (MERQUIOR, 1991, p. 75). Procedendo a uma recorrência histórica, o liberalismo pode ser localizado na linha temporal a partir do levante dos *Whigs* contra a monarquia inglesa, mais precisamente no rompimento com a monarquia Stuart, de que a monarquia simbolizava crença no progresso ou a algo novo.

Utilizando a composição metodológica de conceitos de conotação e denotação enfatizada por Sartori (1970), conforme Merquior (1991), por longo período de tempo, “outras conotações estão contidas na substituição do rótulo liberal pelo rótulo whig” (MERQUIOR, 1991, p. 76). Um ponto importante a se considerar na conformação do liberalismo, é a ideia de utilidade e sua associação à razão. Assim, “correspondendo à razão e logo igualada à maior felicidade do maior número” (MERQUIOR, 1991, p. 79). Neste trabalho subentende-se que a razão é usada de forma pragmática para atingir determinados fins.

Já para Bentham o papel do Estado estaria cristalizado em “uma visão mais ampla das finalidades do Estado, o qual para ele devia promover o bem-estar e a igualdade e também fazer vigorar a liberdade e a segurança” (MERQUIOR, 1991, p. 81). Como anteriormente mencionado, a expressão de liberalismo no mundo anglo-saxão e seus reflexos nos Estados

Unidos, são distintos do que foi expresso na Alemanha e na França. Na Alemanha, autores importantes como Hegel não possuíam um alinhamento ao conceito de liberal proveniente da sistemática inglesa. “Sua deificação do Estado não foi de qualquer forma socialmente reacionário, mas também não era compatível com o conceito liberal de liberdade política” (MERQUIOR, 1991, p. 82). Na França, autores como Constant, Guizot e Tocqueville representaram os liberais mais renomados e proclamados à época nesse país.

Na instauração inicial do liberalismo havia a ideia de ser *whig*, o que não significava ser democrata. Para Merquior (1991), Germaine, uma grande representante do liberalismo francês, não era republicana; ao contrário, evitava tal preceito. A civilização moderna refletia a força de dois impulsos distintos, um nacional e outro liberal. Para Guizot, o liberalismo era conservador. “Tão conservador que muito parecia na prática senão no espírito, com o reacionarismo sob nova forma” (MERQUIOR, 1991, p. 87).

Tocqueville se auto conclamava como um liberal de nova espécie e, para ele, “a centralização funcional do governo é necessária à unidade nacional” (MERQUIOR, 1991, p. 87). Há uma diferenciação que é feita nesse momento entre a centralização funcional que é importante para a dinâmica dos governos e a tirania administrativa, a qual representaria uma eventual “atomização da sociedade” (MERQUIOR, 1991, p. 87). “O liberalismo de Tocqueville, como o do economista suíço Simonde de Sismondi (1773-1842), era de natureza política, não econômica”. “Demonstrou que a igualdade não resulta (necessariamente) em liberdade” (MERQUIOR, 1991, p. 91).

Um célebre representante do liberalismo clássico foi John Stuart Mill, que era extremamente racionalista, “engajou em questões práticas de que se aproximou com um espírito de liberalismo de esquerda militante” (MERQUIOR, 1991, p. 96) e ainda “respeito à moral cívica e uma fé no valor educativo da participação democrática” (MERQUIOR, 1991, p. 96). O liberalismo clássico para Mill era como promotor de reivindicações progressistas, sendo então considerado como “uma ponte intelectual entre o liberalismo clássico e o socialismo liberal” (MERQUIOR, 1991, p. 98). Hayek e, mais recentemente, John Gray, censuraram Mill por ter separado irrealisticamente a individualidade dos contextos sociais da tradição cultural.

Assim, ao analisar a conformação do denominado liberalismo clássico percebe-se que países diferentes, mesmo que dentro de horizontes temporais próximos, repercutiram efeitos na materialidade de seu espaço de experiência de forma diversa. Tal argumento valida a asserção de Collier e Mahon (1993) acerca da importância da consideração do contexto, do significado conceitual e, sobretudo, de sua aplicabilidade. Com a intenção de exemplificar

esse pressuposto segue abaixo quadro comparativo entre os espaços de experiência de França e de Inglaterra no concernente ao conceito de liberalismo clássico.

**Quadro 1 - Liberalismo Clássico: França x Inglaterra**

<b>Liberalismo Clássico</b>	
<b>França</b>	<b>Inglaterra</b>
Trata instituições políticas em função das condições sociais	Nação, Estado e cidadania bem diferentes no caso inglês.
Valoriza perspectiva histórica	
Perspectiva comparatista	

**Elaborado pela autora com dados extraídos de Merquior (1991)**

Para além da observação a nível macro, de países, tem-se que mesmo dentre autores considerados como representantes do liberalismo clássico, havia diferenças quanto à definição do termo propriamente dito. “O que novamente apenas mostra quão extenso havia sido o caminho trilhado pelo liberalismo, mesmo naquela fase [remetendo ao liberalismo clássico]” (MERQUIOR, 1991, p. 105, grifo nosso). Gerring (1999) reforça essa declaração ao exaltar a relevância dos *trade-offs* entre demandas específicas e particulares para a conformação do conceito.

Avançando no tempo, adentrando-se nos anos de 1800, conforme Merquior (1991), o liberalismo retoma um tom mais direcionado à utilidade, aproximando-se consideravelmente da economia. Por volta de 1870, os discursos concernentes ao liberalismo permeiam os seguintes domínios: (1) direitos naturais; (2) republicanismo cívico; (3) economia política; (4) história utilitária; e (5) história comparativa; vislumbrando assim o “perfil conceitual do liberalismo clássico” (MERQUIOR, 1991, p. 106) e estabelecendo, segundo Sartori (1970), seu conceito clássico por definição. Esse conceito clássico que legitima a soberania nacional ao invés de legitimar direitos dinásticos, possui atributos considerados como *core* que norteiam o contingente aparecimento de conceitos outros, seja por adição, por acumulação ou ainda que propicia a emergência de um contra conceito àquele básico possibilitando assim

uma inovação conceitual. Passa-se então à verificação dos demais conceitos pós instauração do liberalismo clássico e sua conformação no léxico da EPI.

### 3.3 Liberalismo Conservador

Segundo Merquior (1991), no século XIX, o pensamento reinante não se conformava apenas no tocante ao liberalismo clássico. Correntes outras surgiram nessa época, sendo denominadas, por exemplo, como liberalismo conservador. Uma questão que se fez presente nessa conjuntura foi se existia uma real diferença entre o liberalismo conservador e o conservadorismo liberal, termo esse que também coexistia nesse período. Aponta Merquior (1991) que o conservadorismo liberal se assemelhava e pertencia fortemente à postura empreendida no Reino Unido, podendo ser qualificado nas palavras de Sartori (1970) como conceito por acumulação, pois busca um núcleo comum com o anteriormente convencional, isto é, o liberalismo clássico. Por outro lado, o liberalismo conservador estaria calcado em três premissas básicas, que seriam: (1) tradicionalismo; (2) organicismo; e (3) ceticismo político às inovações na vida pública, distinguindo-se como um conceito por adição, uma vez que conecta atributos antigos e inclui outros. Cabe ressaltar que o divergente entre o conservadorismo liberal e o liberalismo conservador estava de fato na flexibilidade e na adaptabilidade referentes ao organicismo e ao tradicionalismo. Enquanto, o conservadorismo liberal advoga à possibilidade de alterações frequentes, o liberalismo conservador os concebia como imutáveis e atemporais.

Durante esse ínterim, pode-se citar alguns autores importantes que reverenciavam suas condutas políticas por meio dos conceitos acima apresentados. Pode-se citar François René de Chateaubriand (1768-1848), como o principal expoente do liberalismo conservador. No extremo oposto, como grande representante do conservadorismo liberal, se menciona Edmund Burke (1729-1797). Burke defendia uma pretensa mudança na continuidade, ou com o passar do tempo uma eventual continuidade de mudança, pois, segundo Burke, inúmeras vezes os contextos nos quais estavam imersos exigiam alterações no percurso, intensificando o postulado de Wade (1990) de que a observação, a causalidade e a explicação são essenciais para a definição de atributos os quais podem ocasionar alterações institucionais na complexidade da relação entre Estado e mercado.

Àquela altura, os *tories* estavam apresentando a Revolução Gloriosa (originalmente um movimento *antitory*) como um arranjo para todos os tempos. Macaulay empreendeu demonstrar que era uma solução para o tempo dela e, como tal, apenas

uma fase de sábios ajustes políticos à mudança histórica. (MERQUIOR, 1991, p. 113, grifo do autor).

Nesse processo, os conceitos apresentados como liberalismo conservador e seu contraponto denominado como conservadorismo liberal, em espaços de experiência diferentes, foram categorizados através do tempo como um liberalismo conservador mais utilitário, expresso, segundo Merquior (1991), por Walter Bagehot (1826-1877), ou ainda numa vertente mais próxima ao evolucionismo como outorga Herbert Spencer (1820-1903) “na medida em que progride a civilização, os governos decaem” (MERQUIOR, 1991, p. 117). Conjugado a esse princípio, a evolução se faz essencial para a escolha daqueles que seriam os mais aptos, dando origem ao utilitarismo social.

Essas divergências conceituais permearam discussões e debates também na América Latina, sobretudo, na Argentina com Domingos Sarmiento (1811-1888) e Juan Bautista Alberdi (1810-1884), ambos liberais, entretanto não possuíam um pleno alinhamento do que esse termo representava. Isso exposto, apreende-se que mesmo quando considerados como conceitos únicos, não necessariamente o *locus* onde esses conceitos se materializam correspondem impreterivelmente a políticas unívocas, e claro, desdobrando-se em vários efeitos. Esse desdobrar de efeitos pode ainda desencadear novos conceitos ou mesmo reinventar o *core* inicialmente proposto. Com o avançar do tempo e com as mudanças que lhe foram inerentes, estudos mais aprofundados fizeram-se urgentes.

### **3.4 Novos Liberalismos: Do Neoliberalismo ao Neoliberalismo *Variegated***

No pós-Guerra Fria e com a prevalência do capitalismo sobre o socialismo pautando o vislumbrar de um cenário internacional inaudito, novos termos despontaram ou buscaram se acomodar no léxico, visando integrar-se ou adaptar-se à realidade que os tangenciava. Assim, a eclosão do neoliberalismo na década de 1970, conforme Larner (2000) criou uma espécie de descritivo geral de significado acerca do que é de fato o neoliberalismo e sua correlação com as formas contemporâneas de governança. Entretanto, Larner (2000) assevera que o neoliberalismo é bastante complexo e que seu conceito foi consolidado como um programa de reforma política iniciado e racionalizado por meio de um quadro teórico e ideológico relativamente coerente, ou seja, como uma agenda válida para diretrizes políticas e econômicas. Contudo, a universalização desse conceito faz-se problemática, uma vez que

quando se universaliza muitas vezes se pretere a importância da experiência, do *locus*, do contexto e da abstração carregada de semântica e de história social.

De acordo com Larner (2000), para o entendimento do conceito de neoliberalismo deve-se analisar três vertentes que se complementam, quais sejam: (1) neoliberalismo como ideologia; (2) neoliberalismo como política; e (3) neoliberalismo como governança. Como ideologia tem-se uma abordagem mais sociológica na qual instituições, organizações e processos são considerados; enquanto política entende-se a economia institucional, e como governança, embora o neoliberalismo possa significar menos governo, não segue que há menos governança.

Essas análises mostram que as novas configurações políticas são mais multi-vocais do que poderíamos ter entendido anteriormente. Mais imediatamente, somos alertados sobre a possibilidade de que existam configurações diferentes do neoliberalismo e que uma inspeção íntima de projetos políticos neoliberais particulares seja mais provável que revele um imaginário político complexo e híbrido, e não a implementação direta de uma filosofia única e coerente. (LARNER, 2000, p. 12, tradução nossa).<sup>48</sup>

O neoliberalismo não pode ser entendido como um sistema estático e hermético, pelo contrário, passa por constantes evoluções. A princípio compreendido como regime político, pode ser assim definido: “Como regime político, o neoliberalismo é definido pelas políticas microeconômicas de privatização, comercialização e desregulamentação, bem como políticas macroeconômicas de metas de inflação” (CAHILL, 2014, p. 9, tradução nossa).<sup>49</sup> Por meio dessa definição foi postulado um novo *modus operandi* às dinâmicas inerentes aos Estados, fazendo com que esses passassem por reestruturações econômicas e sociais. Com a crise de 2007, muitos supuseram que o neoliberalismo tivesse seu fim preconizado e sacramentado.

O mercado livre global implodiu e [...] ainda não sabemos quão graves e duradouras as consequências da atual crise mundial serão, mas certamente marcam o fim do tipo de livre capitalismo de mercado que capturou o mundo e seus governos nos anos desde Margareth Thatcher e Ronald Reagan. (CAHILL, 2014, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> These analyses show that new political configurations are more multi-vocal than we might previously have understood. Most immediately, we are alerted to the possibility that there are different configurations of neoliberalism, and that close inspection of particular neo-liberal political projects is more likely to reveal a complex and hybrid political imaginary, rather than the straightforward implementation of a unified and coherent philosophy.

<sup>49</sup> As a political regime, neoliberalism is defined by the microeconomic policies of privatization, commercialization and deregulation, as well as macroeconomic policies of inflation targets.

<sup>50</sup> The global free market has imploded and (e) we still do not know how serious and long-lasting the consequences of the current global crisis will be, but certainly mark the end of the kind of free market capitalism that has captured the world and its governments in the years since Margaret Thatcher and Ronald Reagan.

No entanto, mais de dez anos após o colapso da referida crise, o neoliberalismo mantém-se vivo ditando as regras na ordem econômica global, o que ratifica o postulado de que o conceito se recontextualiza, podendo adaptar-se ou alongar-se, como menciona Sartori (1970), através de viagens ou mesmo operar inovações de acordo com Koselleck (2006), expressando continuidades ou descontinuidades no tempo e no espaço. Muito se estuda acerca do que seja efetivamente o neoliberalismo em detrimento de conceitos idealizados que segundo Cahill (2014) não resistem a testes empíricos, reduzindo sobremaneira sua importância para análise.

Isso exposto, apreende-se que o neoliberalismo não é único, deve ser analisado por múltiplas interfaces e exige rigor analítico para seu entendimento. As economias capitalistas sempre dependeram de uma série de relações e instituições sociais, incluindo o Estado para seu funcionamento e instituição. O capitalismo seria historicamente *incorporado*, o que explicaria sua durabilidade nas crises e possibilidades frente a políticas não liberais que possuem caráter plástico, avaliando em concordância com Gerring (1999), *trade-offs* relativos às demandas domésticas e internacionais.

O capitalismo foi entendido como livre mercado e associado a premissas e a fundamentos neoliberais pujantes na década de 1970. Aspectos normativos da doutrina neoliberal foram disseminadas para a esfera política, instaurando o pressuposto de que o mercado é livre de externalidades, maximiza a eficiência econômica e também seria moral, uma vez que privilegia liberdade individual, conforme Friedman (1968). Dessa maneira, os neoliberais fundamentalistas ou doutrinários como Friedman (1968) e Hayek (1978) derrogam menor participação do Estado, a desregulamentação que prioriza as escolhas e por consequência a liberdade dos indivíduos e a privatização com a diminuição gradual do Estado, ou seja, *l'état du laissez faire*. O neoliberalismo teria como característica inerente ao seu funcionamento de forma imperativa um Estado mínimo. Muitos teóricos, tais quais Cahill (2014), associam a crise de 2008 à própria dinâmica capitalista sendo: (1) fundamentalismo do livre mercado; (2) capitalismo extremo; e (3) ganância excessiva. “No ano passado [...] vimos como as forças não controladas levaram o capitalismo ao precipício” (RUDD, 2009, p. 20 apud CAHILL, 2014, p. 4, grifo nosso, tradução nossa).<sup>51</sup> Reforçando esse posicionamento Stiglitz (2010) menciona que as economias necessitam de um equilíbrio entre o papel dos

---

<sup>51</sup> In the past year [...] we have seen how unchecked forces have brought capitalism to the precipice.

mercados e o papel do governo com contribuições importantes para instituições não governamentais e não mercadológicas.

Nos estudos de Hayek (1978) postula-se o Estado como sendo construído ao passo que o mercado surge espontaneamente. Tal confrontação é cerne imprescindível para a consolidação e corroboração do neoliberalismo como regime político, ou seja, como um processo cuja economia é desvinculada de estruturas sociais de apoio. Lê-se que o Estado e suas ações inerentes seriam compreendidas como “perversas” ao bom funcionamento dos mercados. Já Krugman (2009) assevera que o neoliberalismo nada mais é que uma doutrina que opera no plano das ideias. As mudanças nas políticas neoliberais refletem a influência da doutrina neoliberal. Nessa mesma vertente analítica, Harvey (2005) diz que Volcker e Thatcher criaram uma doutrina a qual denominaram neoliberalismo e a transformaram no guia central dos princípios do pensamento e gerenciamento econômicos. A doutrina rege então a dinâmica econômica e dita as regras para as demais áreas a ela relacionadas. Essa normativa inauguraria um arcabouço teórico clássico do neoliberalismo conforme Helleiner (1994) que se situa nos seguintes pilares: (1) privatização, (2) desregulamentação e (3) comercialização. Em 1970, a sinergia entre as citadas premissas alicerçantes neoliberais e trajetórias políticas dos Estados, a exemplo da quantidade expressiva de privatizações, fez menção a uma política neoliberal globalizante.

No início da década de 1990, a ordem financeira restritiva de Bretton Woods havia sido completamente revogada e um padrão de relações financeiras quase totalmente liberalizado surgiu entre os estados industriais avançados, dando aos operadores do mercado um grau de liberdade incomparável desde a década de 1920. (HELLEINER, 1994, p. 146, tradução nossa).<sup>52</sup>

Ao se adotar políticas neoliberais ao invés de um recuo do Estado como preconizado pelos neoliberais fundamentalistas, mencionando Friedman (1968) e Hayek (1978), o que de fato ocorreu foi uma alteração no tamanho econômico e na natureza do âmbito regulatório. No concernente ao escopo regulatório houve uma modificação do tipo de regulação que deixou de ser conforme Cahill (2014) de responsabilidade do Estado em *stricto sensu* para ser de atribuição de agências reguladoras. Dessa forma, pode-se inferir que factualmente a desregulamentação como intrínseca ao neoliberalismo, na verdade, ocasionou uma espécie de (re) regulação e não uma (des) regulamentação, constituindo o (neo) liberalismo como um novo liberalismo elencado na racionalidade Sartoriana como um conceito radial, pois não

---

<sup>52</sup> By the early 1990s, a restrictive Bretton Woods financial order had been completely repealed and a pattern of financial relations almost fully liberalized among advanced industrial countries, giving market players an unparalleled scale of freedom from a 1920s.

incorpora todos os atributos atinentes ao *core* do liberalismo primeiro, qual seja, o liberalismo clássico. Outra lacuna entre normativo e prático no que coteja a doutrina neoliberal é que se o neoliberalismo significa necessariamente uma diminuição do Estado na vida dos indivíduos, seria plausível uma redução na coerção do Estado na sistemática vigente, ampliando a indispensabilidade de organização de referenciais para empreender análises. Entretanto, conforme Cahill (2014), uma recorrência minuciosa da história demonstra que o Estado e seu papel coercitivo são fundamentais à manutenção do neoliberalismo e suas progressões econômicas correspondentes, apesar de sua natureza desigual. A esse respeito tem-se:

Enquanto o neoliberalismo aspira criar uma utopia de mercados livres liberados de todas as formas de interferência do Estado, na prática implicou uma intensificação dramática das formas coercivas e disciplinares de intervenção estatal para impor a regra do mercado” (BRENNER; THEODORE, 2002, p. tradução nossa).<sup>53</sup>

Segundo Macartney (2011), uma tentativa de se estabelecer um consenso acerca do que é neoliberalismo foi instituída após os anos 2000. Contudo, esse autor frisou que esse consenso é frágil, uma vez que o neoliberalismo está imerso dentro de um processo mais amplo que simplesmente o mero senso comum. Nessa lógica, de diferentes formas de acumulação e de estratégias, pauta-se o conceito de *variegated neoliberalism* (neoliberalismo variegado). “O consenso tácito é relativamente instável e contingente. O neoliberalismo variado busca capturar isso como um conceito refletindo a contradição transnacional-nacional” (MACARTNEY, 2011, p. 94, tradução nossa).<sup>54</sup> Desse modo, os percursos distintos de absorção do neoliberalismo são explicados por particularidades nas instituições referentes aos países simbolizados aqui como espaços de experiência específicos. O neoliberalismo comporta uma variedade, entendido como “um processo contínuo de transformação institucional, envolvendo tanto a destruição como a reconstrução de arquiteturas regulatórias e a sobreposição destas em instituições existentes” (CAHILL, 2014, p. 28, tradução nossa).<sup>55</sup> Essa diferença ocasionada pelo trajeto não uniforme propicia o surgimento, segundo Harvey (2005), do desenvolvimento geográfico desigual. E na cadência desse movimento foi implantado o consenso coletivo por meio da privatização, desregulamentação e mercado que regiram a vida política durante o século XX. Para Crouch (2011), o neoliberalismo não

<sup>53</sup> While neoliberalism aspires to create a utopia of free markets liberated from all forms of state interference, in practice it entailed a dramatic intensification of coercive and disciplinary forms of state intervention to impose market rule.

<sup>54</sup> The tacit consensus is relatively unstable and contingent. Varied neoliberalism seeks to capture this as a concept reflecting the transnational-national contradiction.

<sup>55</sup> It is a continuous process of institutional transformation, involving both the destruction and reconstruction of regulatory architectures and the overlap of these in existing institutions.

significa a apropriação de pressupostos idênticos àqueles preconizados pela economia neoclássica, e ressalta que a adoção de uma ideia de consenso neoliberal é problemática, uma vez que se deve considerar particularidades inerentes aos Estados. “As comparações transnacionais são problemáticas porque, para determinar o que o neoliberalismo significa a nível nacional, também é problemático. No entanto, o consenso decorre da conjuntura desses projetos nacionais, mesmo que distintivos.” (CROUCH, 2011, p. 388-389, tradução nossa).<sup>56</sup>

Na evolução do neoliberalismo desde a era de ouro até os dias atuais, observa-se que o Estado foi primordial para a reprodução do capitalismo e não antagônico a essas práticas, isto é, o crescente desenvolvimento de novos papéis assumidos pelo Estado que eram cruciais para a expansão dos processos econômicos capitalistas. Os conceitos podem ser empregados de forma diferente dependendo da tradição intelectual que analisa. Dimensões consideradas *a priori* como antagônicas podem ser na verdade complementares. Assevera-se, então, o Estado como fundamental para o desenvolvimento do capitalismo ao longo da história, podendo-se exemplificar por meio da criação de direitos de propriedade sobre a terra antes de caráter comunal e familiar. “O surgimento dos mercados foi quase sempre deliberadamente projetado pelo Estado” (CHANG, 2002, p. 547, tradução nossa).<sup>57</sup> Vários estudiosos como Wood (2003), Panitch e Gindin (2012) afirmam que mesmo durante o *laissez faire*, medidas protecionistas e tarifárias ocorriam nas principais potências capitalistas, o que foi imprescindível para a expansão econômica dos Estados a longo prazo. O mercado livre não surgiria sozinho. É simplista alegar que o Estado não esteve presente na prática capitalista.

O entendimento da estrutura na qual o neoliberalismo está imerso, suas formas de execução e consequentes desdobramentos faz-se indispensável. Para a escola de Amsterdã, de acordo com Overbeek (2004), abordar preocupações tanto meta-teóricas quanto normativas é imprescindível para a apreensão de críticas de temas tão discutidos recentemente, e dentre eles, encontra-se o neoliberalismo. Para o projeto de Amsterdã é necessário realizar uma perspectiva histórica de longo prazo, entender e explicar as continuidades envolvidas e as dinâmicas estruturais subjacentes. “O neoliberalismo é um fenômeno complexo com muitas perspectivas: social, econômica, política, espacial e cultural” (OVERBEEK, 2004, p. 130, tradução nossa).<sup>58</sup> O neoliberalismo está relacionado ao itinerário de longo prazo do capitalismo global, possuindo atributos novos e resgatando antigos. Três categorias são

---

<sup>56</sup> Transnational comparisons are problematic because, in order to determine what neoliberalism means at the national level, it is also problematic. However, the consensus stems from the conjuncture of these national projects, even if distinctive.

<sup>57</sup> The emergence of markets was almost always deliberately projected by the state.

<sup>58</sup> Neoliberalism is a complex phenomenon with many dimensions: social, economic, political, spatial and cultural.

relevantes para a perpetuação do Estado em cenários capitalistas: (1) a relação capital requer mediação de alguma forma; (2) o próprio capital vai além das relações de capital exigindo outros meios para sua propagação; e (3) a acumulação ao longo do tempo necessita de um tipo de estado capitalista, cuja função é facilitar a reprodução da relação de capital e da economia capitalista na forma mais ampla.

As economias capitalistas seriam incapazes de produzir os insumos necessários à sua própria reprodução, que são providos pelo Estado, o qual oferece também razões e condições para a manutenção de mercados, estabelecimento de regras para a acumulação de capital e suas relações inerentes. “O Estado capitalista deve tentar cumprir duas funções básicas e muitas vezes mutuamente contraditórias – acumulação e legitimação” (O’CONNOR, 1973, p. 6, tradução nossa).<sup>59</sup> O Estado molda processos de acumulação o que cria contornos de *feedback* que, por sua vez, condicionam a natureza do mesmo. “Os imperativos econômicos do capitalismo sempre precisam de apoio por poderes extra econômicos de regulação e coerção” (WOOD, 2002, p. 178, tradução nossa).<sup>60</sup> No entanto, como o Estado também é uma instituição política, sua trajetória tem um grau de autonomia nesses processos de acumulação. É falacioso estipular generalizações sobre os tipos de estados, sendo imperativo considerar suas particularidades geográficas, temporais e aquelas associadas à dependência da trajetória. (*path dependence*).<sup>61</sup>

Além disso, concentra a análise sobre as formas em que as dinâmicas perenes do tipo de Estado capitalista são superadas e mediadas por desenvolvimentos institucionais historicamente específicos e dependentes do caminho que podem ter suas próprias dinâmicas e contradições únicas. (CAHILL, 2014, p. 73, tradução nossa).<sup>62</sup>

Assim, segundo Overbeek (2004), o neoliberalismo pode variar de país para país em termos de composição social ou perfil político-partidário, dependendo da conjuntura política, dos fatores históricos e particularidades do país. Reforçando esse argumento, Macartney (2011) enfatiza que a *variação* do neoliberalismo permite uma ampliação da apreensão da evolução econômica passada para identificar mecanismos causais e destacar especificidades espaciais como características inerentes e necessárias ao contexto de análise. O conceito de

<sup>59</sup> The capitalist state must attempt to fulfill two basic and often mutually contradictory functions - accumulation and legitimation.

<sup>60</sup> The economic imperatives of capitalism always need support by extra-economic powers of regulation and coercion.

<sup>61</sup> *Path dependence*: dependência da trajetória.

<sup>62</sup> Moreover, it concentrates the analysis on the ways in which the perennial dynamics of the type of capitalist state are overcome and mediated by historically specific and path-dependent institutional developments that may have their own unique dynamics and contradictions.

*neoliberalismo variegado* com base nos enunciados de Sartori (1970) poderia ser rotulado analiticamente como um conceito por adição ao neoliberalismo, uma vez que apresenta atributos já conhecidos mas inclui outros a fim de expressar aquilo que a realidade solicita tornando plausível sua aplicação em contextos próprios.

O capitalismo triunfante no pós-Guerra Fria não é homogêneo, exprimindo a falácia da regularidade. “O sucesso da economia chinesa inspirou a ideia de que o crescimento econômico decorre de uma adaptação das políticas econômicas e das instituições em seus contextos locais em vez de uma aplicação de princípios econômicos universais” (HUANG, 2008, p. 2). “Nenhum tipo de capitalismo é dominante dentro e entre economias ao longo do tempo. Economias podem ser e são diferentes misturas dos vários estágios em suas histórias” (BAUMOL; LITAN; SCHRAMM, 2007, p. 61).

Segundo Poulantzas (1978), transformações internas e externas são exigidas para que a imersão no plano econômico internacional seja possível. Em âmbito interno, para que a economia seja de fato mudada, é imprescindível que existam alterações nas relações de classe, propriedade privada e estruturas institucionais que embasam o tripé de uma economia capitalista próspera. Embora muito se tenha discutido acerca da profundidade das reformas, o que é passível de observação foi a postura pragmática da China ao não adotar uma privatização imediata, ou seja, não seguindo os receituários fortemente disseminados à época por organizações internacionais, tais quais, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BM (Banco Mundial) diferentemente de vários outros países periféricos ou semiperiféricos. “Neoliberalismo tem sido uma tentativa da classe global capitalista para reverter ganhos históricos das classes trabalhadoras mundiais com o intuito de abaixar o custo dos salários e gastos sociais e restaurar a taxa de lucro (LI, 2008, p. 69, tradução nossa)<sup>63</sup>.

Os países considerados dentre os conceitos que permeiam o liberalismo clássico, conservador e até um novo liberalismo (neoliberalismo) e sua faceta *variegada* efetuaram contribuições muito peculiares na conformação de seu léxico devido ao contexto que lhes era inerente, constituindo espaços de experiência *sui generis*. Essas evoluções no tempo representam o alongamento de Sartori (1970) que é expresso pela adaptabilidade adquirida pelos conceitos em suas viagens e que se consubstancia por meio de seu uso. A diversidade da experiência histórica e de sua prática definem circunstâncias que são únicas a espaços de experiência definidos propiciando iminentes inovações conceituais que podem modificar o léxico existente até então. Tal recorrência histórica fez-se necessária a fim de validar a

---

<sup>63</sup> Neoliberalism has been an attempt by the global capitalist class to reverse historical gains from the world's working classes with the aim of lowering the cost of wages and social spending and restoring the rate of profit.

tipicidade de espaços de experiências muito característicos, conferindo assim maior relevância e embasamento teórico-metodológico para o estudo de caso que orienta esta pesquisa. Empreender análise acerca de um país excêntrico com um espaço de experiência a se explorar é de fato um desafio. Parte-se agora para a análise da China ancorada pelo ferramental teórico-metodológico desenvolvido, a fim de averiguar se nesse *locus* foram empreendidas continuidades, descontinuidades ou inovações em termos conceituais.

## 4 AS REFORMAS NA CHINA: A RUPTURA DO VELHO CONCEITO E A ASCENSÃO DO NOVO

### 4.1 Antecedentes Históricos

Para se compreender e avaliar as ações empreendidas pela China no mundo moderno com base no instrumental teórico-metodológico arguido nesta pesquisa, faz-se categórico efetuar uma análise de seus antecedentes históricos. Logo, a China, juntamente com a Índia, era a nação mais avançada do mundo tanto cultural, tecnológica e economicamente. A China já realizava comércio com a Europa desde o Império Romano e tinha relações com Ásia Central, Oriente Médio e Europa por meio da Rota da Seda nos séculos XIV e XV e pelo mar, no Leste e Sudeste Asiático. Entretanto, no extenso século XVI, se procedeu ao fechamento da China que segundo Overbeek (2016) se deveu à burocracia imperial e à sua aversão a aventuras comerciais. Manteve nesse lapso temporal, apenas algumas relações regionais nas dinastias Ming (1368-1644) e Quing (1644-1912). Ao se proceder com o fechamento, diversas modificações começaram a ocorrer não apenas dentro das fronteiras da China, mas também em todo o sistema econômico mundial. No entanto, o governo chinês à época optou por manter a ordem de seu império em detrimento da modernização econômica e social que se empreendia do outro lado do mundo. Em momento posterior, tem-se a chamada periferização da China no século XIX e início do XX, representando a incorporação da China pelos europeus pós derrota de Napoleão em 1815. A Europa substituiu, então, a China nos negócios no mar do sul. Enfatizando a periferização, várias guerras sucederam em território chinês, subjulgando cada vez mais a China enquanto unidade. As guerras do ópio sino-britânicas (1839-1842 e 1856-1860) e os tratados desiguais, condenaram a China à estagnação e ao retrocesso por um século. Em seguida, a dominação francesa, inglesa, japonesa, americana e russa nas regiões estratégicas, permitiu inferir tais atos como sendo uma espécie de colonização informal. Não havia formação de capital nem as condições mínimas de infraestrutura que possibilitassem as bases para o desenvolvimento.

Diversas manifestações populares como a Revolução de Taiping (1850-1864) e o *Box Rising* (1899-1901), movimento nacionalista que derrubou o império em 1911 e instituiu a República, foram enfraquecendo a China tanto política quanto economicamente. Eclode, nessa conjuntura, o Movimento 4 de maio que simboliza a contestação à concessão da Manchúria ao Japão. Internamente tem-se o conflito entre Kuomitang (KMT) *versus* PCCh, culminando em uma terrível guerra civil. Como resultado, houve a condução do KMT à

Taiwan e no continente chinês, via PCCh, foi proclamada a República Popular da China em 01/10/1949. “A China Mao Zedongista estabeleceu a RPC como um Estado soberano e economicamente autossuficiente, que iniciou sua jornada de desenvolvimento ao mobilizar seus próprios recursos internos” (OVERBEEK, 2016, p. 315, tradução nossa).<sup>64</sup>

Em 1949, pós Revolução Socialista, o PCCh ascende ao poder sob a liderança de Mao Zedong, desempenhando desde então função crucial no crescimento da China. Ao denominar o país como socialista, nas palavras de Wallerstein (1989), as revoluções socialistas do século XX podem ser consideradas movimentos mercantilistas, cujo objetivo é extremamente estratégico, ou seja, a China à época possuiria o propósito de fechar-se temporariamente para voltar mais forte em um futuro próximo. Monteiro Neto (2005) afirma que o governo na China possui enorme habilidade em manejar os ditames próprios da ordem capitalista de modo a lhe favorecer.

Tem sido comum observar que a estrutura de funcionamento da economia globalizada tende a forçar limitações dos instrumentos de política econômica voltados para o mercado interno. A China, porém, está conseguindo driblar tais impedimentos e implantar, inclusive com ajuda de capitais externos, uma sólida base industrial potencializadora do seu desenvolvimento (MONTEIRO NETO, 2005, p. 3).

Embora realizassem tentativas de aberturas com o exterior, de 1952 em diante, a China sofreu embargos comerciais por parte dos Estados Unidos e da hoje extinta, União Soviética, condenando a China a um crescimento pífio se comparado com o resto do mundo. Em 1953-1954, foi empreendido o 1º Plano Quinquenal, com vistas ao desenvolvimento via investimentos na indústria pesada e na infraestrutura, e foi contemplada uma elevação do crescimento do PIB que prosseguiu nos anos posteriores. Em 1976, com a morte de Mao Zedong, são exigidas uma reorganização e uma rearticulação do Partido *vis a vis* à conjuntura internacional que se vislumbrava. “O processo sucessório viria a dar espaço para uma guinada na condução das políticas econômicas com a reavaliação de que uma interação mais intensa com o exterior seria necessária para a continuidade do crescimento econômico” (MONTEIRO NETO, 2005, p. 6) Entende-se tal medida como uma retirada planejada visando colocar as fundações apropriadas para o retorno da China (1949-1976). Nesse intervalo, a China se fecha novamente para o mundo global.

Em contrapartida, os países capitalistas e seu desenvolvimento respectivo estiveram enormemente relacionados com a expansão das forças produtivas dentro do mercado interno,

---

<sup>64</sup> Mao Zedong established the PRC as a sovereign and economically self-sufficient state, which began its development journey by mobilizing its own internal resources.

estimulando consumo, gerando renda e movimentando capital. O Estado teve papel fundamental ao estabelecer políticas que motivassem e fortalecessem esse processo. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, as fronteiras nacionais não eram mais suficientes, alargando o raio de atuação das empresas e dos fluxos de negócios para outros países, observando a expansão do capital produtivo via empresas multinacionais. A partir de então, a autonomia dos Estados em ditar medidas quase que de forma unilateral, tornou-se mais restrita, ocorrendo uma reconfiguração do cenário internacional; o Estado atua agora de maneira mais tímida, cedendo mais espaço ao mercado. O contexto mundial que se apregoava em 1970 é o do engrandecimento do capitalismo neoliberal, principalmente com Thatcher no Reino Unido e Reagan do outro lado do Atlântico.

Já no Pacífico, nesse ínterim, ocorre a morte de Mao Zedong, assumindo o poder por um período relativamente curto, Hua Guofeng, governando a China de 1976-1978. O que se percebia na China nesse período, era um descompasso entre os investimentos na indústria pesada, relegando os demais setores, sobretudo a agricultura, desguarnecidos aumentando a discrepância entre o meio urbano e o rural. Em 1977, Deng Xiao Ping assume funções de vice 1º ministro que agora aglutinam também as funções de vice-presidente do PCCh e ainda de chefe de Estado Maior das forças armadas. Tais mudanças, segundo Serra (1995), foram imprescindíveis para a implementação das Reformas que desencadeariam em transformações profundas na China, a partir de 1978. Desse modo, na reunião do 3º Plenário do 11º Congresso do PCCh, foram instituídas as bases da pretendida reforma que foi alicerçada em quatro grandes eixos: (1) agricultura; (2) indústria; (3) defesa nacional; e (4) ciência e tecnologia, também conhecidos como Programa das Quatro Modernizações. Esses eixos foram desenvolvidos conferindo ênfase inicial na agricultura e, por conseguinte, às zonas rurais. “Foi assim que foram dissolvidas as comunas agrícolas e se iniciou um amplo processo de entrega de terras aos camponeses com consequente processo de liberalização da economia rural” (SERRA, 1995, p. 2). Embora os preços ainda fossem estabelecidos via Estado, os camponeses obtiveram autonomia para vender o excedente, reforçando a premissa de certa liberdade comercial antes inexistente, além da dissolução das comunas que oferece simbolicamente uma ruptura com uma figura característica do socialismo.

Em 1978, seguindo novas diretrizes do PCCh, segundo Monteiro Neto (2005) haveria uma maior abertura da China com o exterior que foi por tanto tempo negligenciada. “A revolução socialista na China, apesar de suas rupturas dramáticas, lançou as bases necessárias para a explosão do dinamismo econômico depois que o país reabriu suas portas para o

mercado mundial” (OVERBEEK, 2016, p. 316, tradução nossa).<sup>65</sup> Esse preceito foi possível por um afrouxamento do controle estatal sobre a política de comércio exterior e também em áreas anteriormente tão rigidamente guiadas, como a agricultura. Tem-se então uma certa liberalização da política socialista vigente. A datar de 1978, tem-se precisamente uma alteração nos rumos da condução da política econômica chinesa. “Com as reformas de 1978, operou-se um forte incremento na interação com a economia mundial através do comércio e da entrada de investimento direto” (MONTEIRO NETO, 2005, p. 8). Pode-se dizer que as reformas de 1978 foram essenciais para reavivar a economia. Exemplo expresso dessa afirmativa é o aumento no volume de exportações na composição do PIB, assim como a atração de investimento externo direto.

A reforma foi gradualmente atingindo outras áreas, com o intuito de concretizar a modernização inicialmente proposta. As empresas públicas, as quais eram controladas pelo Estado, foram acumulando responsabilidades sobre si mesmas, ou seja, passaram a se autogerir. Um dos desdobramentos de tal medida foi a retenção de lucros obtidos por essas empresas, representando uma alteração considerável aos ditames do sistema político-econômico que vigorava até então. Dessa modificação da política econômica interna há um efeito *spill over*<sup>66</sup> para as relações econômicas externas.

Privilegiava-se agora a abertura da economia chinesa ao exterior através, nomeadamente, da liberalização do acesso de empresas estrangeiras ao mercado nacional como forma de, simultaneamente, modernizar o aparelho produtivo. É neste quadro, que se liberaliza também o investimento direto estrangeiro e se reforma o regime de comércio internacional, se regulamenta a associação entre empresas chinesas e empresas estrangeiras (joint ventures), se criam as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) em maio de 1980, e se procede à abertura de determinadas cidades costeiras ao investimento direto estrangeiro em março de 1984. Terminava assim o desenvolvimento ‘para dentro’ que caracterizara o período desde 1949 até 1978, substituindo-o por uma estratégia de desenvolvimento mais aberta ao mercado internacional. (SERRA, 1995, p. 3).

Importante frisar que os movimentos acima apresentados não foram empreendidos de forma abrupta ou irresponsável, pelo contrário, as medidas preconizadas foram tomadas com cautela, visando arguir um caráter experimental ou mesmo de teste, tendo a região sul como projeto piloto e que em caso de sucesso seria expandido para as demais partes do território nacional. Em seguida as relações empresariais dentro da própria China começam a se expandir, intensificando-se principalmente com Macau, Hong Kong, Taiwan e sudeste

---

<sup>65</sup> The socialist revolution in China, despite its dramatic breakthroughs, laid the foundations for the explosion of economic dynamism after the country reopened its doors to the world market.

<sup>66</sup> Spill over refere-se a transbordamento para outras áreas; disseminação de efeitos.

asiático, e posteriormente com capitalistas estrangeiros. De acordo com essa dinâmica, em 1984, o processo de reforma passa por um aprofundamento, sobretudo quando foi decidido no 3º Plenário do 12º Congresso do PCCh que a autonomia das empresas seria aumentada, propiciando maior liberalização com o comércio externo e os fluxos de investimento estrangeiro.

Passava-se assim de uma estratégia limitada de abertura da economia com algum paralelismo com a estratégia de substituição de importações – produção principalmente orientada para satisfazer a procura interna- a uma estratégia de maior integração na economia internacional, com uma orientação mais nítida para a produção de bens exportáveis. (SERRA, 1995, p. 4).

Já em 1985, existe um processo de abertura bastante representativo através das regiões costeiras ao exterior; em 1986, é criado o mercado oficial de moeda estrangeira, além de constantes incentivos do governo à constituição de *joint ventures* compostas por capital chinês e estrangeiro, conferindo ainda mais impulso à crescente liberalização. Todos os elementos apresentados instituem uma reforma no próprio setor público produtivo e, por conseguinte no financeiro. Um exemplo que concretiza essa assertiva é, segundo Serra (1995), a política de (des) orçamentação de subsídio do Estado às empresas, priorizando uma política creditícia junto aos bancos, assim liberaliza-se mais a economia e, em contrapartida, diminui a dependência de organismos públicos.

Relevante pontuar que, diferentemente de outros países, sobretudo os do leste europeu, a reforma a nível econômico não se deu da mesma forma no político. O crescimento acelerado causa em 1988/1989 um enorme processo inflacionário que alterou fortemente os preços e os custos na China. O efeito disso foi manifestado em diversas agitações sociais. O esforço continuado para conter a inflação fez com que as taxas de crescimento do PIB caíssem consideravelmente, saindo de patamares de 11% para média de 4-5%, conforme Maddison (2001). Medidas tomadas para controle da inflação foram a retomada do controle de preços que haviam sido liberalizados por meio de uma política monetária restritiva. Esse impasse desencadeou movimentos de descontentamento como o de 1989 na praça de Tienamen, não impedindo o processo que estava em curso, apenas o retardando. Esse atraso, deveu-se à inflação galopante que se instaurava e à retomada de parte do controle das empresas por parte da direção central, objetivando minimizar o montante de dívidas externas que se acumulava. Após efetuadas as medidas de controle empreendidas pelo governo, a economia chinesa voltou a crescer a porcentagens significativas.

Tratou-se, pois de um arrefecimento controlado após um período de verdadeira euforia de crescimento que levou a economia a crescer a taxas de cerca de 13-15% (!) em vários anos. O objetivo foi o de corrigir desequilíbrios externos e internos provocados por aquele rápido crescimento e que, se deixados entregues a si próprios, poderiam vir a pôr em causa toda a evolução futura. (SERRA, 1995, p. 7, grifo do autor).

Passado o período de turbulência, em 1992, Deng Xiao Ping, resgata o ritmo das reformas por meio de uma visita às províncias do sul da China que, naquela ocasião, já era a região mais integrada à economia internacional e a de maior crescimento econômico. O aumento das exportações representa o esforço da transformação estrutural para atendimento dessa demanda. Com maior volume de exportações tem-se, conseqüentemente, elevação do investimento e maior potencial importador. Com a dissolução das comunas se procede uma alteração da organização da estrutura de produção, liberalização dos preços agrícolas e também uma queda do número de empresas estatais cedendo espaço às empresas privadas. A política cambial segue com constantes desvalorizações da moeda de modo a assegurar a competitividade internacional da produção do país. Além disso, para se ter uma economia com mais espaço das forças de mercado, deve-se impreterivelmente haver uma redução da intervenção estatal na definição dos preços praticados. Observa-se também uma diminuição considerável da despesa pública. “Modificação do peso relativo dos setores público e privado, com este a suplantando progressivamente aquele, mas sob a sua orientação genérica” (SERRA, 1995, p. 33).

Assim a criação das ZEE's representa a abertura da China ao mercado internacional por meio da abertura de várias cidades costeiras ao capital estrangeiro sob a forma de zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico. Conforme Serra (1995), as ZEE's funcionam como um balão de ensaio para a abertura do país ao exterior – caso fosse bem-sucedido se estenderia para as demais localidades. Ressalta-se ainda a entrada de empresas estrangeiras via *joint ventures*. No que coteja ao mercado financeiro, pode-se exemplificar que “a unificação do mercado de divisas verificado em 1/1/1994 e a crescente liberalização da movimentação de divisas são um elemento importante para o funcionamento das empresas estrangeiras no país” (SERRA, 1995, p. 40). Outra variável que reforça essa premissa, é o acontecimento recente de estabelecimento de *clearing houses*<sup>67</sup> em várias partes do mundo.

Entretanto, pós 1994, conforme Spence (1995), as taxas de inflação voltaram a subir sendo justificadas por: (1) incerteza quanto à permanência de Deng; (2) prejuízos recorrentes das empresas públicas; (3) a crescente autonomia das províncias ao deixar de acatar as

---

<sup>67</sup> Clearing houses - casas de compensação de moeda.

diretrizes do governo central; (4) a redução gradual de controle administrativo de preços; (5) o aumento de rendimentos reais; e (6) as taxas de juros negativas. Nesse momento, vários questionamentos emergem quanto à performance chinesa e suas políticas respectivas, podendo-se citar: (1) impasse quanto à absorção da mão de obra do campo que passa à cidade; (2) abertura da China ao comércio multilateral, através do comércio externo vide aumento das exportações e das importações, essa última em menor ritmo que as primeiras; (3) investimento global em aumento progressivo, dentre inúmeros outros. “Estas alterações enquadram-se no esforço da China para se aproximar das regras em vigor no conjunto do comércio internacional ao abrigo do GATT e, concomitantemente, ser aceita na OMC” (SERRA, 1995, p. 47). Isso exposto, a política econômica chinesa aparentemente caminha para a inércia inerente à tendência globalizante do capital; “a China tem neste momento mais de mercado do que de socialismo pelo menos na esfera econômica, que não na esfera política” (SERRA, 1995, p. 48). Contudo, apenas exames de indicadores não explicam de fato a complexidade das questões em sua concretude. Para tal é necessária uma conjugação entre a práxis e a intencionalidade, entre significante e significado ressaltando que a cognição acerca da quantificação vem somente após a definição de conceitos, os quais possam embora antagônicos serem completivos. Desse modo, destaca-se como essencial o estudo da China na ordem neoliberal após o início das Reformas com o anseio de compreender como se deu essa inserção e como os parâmetros conceituais de suas políticas foram alicerçados no concernente ao seu planejamento. Em seguida buscar-se-á analisar os artifícios de sua efetiva implementação no espaço de experiência, China, e conseqüentemente de como denominar seus efeitos expressos em *policies*. Assim, aclarar como se arquitetou essa (re) emergência em um primeiro momento em termos econômicos no âmbito internacional é crucial para o sequente entendimento do político (expresso em *policies*) como consubstanciado no conceitual.

#### **4.2 Arquitetando a reemergência**

A China, até 1949, se encontrava em uma situação que se assemelhava ao mundo feudal pertencente à Idade Média européia. Sua produção era alicerçada basicamente na agricultura e atividades industriais eram pouco expressivas ou inexistentes. Após 1949, com o estabelecimento da RPC, houve um restabelecimento da economia nacional.

As seguintes medidas foram adotadas durante esse período: 1) confisco da burocrática indústria, das finanças e do comércio capitalista das quatro grandes famílias – Jiang, Song, Kong e Chen – e conversão desse patrimônio em uma economia nacional, representando os interesses do povo de todo o país e permitindo, dessa forma, ao Estado ganhar o controle do suporte vital da economia nacional; 2) unificação das finanças nacionais e contenção da inflação descontrolada, de modo a criar um ambiente macroeconômico adequado ao desenvolvimento da economia; 3) realização da reforma agrária, dividindo 120 milhões de acres de terra entre 300 milhões de camponeses, que tinham pouca ou nenhuma terra para arar, mudando uma situação em que 90% dos camponeses chineses possuíam menos de 30% da terra arável e liberando-os de uma relação de produção feudal; 4) encorajamento e apoio ao crescimento da indústria e do comércio capitalista individuais na órbita de uma nova economia democrática, ajudando-os a solucionar dificuldades com matéria-prima, mercado e capital. (ZHENG, 2011, s/p).

Segundo Spence (1995), em 1953, quando da amenização de impasses internos e externos, o PCCh viu-se possibilitado a instaurar um plano, cujo foco era o desenvolvimento econômico. Esse plano focava no desenvolvimento econômico nacional, priorizava a indústria pesada e firmaria as bases para a industrialização. Na agricultura criou-se grupos de ajuda mútua e também de política de cooperação. Já em 1957, a indústria passa à agricultura na produção total do país. Tal plano teve como modelo o plano elaborado pela URSS, no qual o desenvolvimento se daria com controle do Estado na produção industrial. “A economia rural está deixando de ser uma economia planejada autossuficiente ou quase autossuficiente para se constituir em uma economia de mercado, e o modo de produção está mudando a agricultura tradicional para a agricultura moderna”. (ZHENG, 2011, s/p).

O PCCh apesar de divergências internas e supostas traições, centraliza em si, cada vez mais o poder e a responsabilidade de executar funções, governando todo o país. Como resultado do 1º Plano expressa-se uma considerável expansão da produção de determinados bens. Esse Plano teve resultado exitoso, uma vez que alavancou a produção e obteve progressos na infraestrutura. Nesse contexto, além do investimento na indústria pesada, um outro avanço significativo foi a criação da nova moeda, unificando as finanças na China.

A técnica soviética para crescimento industrial rápido resumia-se em cinco elementos: ênfase na necessidade de crescimento alto durante o período do plano; concentração na indústria pesada como fator de crescimento significativo; a insistência em altas taxas de poupança e de investimento para tornar esse crescimento possível; transformação institucional na agricultura; e um preconceito a favor de métodos capital-intensivos. (SPENCE, 1995, p. 516).

Em 1955, existia na China uma grande tensão entre empresas, estoques e cotas, ou seja, a organização industrial era composta por empresas controladas completamente pelo Estado e empresas mistas, estatal e privada. O controle do país e de todos os segmentos eram manifestados pela criação de diversos ministérios para administrar de perto tudo que

acontecera, corroborando a centralização no PCCh. Vale ressaltar que não apenas a economia era administrada, mas também a mobilidade tanto urbana quanto rural dentro do país.

Comparativamente, pós plano, as condições de vida dos chineses melhoraram, mas ainda eram bastante precárias. Uma alusão à prática de mercado mínimo pode ser empreendida quando se observa os índices sociais, principalmente no que concerne à saúde e bem-estar público. A diminuição da participação do Estado nesse setor faz inferir que, de 1952 até 1957, 0,40% do que fora investido pelo Estado agora seria de responsabilidade do mercado. Isso demonstra uma certa transferência da provisão de um serviço considerado a princípio de exclusiva incumbência estatal. O incremento na indústria, conforme Spence (1995), se deu para propiciar o desenvolvimento da agricultura. Ao se estabelecer grupos de ajuda mútua para fomentar a agricultura, criou-se grupos considerados como estágio mais baixo, o qual representa grupos que, a partir da terra, obtinham a remuneração de sua produção, tendo seu ápice no final de 1955. Em seguida, ao findar do ano subsequente, o que prevalece no tocante à remuneração, não era mais a terra, mas sim o trabalho que seria decisivo para a estipulação da mesma, isto é, privilegia-se implicitamente o capital. Outra variável que merece atenção é o fato de que, pela primeira vez na história, os camponeses poderiam vender o excedente da produção, auferindo, assim, uma renda complementar, gerando, pois, mais capital.

**Tabela 1 - Distribuição de capital fixo investido pelo Estado (1952 - 1957)**

<b>Setor econômico</b>	<b>Ano 1952</b>	<b>Ano 1957</b>
Indústria	38,80%	52,30%
Adm. Governamental	0,40%	1,30%
Saúde e bem-estar	1,30%	0,90%

**Elaborado pela autora com dados extraídos de Spence (1995)**

Nos anos posteriores de 1958 a 1962 quando do 2º Plano, dificuldades oriundas da campanha do Grande Salto<sup>68</sup> e outras que surgiram descortinaram um cenário pouco favorável. Assim, metas consideradas impraticáveis começaram a ser impostas, complicando ainda mais a conjectura existente. Essa ânsia desmedida em busca do desenvolvimento denominado como o Grande Salto junto a desastres naturais e o fim da assistência via projetos advindos da URSS, causaram enormes reveses à economia chinesa. Todas essas variáveis conjugadas ocasionaram quedas nos índices positivos dos anos anteriores. Entre 1966 até

<sup>68</sup> O Grande Salto Adiante ou Grande Salto para Frente foi uma campanha lançada por Mao Zedong entre 1958 e 1960, que pretendia tornar a República Popular da China uma nação desenvolvida e socialmente igualitária em tempo recorde, acelerando a coletivização do campo através de uma Reforma Agrária forçada, e a industrialização urbana.

1976 a economia da China passa por grandes oscilações intercambiadas entre crescimento e fragilidade.

Avançando no tempo cronológico para efeitos de análise de interesse do referido estudo, em 1976, Mao Zedong falece, culminando na saída estratégica de Deng Xiaoping da esfera política, para em seguida planejar seu regresso ao PCCh com a ajuda do general Xu Shiyou. Xu repudiava a Gangue dos Quatro<sup>69</sup> e também não era favorável a Hua Guofeng. Em 1977, Deng reassume o cargo de vice primeiro ministro, mas Hua Guofeng continua na posição de comando. Entre 1977 e 1978, divergências entre Deng e Hua permeiam a política interna e externa. O cenário que se vislumbrava à época era contraditório, uma vez que as comunas se caracterizavam como a principal forma de organização, as indústrias estavam presas a planos governamentais inflexíveis, mas em contrapartida, negociações nas relações comerciais internacionais começavam a ser executadas.

E embora as relações comerciais com os Estados Unidos progredissem com lentidão, a negociação de um novo acordo industrial de 10 bilhões de dólares com o Japão, ao lado da pesquisa conjunta sino-japonesa de petróleo no Bohai (mar da China setentrional) e de amplos acordos comerciais com a Grã-Bretanha e a França, mostrava que a China estava longe de se retirar da cena internacional. (SPENCE, 1995, p. 611, grifo do autor).

No tocante à política externa, as relações com os EUA foram paulatinamente se amplificando e uma tendência de normalização nas relações diplomáticas foi se consolidando. No plano interno, abriu-se o caminho para as Quatro Grandes Modernizações que representariam um programa de reformas em áreas estratégicas quais sejam: agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia. Esse programa foi impulsionado por um Plano Decenal e também pela premissa de Deng em incorporar no dito programa investimentos e tecnologia externos.

Deng Xiaoping estava manobrando com sucesso para trazer de volta os quadros expulsos pela Revolução Cultural e implementar um plano de modernização que incorporava investimentos e tecnologia externos, ao lado de treinamento de estudantes chineses no exterior. (SPENCE, 1995, p. 611).

O estreitamento das relações com vários países, sobretudo EUA em 1978, possibilitou o vislumbrar de diversos domínios, principalmente a área técnica. “Embora nem todas as solicitações pudessem ser atendidas imediatamente, a lista é indicativa da prioridade colocada

---

<sup>69</sup> É a designação atribuída a um grupo de quatro membros do Partido Comunista da China, responsáveis pela implementação da Revolução Cultural: Jiang Qing (esposa de Mao Zedong), Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan.

na formação técnica na era pós-Mao Zedongista” (SPENCE, 1995, p. 612). O envio de estudantes chineses principalmente para os EUA, permite inferir que a busca pela normalização ultrapassa a simples obtenção de conhecimento, mas tem nos EUA um espelho de práticas a serem seguidas. Outro ponto de estudo é a prioridade dada ao aperfeiçoamento, podendo fazer analogia à meritocracia, tão presente no neoliberalismo, caracterizando uma aproximação frente ao atributo do conceito aqui utilizado. Essas políticas foram oficialmente ratificadas em 1978 durante o Terceiro Pleno do 11º Comitê Central do PCCh. “O partido não deveria usurpar as funções de governo, nem o governo atrapalhar as empresas. O pessoal do gerenciamento deveria ter responsabilidades maiores na definição da eficiência, na recompensa do bom trabalho e no castigo do mau através de punições ou rebaixamento” (SPENCE, 1995, p. 613). Infere-se aqui uma analogia ao mercado, por meio da separação de atividades, ora por uma eventual meritocracia, ora pela mão invisível. O Partido buscou corrigir os impasses e infortúnios da Revolução Cultural e realinhar a economia. “Decidiu adotar a estratégia política de direcionar o esforço de todo o partido para o desenvolvimento econômico e levar adiante a política de reforma e abertura ao mundo exterior” (ZHENG, 2011, s/p). A metodologia utilizada nesta dissertação permite analisar a recepção do conceito no espaço de experiência e em seguida, sua materialização em *policies* como aquelas elaboradas durante o Terceiro Pleno. “Os outros pronunciamentos do Pleno de dezembro de 1978 conclamavam a um novo esforço para combinar centralismo com democracia popular, a fim de garantir o sucesso da modernização, e afirmavam a importância da lei na manutenção desse êxito” (SPENCE, 1995, p.614).

#### Quadro 2 - A abertura em fatos

<i>Data</i>	<i>Evento</i>
19/12/1978	Coca-Cola anuncia abertura de unidade em Xangai e venda na China
19/12/1978	Venda pela Boeing de 3 jumbos 747 à China
22/12/1978	Encerramento do 3º Pleno
01/01/1979	Abertura de relações diplomáticas entre Washington e Pequim
28/01/1979	Deng Xiaoping visita Washington
06/02/1979	Deng Xiaoping visita Tóquio

Elaborado pela autora com dados extraídos de Spence (1995)

Ultrapassando a abertura a nível de política externa, políticas econômicas de âmbito interno visando a atração de investimentos estrangeiros também se sucederam nesse período. Além da criação das ZEE's, outros benefícios foram estipulados a fim de facilitar o florescimento dos negócios.

As facilidades estendidas aos estrangeiros e chineses de ultramar nas quatro zonas eram consideráveis. A RPC se oferecia para construir unidades industriais segundo as especificações dos investidores estrangeiros e fornecer mão de obra bem treinada (e supostamente obediente e não sindicalizada), a salários competitivamente baixos. Também oferecia aos investidores taxas de impostos preferenciais e vários outros incentivos financeiros, inclusive a criação de uma rede de transporte nas zonas. (SPENCE, 1995, p. 628).

A partir de então, foi observado um aumento significativo dos índices econômicos, principalmente no concernente ao PIB, à taxa de consumo e ao investimento. A agricultura também apresentou avanços ao relacionar a remuneração à produção. Implicitamente, esse preceito se alinha à prática neoliberal de que quanto mais eficiente, maior será a produção e consequentemente maior a remuneração a receber. No referente à indústria se observa considerável diversificação e incremento de bens manufaturados tanto interna quanto para o atendimento do mercado externo.

Em 1980, a abertura ganha novo impulso quando da prisão e/ou sentença à morte dos membros componentes da Gangue dos Quatro e com o afastamento de Hua Guofeng. “Com essas sentenças e o afastamento de Hua Guofeng, uma era política de esquerdismo chinês parecia ter acabado” (SPENCE, 1995, p. 635). A prisão do grupo dos Quatro abre espaço para discutir o que foi de fato a era Mao Zedong sem um novo derramamento de sangue. Desse modo, Deng utilizou de forma pragmática a influência de Mao Zedong, extraindo dela o que era positivo e aceitável à conjuntura vigente.

Este difícil exercício de estabelecer limites a Mao Zedong e ao seu legado de modo que o Partido Comunista Chinês (PCCh) pudesse sobreviver foi uma das maiores tarefas de Deng. Deste modo, Deng Xiaoping irá liderar um processo interno de solidificação do partido em detrimento de um só líder (PINTO, 2012, p. 164).

Muitos autores mencionam a existência de uma quinta modernização que seria a democracia a qual possibilitaria que as outras quatro, de fato, se realizassem. A abertura do país ao Ocidente propiciaria uma maior liberdade intelectual culminando em direitos democráticos socialistas. “Sem essa condição, a sociedade estagnarà e o crescimento econômico encontrará obstáculos insuperáveis” (SPENCE, 1995, p. 619). Para fomentar essa maior intelectualidade, o acesso à universidade seria por mérito acadêmico e não por origem social ou convergência política e o intuito seria formar uma geração com técnica e com instrução para o rejuvenescimento da China. Para ilustrar essa gradual abertura para o outro lado do mundo, em 1987, durante a posse do novo comitê permanente do 13º Congresso do

PCCh, todos os novos membros estavam portando trajes ocidentais. “Era preciso aprender com o Ocidente para a China se poder modernizar” (PINTO, 2012, p. 165).

Já nos anos 1990, ocorre uma mudança no concernente à produção do quantitativo para o qualitativo. Uma enorme atualização da estrutura industrial, desenvolvimento da indústria de capital e tecnologia intensivos e a valorização do conhecimento nesse processo, isto é, uma indústria mais produtiva em termos de qualidade e tecnologia. Com a China cada vez mais inserida no comércio internacional tem-se a competitividade acirrada na divisão internacional do trabalho. O setor terciário que, conforme Zheng (2011), compreende transporte, comunicações, correios e telecomunicações, comércio, serviços, finanças, dentre outros, também teve grande elevação. O que de fato é importante mencionar é a crescente participação desse setor na composição do PIB em detrimento de outros que perdem proeminência, como a agricultura, por exemplo.

À medida que o país vai se abrindo ainda mais, a indústria chinesa não pode depender apenas de tarifas para manter sua parcela do mercado; ao invés disso, ela terá de passar seu ponto de apoio para o aumento de sua capacitação técnica. Em termos de gama de produtos de exportação, a China deve continuar dando atenção completa às relativas vantagens de sua indústria de trabalho intensivo e esforçar-se por abrir e expandir novos mercados de exportação, mas ao mesmo tempo deve trabalhar para estimular a competitividade de indústrias de tecnologia intensiva, tais como a de máquinas e a eletrônica, e expandir a exportação de *commodities* com alto valor agregado. (ZHENG, 2011, s/p).

Assim, com a elevação do crescimento econômico, a tendência natural, segundo preceitos da economia, é que o poder de consumo aumente. Uma progressão na vida material acarreta uma melhoria nos aspectos socioculturais, entretanto, tais indicadores estão muitíssimo aquém de vários países ocidentais.

**Tabela 2 - Evolução de índices no tempo**

	1978	1996
Número de Pessoas que cada Trab. Rural Provê	2,53	1,55
Número de Pessoas que cada Trab. Urbano Provê	2,06	1,72
Renda Líquida <i>per Capita</i> para Famílias Rurais	100 (índice)	558,2
Renda Líquida <i>per Capita</i> para Famílias Urbanas	100 (índice)	296,7
Espaço Vital <i>per Capita</i> em Áreas Rurais (m <sup>2</sup> )	8,1	21,7
Espaço Vital <i>per Capita</i> em Áreas Urbanas (m <sup>2</sup> )	3,6	8,5
Depósitos de Poupança dos Habitantes Urbanos (Imunes)	21,88	3.163,80
Número de Lojas e Centros de Serviço por 10.000 hab.	13	120
Consumo de Grãos <i>per Capita</i> (kg)	203	240
Consumo de Carne <i>per Capita</i> (kg)	6,2	24
Número de TVs em Cores por 100 Famílias Urbanas		120
Número de Estudantes na Escola por 10.000 hab.	8,9	24,65

Fonte: Adaptado de China Statistical Year Book, 1997, China Statistical Press

Assim, ao se congregarem a análise de todos os indicadores econômicos apresentados, induz-se que agregados macroeconômicos *per se* não são capazes de alcançar o aspecto subjetivo aliado à metodologia e aos objetivos do presente trabalho. Entretanto, são de extrema importância pois representam reflexos de *policies* as quais são concretizadas por quantificações. Sartori (1970) menciona que indicadores podem mensurar, mas não estabelecer conexões assertivas entre significante e significado no referente aos conceitos. Ao se vislumbrar os dados apresentados pela China a partir de 1949 e com especial atenção de 1976 até 2015, recorte temporal da pesquisa, percebe-se que uma análise superficial com vistas a generalizações poderia categorizar a China como sendo neoliberal e a conceituaria como tal, esgotando essa problemática uma vez que os indicadores apontariam para essa definição. Desse modo, faz-se premente a inquirição de acordo com as orientações de Koselleck (2006), tencionando o aprofundamento da compreensão no que coteja ao planejamento, às diretrizes, aos aspectos semânticos os quais desencadeiam *policies* e, acima de tudo, as efetiva através de seu uso. Logo, analisar a China, *vis a vis* ao todo, isto é, à ordem que se figurava no período, é imprescindível para distinguir continuidades, descontinuidades ou mesmo singularidades nesse espaço de experiência determinado.

### 4.3 A China pós reformas de 1970: planejamento, inserção e pragmatismo na ordem neoliberal

No pós-segunda Guerra Mundial, conforme Li (2008), ocorreu uma reestruturação e uma reorganização do capital mundial. Políticas macroeconômicas e áreas de influência entre União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Estados Unidos da América (EUA) dividiram o planeta entre socialistas e capitalistas respectivamente. Quando do fim da Guerra Fria em 1989, simbolizada pela queda do muro de Berlim, instaurou-se a vitória do capitalismo sobre o socialismo, fadando o último ao esquecimento.

A China, nesse contexto, segundo Overbeek (2016), ao contrário do que foi preconizado à época, não teve durante os anos de Guerra Fria um alinhamento e dependência à URSS, instituindo meios próprios de condução de sua política e de sua economia, de modo bastante particular. Em meados da década de 1970, em consonância com Harvey (2005), após a morte de Mao Zedong, Deng Xiaoping promoveu uma série de reformas na China visando reverter o quadro econômico que era de profunda estagnação. Não se sabe ao certo qual foi o real motivador para a emergência de tais reformas, entretanto, é fato que nesse mesmo período de tempo, soluções neoliberais começaram a vigorar no mundo, tendo como precursores o Reino Unido e os Estados Unidos.

O crescimento econômico significativo expresso por altas taxas no Produto Interno Bruto (PIB), alavancado por uma produção industrial cada vez mais sólida, além dos volumes de investimentos oriundos do exterior, formam a tríade que coloca a China no mundo do *big business*, conforme ressalta Monteiro Neto (2005). Juntamente com a globalização econômica e financeira que se apresenta em meados da década de 1970, segundo Overbeek (2016), a abertura da China a esse processo, lhe permite o uso das características que são inerentes à globalização, sendo que uma das características mais marcantes é a utilização de mecanismos de mercado.

Dessa maneira a “globalização para a Economia Política Internacional (EPI) refere-se essencialmente a fases da história da economia capitalista mundial de expansão acelerada e intensificação da acumulação de capital” (OVERBEEK, 2016, p. 312, tradução nossa).<sup>70</sup> Essa globalização, contudo, possui fases. Segundo Wallerstein (1989) as etapas da globalização seriam: (1) Globalização mercantil: o longo século XVI (1492-1648); (2) Globalização do *laissez faire*: imperialismo (1846- 1914); e (3) Globalização neoliberal: expansão do capital

---

<sup>70</sup> Globalization for International Political Economy (IPE) essentially refers to phases in the history of the world capitalist economy of accelerated expansion and intensification of capital accumulation.

transnacional (1978-até o presente). Contudo, assim como pontos positivos que são intrínsecos à globalização, tem-se também a faceta maligna, que se traduz em aumento da desigualdade entre as regiões e entre as pessoas. Ademais, apresenta dicotomias e contradições inerentes ao capitalismo, como menciona Harvey (2016), que começam a se tornar evidentes também na China. Como exemplo pode-se citar as Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) na área costeira que são muito desenvolvidas e no extremo oposto, as demais regiões, principalmente as mais interioranas que “especializam-se no fornecimento de matérias-primas e alimentos para a expansão urbano-industrial do litoral próspero” (MONTEIRO NETO, 2005, s/p), que são extremamente desafortunadas.

Entretanto, as pretendidas reformas idealizariam um padrão de igualdade a longo prazo, havendo, contudo, desigualdades que deveriam ser toleradas até certo ponto para que tais reformas fossem totalmente efetuadas. De acordo com Kennedy (1989), Deng priorizou quatro grandes áreas para a modernização da China que perdia visibilidade no sudeste asiático e conseqüentemente no mundo, sendo: (1) agricultura; (2) indústria; (3) educação/ciência e (4) segurança/defesa. Segundo Wallerstein (1989), embora fechada, a economia chinesa nunca esteve totalmente alienada do sistema global, uma vez que as regras do jogo que regem tal sistema são aplicadas direta ou indiretamente a todos os Estados soberanos inseridos na dinâmica internacional. Essa afirmação pode ser exemplificada pela alegação de que “O retorno da China ao grande *status* de poder em 1971-1972, com a reivindicação bem sucedida da República Popular da China de assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas e a posterior aproximação com os EUA, atestam isso” (KISSINGER, 2012, p. 236, tradução nossa)<sup>71</sup>.

A fim de arguir se o país está ou não inserido na economia capitalista neoliberal, deve-se prosseguir com os seguintes exames, na concepção de Overbeek (2016): (1) integração da economia em questão da divisão internacional do trabalho; (2) dependência de finanças ou importações/exportações essenciais à/da economia global; e (3) se sua força de trabalho está integrada à força de trabalho global. Conforme essa orientação da lógica mercadológica, a China se abria para o mercado global sob controle estatal para o comércio exterior, investimentos externos diretos, transferência de tecnologia via *joint ventures* com capital sino-

---

<sup>71</sup> China's return to the great status of power in 1971-1972, with the successful claim of the People's Republic of China sitting on the United Nations Security Council and its subsequent rapprochement with the United States, attest to this.

estrangeiro e também com a aquisição de reservas estrangeiras para fomentar o crescimento interno, retirando a China do isolamento no qual estava imersa há quase um século.

Para Harvey (2005) a eclosão do neoliberalismo, as forças de mercado a ele relacionados e as alterações provenientes dessa conjuntura no comércio internacional na década de 1980, repercutiram transformações no mundo no que concerne à economia e às finanças. Essa conjuntura possibilitou a entrada da China no mercado mundial, o que provavelmente não seria viável considerando as premissas intrínsecas a Bretton Woods. “O surgimento espetacular da China como um poder econômico global após 1980 foi, em parte, uma consequência não intencional da reviravolta neoliberal no mundo capitalista avançado” (HARVEY, 2005, p. 121, tradução nossa).<sup>72</sup> Como denominado por Harvey (2005), a China seguiu um caminho próprio, bem peculiar, no qual a construção de uma economia de mercado manipulada pelo Estado gerou crescimento econômico jamais vistos na contemporaneidade e, de forma contraditória, o surgimento de uma classe com vieses capitalistas dentro de um país no qual vigora um partido único. “O resultado na China tem sido a construção de um tipo particular de economia de mercado que incorpora cada vez mais elementos neoliberais interdigitados com controle autoritário centralizado” (HARVEY, 2005, p. 120, tradução nossa).<sup>73</sup>

A China foi aberta ao mercado e ao capital estrangeiro sob forte vigilância do Estado de partido único. Tal estratégia é classificada como capitalista em sentido restrito, contudo, o diferencial foi o estabelecimento de barreiras pelo Estado chinês na intermediação financeira que era efetuada pelos bancos estatais, de modo a “resistir” aos poderes das finanças internacionais. Segundo Xing (2016), a estratégia de crescimento via fluxos de capitais como empréstimos estrangeiros, IED (investimento externo direto) e alianças contratuais possibilitaram um crescimento ascendente. As reformas ganharam sustentabilidade e solidez progredindo em seus desígnios.

As políticas de cada governo têm moldado a natureza e o comportamento dos negócios através de políticas regulatórias, industriais dentre outras, além de diferenças na estrutura corporativa nacional e práticas de negócios, tem evoluído enormemente em resposta a forças econômicas e tecnológicas. (GILPIN, 2001, p.151, tradução nossa).<sup>74</sup>

<sup>72</sup> The spectacular emergence of China as a global economic power after 1980 was in part an unintended consequence of the neoliberal turn in the advanced capitalist world.

<sup>73</sup> The outcome in China has been the construction of a particular kind of market economy that increasingly incorporates neoliberal elements interdigitated with authoritarian centralized control.

<sup>74</sup> The policies of each government have also shaped the nature of business enterprise and business behavior through regulatory, industrial and other policies, furthermore, some national differences in corporate structure and business practices has evolved largely in response to economic and technological forces.

Outra característica que remeteria a um eventual neoliberalismo com características chinesas foi a dinâmica das empresas estatais e dos núcleos de empreendedorismo criados em seu entorno, principalmente na década de 1990 nos setores de produção, serviços e comércio. Uma estrutura foi conformada com a conjugação de empresas nacionais, bancos estatais de crédito e um ciclo entre setores agrícola e urbano que se complementavam para acumulação e alocação do capital conforme necessidades vigentes, havendo todo um processo evolutivo até a configuração atual. Conforme Xing (2016) a China passa por grandes mudanças na estrutura da economia com motivações à pretensão de um desenvolvimento a base de exportações alavancando a industrialização. As empresas estatais *a priori* controladas pelo Estado passam de forma gradativa a desfrutar de uma certa autonomia por parte dos responsáveis em seu comando. No decorrer do tempo, essas empresas foram sendo incorporadas à lógica de comando acionário e por outros tipos de privatização, alterando o escopo de maneira significativa. Quanto ao IED, sua trajetória ao longo do tempo não é uniforme. Em um primeiro momento foram criadas quatro zonas estratégicas.

Tiveram o objetivo inicial de produzir bens para exportação para ganhar divisas. Elas também atuaram como laboratórios sociais e econômicos, nos quais as tecnologias estrangeiras e as habilidades gerenciais poderiam ser observadas. Elas obtiveram uma série de incentivos para investidores estrangeiros, incluindo feriados fiscais, remessas antecipadas de lucros e melhor infra-estruturas. (HARVEY, 2005, p. 130, tradução nossa).<sup>75</sup>

Segundo Huang (2008) avanços na área de ciência e tecnologia juntamente com pesquisa e desenvolvimento vem sendo efetuados parte com o próprio Estado chinês e parte com acordos entre empresas chinesas e estrangeiras, utilizando-se da premissa de *catching up*<sup>76</sup>, essencial para os ganhos no domínio da inovação, alusão ao capitalismo de grandes firmas e empreendedor, asseverando o pressuposto intrínseco ao desenvolvimento e à emergência chinesa no globo.

No referente às relações comerciais externas da China com o mundo, não se encontra uma homogeneidade, assim como se assevera com a dinâmica empreendida em outros países, de acordo com Baumol, Litan e Schramm (2007), ao invés disso inúmeras transformações ocorreram no tempo e no espaço. Parafraseando Mirowski (2009), a doutrina da dupla

---

<sup>75</sup> Had the initial objective of producing goods for export to earn foreign exchange. They also acted as social and economic laboratories where foreign technologies and managerial skills could be observed. They offered a range of inducements to foreign investors, including tax holidays, early remittances of profits and better infrastructure facilities.

<sup>76</sup> *Catching up*: processo de captura/ absorção de novas tecnologias e afins.

verdade que remete uma verdade para as massas e outra verdade para aqueles que estão no topo, ou seja, nada é estática e imutável. “Enquanto a desvalorização desencadeou uma crise interna inflacionária, abriu o caminho para o crescimento maciço do comércio e dos fluxos de capital que agora posicionaram a China como a economia mais dinâmica e bem sucedida do mundo”. (HARVEY, 2005, p. 137, tradução nossa).<sup>77</sup> Essa evolução pode ser exemplificada por meio da pauta exportadora chinesa em consonância com dados da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD): em 1980, exportava-se principalmente têxteis com baixo valor agregado, já em 1990 houve um incremento e diversificação produtiva para eletrônicos e máquinas/ferramentas. “Embora a adesão à OMC em 2001 tenha tido muito a ver com isso, o dinamismo do crescimento econômico chinês e as estruturas cambiantes da concorrência internacional tornaram inevitável um realinhamento importante das relações comerciais.” (HARVEY, 2005, p. 137, tradução nossa).<sup>78</sup> Um outro ponto a ressaltar é a política de comércio exterior desempenhada pela China que lhe permite grande proeminência de participação no comércio internacional. Essa participação pode ser corroborada pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), organismo internacional símbolo do multilateralismo, após anos de negociação.

Consoante a Overbeek (2016) a China empreendeu ações que podem ser analisadas com *lentes* neoliberais tais como: (1) campanha de industrialização orientada para a exportação; (2) adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), transformando a China em uma base de produção e montagem para mercados globais; e (3) *Going go global*<sup>79</sup>, internacionalização do renminbi e a estipulação do Consenso de Beijing. Além dessas políticas, tem-se que considerar as seguintes iniciativas: (1) entrada no BRICS em 2010; (2) criação e participação no banco de desenvolvimento do BRICS; (3) Organização de cooperação de Shanghai; (4) *One Belt One Road*; (5) Banco Asiático de Infraestrutura e de Desenvolvimento; (6) aderência ao multilateralismo; (7) maior visibilidade no cenário internacional nos últimos 10 anos do que no último século. De acordo com Overbeek e Apeldoorn (2012), as empresas chinesas passam a competir interna e externamente tendo alcance global. Os setores imobiliários com incentivos governamentais para a acumulação de

---

<sup>77</sup> While the devaluation sparked something of an internal inflationary crisis, it paved the way for massive growth in trade and of capital inflows that have now positioned China as the world's most dynamic and successful economy.

<sup>78</sup> While accession to the WTO in 2001 has had a lot to do with it, the sheer dynamism of Chinese economic growth and the shifting structures of international competition have made a major realignment of trading relations inevitable.

<sup>79</sup> Going go global - estratégia chinesa referente as exportações e aos investimentos externos diretos.

capital são fundamentais nesse processo. Trabalhadores rurais são expulsos de sua terra que é apropriada para outros fins.

Assim, ao se empreender o estudo da estratégia chinesa em ambiente interno e seguidamente no externo, verifica-se que a China, diferentemente de outros países, os quais também representam espaços de experiência, desempenha um planejamento de inserção que mescla políticas consideradas estritamente como neoliberais priorizando o mercado e, por outro lado, políticas caracterizadas como socialistas nas quais o Estado possui preeminência. Esse amálgama pode ser entendido como o encontro da recepção de preceitos (neo) liberais advindos do exterior com a tradição intelectual prevalecente, a história social e o contexto solidificados e constituintes daquele *locus*. O resultado da fusão desses princípios aparentemente antagônicos e imiscíveis, e sobretudo de como se processa seu uso em aspectos conceituais, incita a análise de conteúdo calcada em uma pesquisa documental daquilo que se estabelece como norteador da dimensão semântica mediante atos de fala que democratizam conceitos por meio de um agente promotor de *policies*, isto é, o PCCh. Isso exposto, uma análise dos planos que guiaram a conduta política da China desde a origem das Reformas até o ano de 2015 é indispensável para aferir a percepção de como a China se autodenomina em parâmetros conceituais no léxico da EPI contemporânea.

## 5 O CONCEITO – CONTINUIDADES, DESCONTINUIDADES OU TRANSFORMAÇÕES?

### 5.1 Os Planos Quinquenais: diretrizes conceituais para as políticas

Uma vez compreendido que os atos de fala podem se concretizar em políticas em espaços de experiência determinados, faz-se fundamental a recorrência aos ditames inerentes aos planos estipulados na China e ao desdobramento dos mesmos no *locus* econômico/político do espaço de experiência em questão. Para tal, os planos elaborados antes de 1978 foram citados na seção posterior, *en passant*, apenas com o intuito de oferecer um embasamento histórico para que os planos a partir da reforma de 1978 sejam, de fato, explanados. A escolha dos planos não se fez de maneira aleatória, ao contrário, esses planos abarcam desde o início das Reformas até o recorte temporal que a pesquisa pretende contemplar, o ano de 2015. O 13º Plano, cujo horizonte temporal vislumbra os anos de 2016 a 2020, não foi inserido no estudo, pois ainda está em curso e, portanto, não possibilitaria investigações conclusivas. A partir da sistemática apresentada, começar-se-á a elucidação por ordem cronológica a partir do 5º plano.

O governo central estipulou o *5º Plano Quinquenal*<sup>80</sup> para a estipulação de diretrizes para os anos entre 1976 a 1985. Em março de 1978, o plano foi alterado, uma vez que as metas para o aço, o petróleo e os grandes projetos, incluindo minas de produção de metais, óleo e gás exigiriam enormes investimentos, os quais o governo não era capaz de atender, pois eram considerados metas impossíveis de cumprir. Desse modo, o plano foi revisado para organizar um sistema industrial completo e um sistema econômico nacional de 1978 a 1980. Com a implementação do plano, foi obtido sucesso considerável.

Em 1977, o valor bruto da indústria e da agricultura superou em 10,4% o resultado do ano anterior. O PIB de 1978 foi superior em 12,3% se comparado a 1977, e 19,4% em relação a 1976. Entretanto, nesse período, embora a China tivesse apresentado enormes avanços em seus índices econômicos, uma série de erros foram cometidos. Já em dezembro de 1978, durante a 3ª sessão plenária do 11º comitê, o PCCh deslocou o foco do trabalho para a modernização. A sessão enfatizou que o desenvolvimento deveria seguir regras econômicas e propôs reajuste e medidas de reforma, os quais indicavam que o desenvolvimento econômico nacional tinha entrado em uma nova fase de desenvolvimento. Em abril de 1979, o governo

---

<sup>80</sup> Toda o estudo dos Planos, do 5º ao 12º, foi realizado a partir de prospectos dos planos no site oficial Conselho de Estado da República Popular da China. THE STATE COUNCIL – THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. Special Report Retrospect. Disponível em: <[http://www.gov.cn/english/special/115y\\_rs.htm](http://www.gov.cn/english/special/115y_rs.htm)>.

central formalmente fez instaurar novos princípios de reajuste, reforma, retificação e melhoria.

No concernente à elaboração do 6º plano que vigoraria de 1981 a 1985, a Comissão de planejamento de Estado e departamentos correlatos, realizaram extensa pesquisa e trabalhos para que sua compilação fosse possível. Em 1982, no encontro nacional de planejamento, o foco foi novamente a elaboração do plano. Contudo, foi apenas em dezembro, no 5º Congresso Nacional do Povo, que o plano foi oficialmente ratificado.

Assim, foi consubstanciado um plano mais compreensivo se comparado a seus predecessores, desde que o desenvolvimento econômico nacional fosse por um caminho mais estável e saudável. Os objetivos gerais do plano foram: (1) manter perseguindo o princípio do ajuste, da reforma, da retificação e da melhoria; (2) a superação de vários desafios do desenvolvimento econômico; e (3) o encontro de uma virada decisiva para a situação fiscal e consolidação de uma fundação para o desenvolvimento social. Como objetivos específicos estavam inclusos: (1) obter taxa de crescimento anual de 5% para produtos industriais e agrícolas; (2) manter a oferta e qualidade de produtos alinhados com o crescimento do poder social de compra e de mudanças na estrutura de consumo, além de preços de mercados estáveis; (3) manter a produção conforme disponibilidade de recursos; (4) implementar atualização empresarial e tecnológica; (5) promover pesquisa em ciência e tecnologia; (6) reforçar a indústria de defesa nacional; (7) melhorar a eficiência econômica para melhoria da renda; (8) desenvolver o comércio, tornar efetivo o uso do capital estrangeiro e introduzir tecnologia avançada para satisfazer necessidades domésticas; (9) obter força de trabalho nas cidades; e (10) aumentar esforços de proteção ambiental.

Como resultado do plano, o que se observou foi um crescimento considerável da economia nacional e o aumento no volume de produção de itens chave como aço, carvão e óleo. Um progresso e avanço na construção de infraestrutura e de tecnologia, além de uma melhora considerável da situação fiscal. O comércio externo e o intercâmbio tecnológico adentraram em uma nova era, com uma notável ampliação na participação do comércio internacional, saindo do 28º em 1980 para o 10º lugar no *ranking* de volume de exportações no mundo.

Em março de 1986, o Conselho de Estado submeteu o 7º Plano quinquenal para o desenvolvimento econômico e social nacional, sendo instituído para os anos de 1986 a 1990 para a revisão da 4ª sessão do 6º Congresso para ratificação. Como princípios para o 7º plano foram estabelecidos: (1) colocar a Reforma no topo da agenda e coordenar o desenvolvimento econômico com a Reforma; (2) manter equilíbrio entre demanda social e oferta, entre

orçamento nacional e crédito; (3) melhoria constante da eficiência econômica; (4) adaptar a mudança da estrutura social com demandas da modernização econômica para além da estrutura industrial; (5) regular os ativos fixos de investimentos e reajustar a estrutura de investimentos; (6) estender a atualização técnica para as empresas existentes; (7) desenvolver a ciência e a educação; (8) elevar a abertura para o mundo exterior, combinando o crescimento doméstico econômico e tecnológico com a expansão econômica externa; (10) fortalecer a construção ideológica de uma civilização socialista através da estipulação de uma civilização material; e (11) ressaltar o trabalho duro e a economia. Assim, metas econômicas foram delineadas principalmente no concernente à elevação dos percentuais de exportação e de importação, da expansão do investimento estrangeiro e ainda relativos aos progressos em tecnologia avançada.

Já em março de 1991, na 4ª sessão do 7º Congresso Nacional do Povo, com a aprovação do Conselho de Estado foi aprovado o 8º Plano Quinquenal (1991-1995) sob a liderança de Deng Xiaoping, marcando um novo tempo para o desenvolvimento chinês. O PIB em 1995 correspondia a 4,3 vezes àquele expresso em 1980. Aumentos significativos também foram averiguados em gêneros alimentícios, algodão, aço e eletricidade. A China experimentava um crescimento econômico anual de 11%, isto é, 4% a mais que o crescimento atingido durante o 7º plano. No tocante aos investimentos, o crescimento anual foi de 22,9%, bem superior ao período anterior de 4,1%. Ademais, 845 projetos de médio e grande porte de infraestrutura foram colocados em produção, sendo 374 projetos de inovação técnica. No concernente à infraestrutura de transporte, foram efetuados 105.000 km de rodovias, incluindo 1.600 km de altas estradas. A movimentação dos portos elevou-se em 138 milhões de toneladas e doze novos portos foram construídos, enquanto a geração de capacidade instalada aumentou em 75 milhões de Kws. Ocorreu também crescimento nas indústrias primária, secundária e terciária.

Nesse período, mudanças significativas no sistema econômico da Reforma começam a se suceder. Um novo sistema financeiro com taxa descentralizada em seu cerne, a emergência de um novo sistema de imposto com valor adicionado e a separação formal entre política fiscal e comercial desencadeiam o surgimento de um sistema de regulação macro. O mercado começa a desempenhar maior papel na alocação de recursos. As cidades se abrem cada vez mais ao exterior por meio da ZEE's, alavancando o volume de comércio da China com o mundo em US\$ 1.0145 bilhões, correspondendo a 3% do comércio mundial de *commodities*. As reservas estrangeiras ampliam em 5,6 vezes o volume do plano anterior. No tocante a

aspectos sociais, notou-se uma melhoria das condições de vida da população e da diminuição do número de pessoas vivendo na extrema pobreza.

Aproximando-se do final dos anos 1990, durante a 5ª sessão plenária do 14º comitê, foi adotado o 9º Plano Quinquenal delimitado entre 1996 e 2000. Tal plano foi elaborado sob os preceitos de uma economia socialista de mercado, e da consecução de uma estratégia de desenvolvimento que atravessasse o século. No que tange ao léxico, é a primeira vez que a terminologia, economia socialista de mercado, aparece para designar a conjunção entre uma política guiada parte pelo Estado e parte pelo mercado. Tal nomeação ocorreu em discurso oficial, adquirindo simultaneamente tanto a politização quanto a legitimação, para de fato denominar um padrão próprio desse espaço de experiência. Esse jargão ainda é corroborado quando se menciona o estabelecimento de um moderno sistema empresarial e ao projetar taxas de crescimento do PIB até o ano 2000, tendo como base a construção contínua de uma economia socialista de mercado.

Adentrando os anos 2000, estipula-se o 10º plano quinquenal correspondendo ao ano de 2001 até 2005. Como tarefas para o 10º plano tem-se (1) atingir um crescimento anual por volta de 7%; (2) aumentar o número de trabalhadores urbanos; (3) manter os preços estáveis e o equilíbrio entre gasto e receita internacionais; (4) fortalecer a competitividade internacional da China; (5) promover o crescimento das indústrias primária, secundária e terciária; (6) melhorar índices econômicos e sociais; (7) incrementar a capacidade de inovação acelerando o progresso tecnológico; (8) reforçar o controle populacional; (9) aumentar a atenção às políticas ambientais; e (10) melhorar as condições de vida e de acesso à saúde.

Em sequência no tempo, em dezenove de março de 2006, na 4ª sessão do 10º Congresso Nacional do Povo, se dá a aprovação do 11º Plano Quinquenal que contempla os anos de 2006 a 2010. O plano esboça duas linhas de pensamento: (1) o conceito científico do desenvolvimento e (2) a construção de uma sociedade socialista harmoniosa. Tais linhas representam ainda a base pela qual o governo desempenharia suas diferentes funções com o intuito de instaurar uma China próspera.

O Plano objetivava a melhoria da qualidade do crescimento econômico, a otimização da estrutura industrial, o aumento do setor de serviços e uma maior inovação nas empresas lhes permitindo ser mais competitivas internacionalmente. Além da melhoria dos serviços de saúde e do aumento considerável da renda *per capita* dos residentes do campo e da cidade, promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento urbano e rural.

Uma vez implementado o 11º plano quinquenal, o sistema de economia de mercado seria reforçado.

Com a implementação do 11º Plano Quinquenal, o sistema de economia de mercado será reforçado. Serão feitos avanços na reforma e na construção institucional de áreas como governança administrativa, empresas estatais, tributação, finanças, ciência e tecnologia, educação, cultura e saúde pública. A capacidade do governo de regulação do mercado e administração social será reforçada notavelmente. A abertura ao mundo exterior e o desenvolvimento interno serão ainda mais equilibrados e a economia aberta chegará a um novo nível. Até 2010, o volume total de importação e de exportação do comércio de bens e serviços atingirá US \$ 2,3 trilhões e US\$400 bilhões, respectivamente. (Extraído no prospecto oficial, tradução nossa).<sup>81</sup>

Progressos também são pretendidos na promoção da democracia, do sistema legal, moral e cultural. As aspirações constantes nesse plano e em todos os demais, pautaram-se nos pensamentos de Deng Xiaoping, quais sejam: (1) aderir ao conceito científico de desenvolvimento para orientação do desenvolvimento econômico e social; (2) manter estável o crescimento econômico e social; (3) melhorar a capacidade de inovação; (4) reestruturar a economia; (5) construir uma sociedade harmoniosa; (6) continuar e aprofundar a Reforma e a abertura. Isto é, um ajuste entre relação de investimento e de consumo, de controle do investimento total e do foco no consumo interno como motor para o crescimento. Essas medidas propiciariam o aumento da renda, a diminuição das desigualdades entre o campo e a cidade e a promoção da elevação do consumo.

No referente ao crescimento baseado no comércio exterior, tem-se o anseio de alterar a sua principal característica do volume para a qualidade, fomentando o desenvolvimento por meio da otimização da estrutura industrial e de ajustes na economia.

De acordo com os requisitos da nova trajetória de industrialização, consideramos o reforço da capacidade de inovação independente como o elo central e promoveremos inovações voltadas para o mercado e lideradas por empresas. Continuaremos a dar margem à vantagem competitiva das indústrias intensivas em mão-de-obra, reajustar e atualizar o mix de produtos, a estrutura organizacional e a distribuição industrial das empresas para fortalecer nossa indústria. Também será dada prioridade à intensificação do desenvolvimento da indústria. Seguindo os princípios de orientação para o mercado, industrialização e socialização, ampliaremos o escopo, ampliaremos a escala, melhoraremos a estrutura, fortaleceremos a função e padronizaremos o mercado da indústria de serviços, de modo a melhorar a

---

<sup>81</sup> With the implementation of the 11th Five-Year Plan, the market economy system will be further enhanced. Breakthroughs will be made in the reform and institutional building of areas such as administrative governance, state-owned enterprises, taxation, finance, science and technology, education, culture and public health. The government's capacity of market regulation and social administration will be enhanced remarkably. Opening up to the outside world and domestic development will be further balanced, and the open economy will arrive at a new level. By 2010, the total import and export volume of goods trade and service trade will hit \$2.3 trillion USD and \$400 billion USD respectively.

proporção e o nível da indústria de serviços. (Extraído no prospecto oficial, tradução nossa).<sup>82</sup>

Após o sucesso do 11º Plano, o Comitê do PCCh conduziu a instauração do 12º Plano Quinquenal, estabelecido de 2011 a 2015. O resultado positivo do 11º Plano se deveu à coordenação entre a condução da regulação macroeconômica, por meio de um mecanismo socialista, bem como da alocação de recursos propiciada pelo mercado. A conjunção dessas variáveis permitiu que a China não sofresse diretamente os impactos perversos da crise financeira que atingiu todo o mundo, entre 2007 e 2008, e pudesse então traçar diretrizes para o seu desenvolvimento.

O PIB e a competitividade cresceram consideravelmente. A construção de uma economia socialista de mercado passa a se consolidar de forma profunda e duradoura. A China, de forma consciente, planejou os próximos passos, tendo em vista inúmeros desafios que se vislumbravam com base no esforço de modernização, de reconciliação, de abertura e de reforma. Indicadores como industrialização, informatização, urbanização e internacionalização tiveram taxas de crescimento cada vez maiores. O princípio da qualidade, da inovação tecnológica e da busca de excelência contínua permeiam a produção e foram implementados arranjos para fomentar o desenvolvimento não apenas econômico, mas também social.

Um outro ponto de destaque no 12º Plano foi a orientação dos princípios sob a premissa do socialismo com características chinesas, sustentado ainda pela Teoria das Três Representações de Deng Xiaoping, ou seja, a China deve se posicionar perante as mudanças tanto interna quanto externamente, considerando como essencial a melhoria das condições de vida das pessoas. O progresso tecnológico e o crescimento econômico poderiam contribuir enormemente para sua concretização. A fim de atingir esses preceitos buscou-se: (1) elevar a competitividade das indústrias manufatureiras e estratégicas, assim como do setor de serviços; (2) instituir o progresso científico e a inovação como pilares da transformação; (3) melhorar o sistema de bem-estar social; (4) aprimorar o desenvolvimento com base na sustentabilidade; e (5) aprofundar cada vez mais as Reformas nas áreas econômica, social e política.

---

<sup>82</sup> According to the requirements of the new industrialization path, we regard the enhancement of independent innovation capability as the central link and will promote market-oriented and enterprise-led innovation. We will continue to give scope to the competitive edge of labor-intensive industries, readjust and upgrade the product mix, enterprises' organizational structure and industrial distribution so as to build up our industry. Priority will also be given to stepping up the development of the service industry. By following the principles of market orientation, industrialization and socialization, we will widen the scope, expand the scale, upgrade the structure, strengthen the function and standardize the market of the service industry so as to improve the proportion and level of the service industry.

No concernente à condução política, tem-se como prioridades: (1) fortalecer o controle da política fiscal, monetária e de investimento; (2) equilibrar a expectativa da inflação; (3) estipular mecanismo de expansão da demanda doméstica, melhorar o nível e a qualidade dos empregos e acelerar a urbanização; (4) fomentar o investimento das empresas estatais e incentivar o investimento privado, promovendo a interação virtuosa entre ambos; (5) modernizar a agricultura; (6) promover a união estratégica entre P&D (Pesquisa e Desenvolvimento); (7) estimular o desenvolvimento regional de acordo com vantagem competitiva de cada região, por meio de políticas próprias; (8) melhorar os serviços públicos de forma geral; e (9) melhorar a renda dos trabalhadores do campo e da cidade.

O Plano também considera: (1) acelerar o desenvolvimento da moderna agricultura; (2) elevar a competitividade industrial principalmente nas indústrias de manufaturas e de tecnologia e ainda dos considerados setores chaves: construção naval, ferro e aço, automobilístico, petroquímico, indústria energética dentre outros. Para além das indústrias ditas tradicionais, foi pretendido aumentar a atuação de indústrias estratégicas na área de inovação, TI (Tecnologia da Informação), energia alternativa e bioquímica. A tecnologia da informação e, conseqüentemente, a sua segurança foram primordiais para a consecução do Plano. A ampliação da indústria de serviços assim como sua produção, também se fizeram essenciais. Dessa maneira, a construção do sistema de transporte foi imprescindível nesse processo englobando as esferas inter e intra regional no concernente a cargas e a pessoas. Rodovias, ferrovias, tráfego urbano, aviação, portos e *hubs* integrados constituíram o *core* desse objetivo.

No 12º Plano, a preocupação com o meio ambiente, o estabelecimento de metas de redução de poluentes, ao uso racional da água e ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia foram bastante direcionados. O desenvolvimento verde foi incluído como crucial à mudança climática global, além de fomentar o aprofundamento da cooperação internacional. Foi ainda contemplado, a aceleração da produção de energia, por meio de fontes diversificadas e limpas, e claro, da priorização de fontes de energia renováveis.

**Tabela 3 - Principais indicadores de desenvolvimento econômico e social durante o 12º período do plano quinquenal**

<b>Indicador</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>	<b>Taxa de crescimento médio anual</b>
<b>Desenvolvimento econômico</b>			
- GDP (trilhoes de RMB)	39.8	55.8	7%
- Taxa de urbanização (%)	47.5%	51.5%	4%
<b>Subsistência das pessoas</b>			
- Renda Per capita disponível em residentes urbanos	19109	> 26810	> 7%
- Renda Per capita líquida de residentes rurais	5919	> 8310	> 7%
- Taxa de desemprego urbano (%)	4.1%	< 5%	
- Número de novos postos de trabalho na área urbana			45,000,000 de pessoas
- Número de residentes urbanos com pensão básica	257 milhões de pessoas	357 milhões de pessoas	1%
- Taxa de acesso medico básico em áreas urbanas e rurais (%)			3%

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do 12º Plano Quinquenal. Disponível em: <www.gov.cn>.

Como princípio do Plano tem-se a melhoria da construção de casas a preços acessíveis, combinando o controle do governo com a regulação do mercado. A constituição de um sistema de inovação social no tocante à governança foi preconizado, assim como a concepção de organizações sociais. A melhoria gradativa da instituição da economia socialista de mercado institui-se como um dos principais desafios do Plano, por meio: (1) da melhoria do sistema econômico; (2) do aprofundamento da reforma de empresas estatais; (3) da otimização do sistema de capital do Estado; (4) do apoio e orientação do desenvolvimento da economia não pública; e (5) da promoção da reforma administrativa pelo fortalecimento de mecanismos de mercado e de decisões democráticas. Metas direcionadas à educação e à ciência foram correlacionadas ao desenvolvimento humano e à melhoria de bem-estar nos diversos âmbitos como: acesso à saúde, à seguridade social, ao planejamento familiar, à proteção ambiental tanto no campo quanto na cidade. O ajuste entre renda e sua distribuição foram mencionados no referente à reforma salarial, ao mecanismo de redistribuição e à composição do capital.

Os sistemas fiscais e financeiros passaram por novas reformulações. Uma flexibilização da política de preços foi requerida. Amplia-se cada vez mais a abertura e otimiza-se a estrutura do comércio exterior via coordenação estratégica das condutas *bring in* e *going out* visando beneficiar a China na esfera internacional. Ademais, buscou-se

incrementar o uso de capital estrangeiro e a participação cada vez mais ativa na governança global. Como aspirações políticas mais abrangentes pretenderam-se desenvolver a democracia e construir uma civilização política do socialismo baseada na paz, na cooperação e na prosperidade.

Assim, após explanar os planos, será efetuada sua análise empírica começando do 5º plano (1976-1980) até 2015, data de finalização do 12º plano. Dessa maneira, como apregoado pela metodologia de análise da história de conceitos proposta neste trabalho, o que se propõe empiricamente é apreender do léxico, diretrizes que nortearão a política e, por conseguinte, mensurar seus efeitos. O entendimento da economia política nesse momento se torna primordial para a assimilação do conceito que efetivamente guia a conduta político-econômica e para inquirir se o conceito utilizado no espaço de experiência, China, é o mesmo já proeminente nos discursos que permeiam a EPI, representando continuidades, descontinuidades ou, se em contrapartida, causam transformações, adicionando algo novo às terminologias até então vigentes.

## **5.2 A emergência do termo economia socialista de mercado: algumas considerações**

Ao se analisar os Planos Quinquenais contemplados entre de 1976 e 2015, muito se pode apreender no concernente às alterações graduais ocorridas no desempenhar de suas funções. Quando se faz uma menção ao socialismo chinês frente aos estágios desde o socialismo até o comunismo, classifica-se tal regime como sendo um socialismo primário que paulatinamente, foi se permitindo agregar variáveis *a priori* pertencentes ao seu antagonista, ou seja, o mercado.

Conforme Kennedy (1989), a China do século XIV tinha enorme talento à inventividade, anseio relativo às descobertas e foi responsável por grandes feitos, tal qual, a construção das primeiras caravelas e a criação da pólvora. Assim, durante a instauração das Quatro Grandes Modernizações esse espírito se revigora ou muitos defendem a premissa de que, na verdade, ele desperta colocando em xeque o *modus operandi* de se fazer política. O PCCh capitaneado por Deng Xiaoping promove “uma extensiva mudança na estrutura estatal, eliminando burocracias, valorizando pessoal capacitado e determinando de forma mais clara as funções e responsabilidades do Partido, do governo central e dos governos locais”. (RAMOS, 2006, p. 69).

Essas modificações permearam diversos setores da economia como a agricultura, a indústria, leis trabalhistas, iniciativa privada (empresas), e ainda reformas financeiras e

tributária. Diversas outras leis foram aprovadas em uma relação co-constitutiva entre a coexistência de princípios provindos do socialismo e do mercado, inaugurando a emergência de um novo conceito dentro da EPI contemporânea, qual seja, o de economia socialista de mercado. No decorrer dos planos, alguns eventos merecem destaque no referente à conformação desse conceito incipiente:

**Quadro 3 - Principais eventos pós 1978**

<i>Ano</i>	<i>Evento</i>
1978	Início das reformas
1978	Lei das joint-ventures
1982	Autorização legal para contratação e cessão de IED
1983	Aprimoramento da lei das joint-ventures
1984	Promulgação da lei de patentes
1986	Instituição da lei sobre capital estrangeiro
1997	Início do programa de privatizações
2001	Ingresso da China na OMC

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos de NEVES (2011)

Os dirigentes do PCCh, ao delinearem as diretrizes constantes nos planos, assim como ao estabelecerem metas de crescimento nos mais variados agregados macroeconômicos e em seguida, no relativo ao social, depreenderam que o socialismo chinês deveria ser diferente daquele socialismo reinante na antiga URSS. Outra questão relevante é uma certa defesa velada à democracia. “A China contradiz o modelo liberal-democrático de crescimento de tradição europeia e difere de todas as transições de comunismo à economia de mercado” (JAGUARIBE, 2010, p. 132-133). O planejamento como indissociável ao alcance de metas, revela uma China que se organiza conforme perspectivas que lhe são próprias em momentos específicos. Não se enquadra, portanto, em modelos preconcebidos; ao contrário, fabrica seu devido protótipo.

Muitos argumentam se *le juste milieu*, no qual a China se encontra, é uma eventual transição para os sistemas capitalista e democrático. Contudo, não se pode analisar a conduta chinesa através de lentes ocidentais. “Percebe-se que a criação de uma nomenclatura diferenciada tem o intuito de ressaltar a singularidade da condução pelo Estado (e do Partido Comunista Chinês) das suas relações com o setor privado considerando sua presença e nível de intervenção” (LEITE, 2011, p.115). O que existe na China é uma relação muito particular entre Estado, representado pelo PCCh, as empresas e as respectivas orientações econômicas. A China tem experimentado um encadeamento diverso do Ocidente no alusivo às relações entre Estado e Mercado.

### 5.3 A materialização em políticas

Para se empreender uma efetiva análise considerando a metodologia conformada segundo preceitos de Koselleck (2006) e de Sartori (1970), a simples explanação das medidas econômicas e de seus efeitos sem se proceder ao estudo a nível conceitual não se faz suficiente. Como menciona Sartori (1970), a compreensão conceitual precede à quantificação, assim, a percepção das instâncias conceituais constituintes do léxico no espaço de experiência determinado se torna preponderante. Para que os planos quinquenais referentes ao recorte temporal desta pesquisa sejam averiguados no concernente ao seu léxico, se utilizará o método da análise de conteúdo para investigar quais atos de fala conformam esses planos em aspectos semânticos e, por conseguinte, sua instância conceitual permitindo diagnosticar continuidades, descontinuidades ou mesmo inovações. Passa-se então a análise do léxico propriamente dita em ordem cronológica desde o 5º até ao 12º plano.

Em 1976, findava a Revolução Cultural que causou enormes agitações no país e o cenário que se vislumbrava à época, era de uma economia pouco representativa em âmbito mundial, com uma participação muito pequena no PIB global. Políticas de investimento externo direto tanto *inward*<sup>83</sup> quanto *outward*<sup>84</sup> eram inexistentes e a renda *per capita* da população era irrisória. Diante desse prospecto alarmante, dirigentes e líderes políticos projetaram novas políticas calcadas em estratégias consubstanciadas através de planos com o intuito de retirar a China da beira de um colapso, cujas consequências seriam desastrosas para a vida econômica e social. Dessa maneira, os planos conhecidos como novos Planos Quinquenais permitiram empreender alteração de rumos na China a partir de 1978.

Durante o 5º plano (1976-1980), objetivou-se uma reformulação das bases vigentes à época. Esse anseio de mudança teve seu ápice em 1978 quando da proposição das Reformas cujo léxico era calcado em atos de fala expressos pelo PCCh tais como: modernização, ajuste, desenvolvimento e melhoria perante aquilo que fora instituído até então. Infere-se em um primeiro momento uma busca do governo central de adentrar em uma nova fase. Em termos conceituais o léxico instaurado nesse período não apresenta descontinuidades em relação ao que era prevalecente, ou seja, o socialismo. Entretanto, lança as bases para a consideração de

---

<sup>83</sup> *Inward* = “fluxo de investimento que parte do internacional para o mercado doméstico.” (FERREIRA; DIB, 2015, p. 500).

<sup>84</sup> *Outward* = “fluxo de investimento que parte do mercado doméstico para o internacional” (FERREIRA; DIB, 2015, p. 500).

outro conceito que modernizaria e, por assim dizer, alteraria o léxico e, por consequência, suas *policies* e sua efetivação no real como assevera Lessa (2010).

O 6º plano (1981-1985) priorizou a organização de diretrizes internas ao PCCh e o estabelecimento de critérios sólidos para a posterior implementação de suas políticas. Os principais atos de fala que orientaram o léxico e conduziram os principais objetivos inerentes ao plano além daqueles já apresentados anteriormente no 5º plano foram: manter preços de mercado estáveis, implementar atualização tecnológica empresarial, construção de uma civilização ideológica e material. Para além da melhoria da eficiência econômica, do desenvolvimento do comércio e do uso do capital estrangeiro, esses termos aliados culminariam em *policies* que repercutiriam em uma nova fase em relação ao comércio externo e ao intercâmbio tecnológico. A concepção do uso de capital estrangeiro é significativa pois assevera a abertura para o mundo externo o que há séculos não era permitido, alterando a posição da China no ranking do volume de exportação de 28º em 1980 para 10º em 1984.

Nesse ponto, novos atributos começam a se aglutinar ao léxico antes instituído causando descontinuidade e estranheza às premissas características de um regime socialista, o qual, em teoria, seria mais hermético e voltado para dentro, e havendo uma eventual aproximação a terminologias mais próprias ao neoliberalismo reinante no mundo na conjuntura pós 1970. Conjugação de palavras como eficiência econômica, uso de capital estrangeiro, preços de mercado e civilização material em detrimento de uma possível civilização espiritual eram muito mais pertencentes ao vocabulário neoliberal do que socialista. Terminologias vão surgindo e se acomodando no léxico resultando em efeitos muito próprios a partir de sua recepção no *locus*, China, iniciando a experiência de adaptação e de convivência entre atributos ditos como específicos do mercado (neoliberalismo) e do Estado (socialismo).

Avançando no tempo em 1986 é inaugurado o 7º plano quinquenal estabelecendo como diretriz a promoção do desenvolvimento econômico e social. A economia passa a ocupar mais espaço na agenda para a concretização da Reforma em suas quatro áreas. Novamente se menciona o termo eficiência e modernização econômicas, os quais se mesclam com terminologias como regulação de ativos por parte do Estado. A busca de extensão técnica para empresas se alia à elevação da abertura para o exterior com o anseio de “construção de uma civilização ideológica socialista através de uma civilização material” (THE 7<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN, s/p, tradução nossa)<sup>85</sup>. Dessa maneira se remete implicitamente à asserção

---

<sup>85</sup> Construction of a socialist ideological civilization through a material civilization.

oriunda do liberalismo que se transferiu para o neoliberalismo de que o aspecto material é intrínseco à concepção ideológica de vida, ou seja, o consumismo e a acumulação de capital fazem-se presentes na constituição do indivíduo e, em consequente, da sociedade.

Cabe ressaltar que a partir do 5º até o 7º plano, os termos conceituais que emergiram foram se acumulando no espaço de experiência e a recepção de termos não comuns ao léxico predominante no contexto foram se ajustando e convivendo de forma amistosa. As *policies* desencadeadas refletem efeitos orientados ora para o mercado ora para o Estado, instaurando elevação de indicadores de política industrial, de comércio exterior e até em determinadas políticas sociais.

Uma nova fase no desenvolvimento chinês é criada em 1991 quando da estipulação do 8º plano. A China passa a liderar mundialmente produções de aço e de algodão e a ocupar posições de destaque em diversos outros segmentos. A taxa de crescimento anual nesse período foi de 17,9%, além da majoração de índices nas indústrias primária, secundária e terciária. A Reforma é aprofundada em sua faceta econômica, passando a uma maior descentralização do sistema financeiro. As políticas fiscal e comercial foram gradualmente separadas; assim, “emerge um sistema macro de regulação e o mercado passa a desempenhar um maior papel na alocação de recursos” (THE 8<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN, s/p, tradução nossa)<sup>86</sup>.

Desse modo, tem-se como desdobramento o nascimento de políticas direcionadas à abertura de cidades litorâneas para o exterior, ao aumento considerável do volume de exportação via política de comércio exterior mais assertiva e a alta dos números referentes às reservas estrangeiras. Todas essas políticas apresentadas foram implementadas simultaneamente com políticas empreendidas pelo Estado de forma direta para controle da população e ainda políticas outras concernentes às forças sociais do trabalho, diminuindo o número de pessoas vivendo na faixa da extrema pobreza. Poderia se argumentar até aqui que o socialismo em sua instância conceitual passou conforme Sartori (1970) da magnitude de um conceito clássico até 1978 e a partir dessa data sofreu discontinuidades, uma vez que termos novos passaram a dividir o espaço de experiência em questão, ressaltando a recepção de termos advindos de fora que foram incorporados ao léxico vigente e ainda a permanência de termos bem característicos de seu *core* primeiro, representando assim a continuidade.

Ressalta-se que a estipulação de uma instância conceitual pode ser conformada de acordo com Sartori (1970) pelos chamados conceito por acumulação, conceito por adição e

---

<sup>86</sup> [...] a macro regulatory system emerges and the market plays a greater role in the allocation of resources.

conceito radial ou ainda pelo surgimento de uma inovação conceitual e para Berenskoetter (2016) a aparência de algo novo no léxico da EPI. “Em 1992, o Estado pôs em andamento a meta do estabelecimento de uma economia de mercado socialista” (ZHENG, 2011, s/p). Já sua reflexividade pode se dar pelas políticas que ele orienta e sua análise pela definição e por sua fixação no léxico. Logo se efetiva a articulação entre linguagem, pensamento e sua concretização no real, isto é, sua materialização. Isso feito, se evita a camuflagem verbal, a eclosão de pseudoequivalências e de confusões mentais.

A pretensão de estipulação de um conceito proveniente do possível uso de termos pertencentes ao vocabulário e à semântica específica do mercado lidos aqui como pertencentes ao neoliberalismo e ao socialismo de forma concomitante, somente se advém como aceitável durante o 9º plano quinquenal cujo horizonte temporal permeia de 1996 até os anos 2000. Pela primeira vez na história da China se faz menção a um conceito totalmente inédito que norteará as políticas a serem implementadas, sendo resultado do processo de recepção de termos oriundos de um conceito viajante do Ocidente e de sua conjugação com termos apregoados internamente. Dessa maneira, emerge no léxico da EPI contemporânea o conceito de economia socialista de mercado, ocasionando assim uma inovação conceitual, a transformação do conceito adequado àquela realidade. Isso exposto, se corrobora a premissa de Koselleck (2006) de compreender ações, de interpretá-las e de proceder com inovações, das quais culminam seus efeitos. A partir desse conceito insólito e da consolidação dessa inovação conceitual nesse espaço de experiência, estabeleceu-se uma estratégia de desenvolvimento para o século XXI.

O 10º plano quinquenal foi elaborado com o propósito de robustecer a economia socialista de mercado, ou seja, de acordo com a variável independente que guia a dissertação, enseja-se uma democratização do conceito conforme Feres Jr. (2008) e, por sequência, sua legitimação no léxico. As *policies* arguidas nesse plano almejam o incremento da competitividade internacional da China, da manutenção da estabilidade de preços de mercado e do crescimento econômico, os quais permitem compreender o real significado do conceito empregado segundo o contexto específico, validando a enunciação de Sartori (1970) de que o entendimento da quantificação apenas é factível após a definição conceitual.

No 11º plano a diretriz do PCCh foi de ampliar e intensificar a consolidação da instância conceitual recém-criada, a economia socialista de mercado. O crescimento econômico nacional foi uma das metas do plano. Além de incrementar a capacidade de inovação e de competitividade internacional das empresas e da eficiência econômica, foi perseguido também a diminuição da disparidade dos níveis de vida no campo e na cidade,

pleiteando uma maior igualdade entre ambos. “Com a implementação do 11º plano quinquenal o sistema de economia de mercado será ainda mais realçado” (THE 11<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN, s/p, tradução nossa)<sup>87</sup>. A relação entre regulação de mercado e administração social foi aprofundada possibilitando maior abertura da economia chinesa ao internacional.

Um termo que se agrega para a conformação do conceito de economia socialista de mercado é o intuito da promoção da democracia e de sistemas legais como atributos que compõem esse léxico nascente, havendo progressiva intensificação e maior abertura da Reforma. Como *policies* resultantes dessa inovação conceitual tem-se: (1) expansão da demanda doméstica; (2) aumento das exportações e do crescimento econômico; (3) combinação entre investimento interno e externo; (4) otimização e melhoria da estrutura industrial; (5) utilização eficiente dos recursos naturais remetendo a tendências bem atuais no Ocidente no referente à sustentabilidade no ambiente corporativo e de Estados; (6) crescimento como essencial à acumulação do capital e importância de recursos humanos nesse processo – tangenciando uma prática recorrente ao neoliberalismo concernente à meritocracia e à valorização do capital humano; e (7) aprofundar o uso da intervenção administrativa alternando em algumas áreas específicas e em outras a opção da alocação de recursos pelo mercado. Solicita-se assim “a aceleração da melhoria da economia socialista de mercado em ordem do estabelecimento de um sistema que facilite o desenvolvimento científico que transforme o modo do crescimento econômico e promova um desenvolvimento equilibrado e sustentável” (JIABAO, 2006, p. 6, tradução nossa)<sup>88</sup>. Entretanto, a implementação dessas *policies* não é feita de imediato sem se considerar os aspectos pertencentes ao socialismo arraigado nesse espaço de experiência, exigindo acomodações e adaptações elaboradas de maneira consciente pelo PCCh, sobretudo no atinente à democracia que pode ser comparada conforme Xing (2016) mais com uma forma de deliberação do que com a democracia ocidental *stricto sensu*.

Já o 12º plano, que vigorou de 2011 a 2015, se propôs a intensificar os desígnios da Reforma fundamentados na inovação conceitual da economia socialista de mercado. O enrobustecer da relação entre Estado e mercado foi executado sendo projetado segundo a experiência recente como guia para anos vindouros. O intuito principal foi o de estender e ampliar a construção da economia socialista de mercado a fim de reposicionar a China em âmbito nacional e internacionalmente, considerando que a conjuntura predominante no globo

---

<sup>87</sup> With the implementation of the 11th five-year plan the market economy system will be further enhance.

<sup>88</sup> The acceleration of the improvement of the socialist market economy in order to establish a system that facilitates the scientific development that transforms the way of economic growth and promotes a balanced and sustainable development.

era de queda de crescimento, de alta competitividade e focada no mercado, nos recursos, na tecnologia e em uma ascendente divisão do trabalho.

O uso de premissas neoliberais se amplia inserindo a China em processos de internacionalização e de estruturação da demanda de mercado e, simultaneamente, se sofisticava a habilidade de macrocontrole por parte do Estado. O propósito da organização e de ajuste a novos desafios faz-se constante. Políticas de aceleração da inovação tecnológica empresarial, de urbanização assim como de desenvolvimento regional são efetuadas, além de políticas voltadas à energia e à preservação ambiental aproximando a China de temáticas relevantes ao Ocidente. A coordenação interativa do desenvolvimento abarcando o social e o progresso científico são cruciais para o rejuvenescimento da China. Uma eventual modificação no desenvolvimento econômico é proposta agregando o bem-estar das pessoas nessa conjunção. “Devemos avançar as Reformas de modo inabalável nas áreas econômica, política e social” (THE 12<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN, s/p, tradução nossa)<sup>89</sup>. Dessa maneira, “novas trajetórias para modernização da industrialização foram adaptadas com as necessidades de mudança do mercado” (THE 12<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN, s/p, tradução nossa)<sup>90</sup>. As empresas passam a se portar como *players* do mercado e barreiras institucionais são eliminadas, ou seja, estabelecem-se novas estratégias industriais e de inovação.

De acordo com o 12º plano, serviços básicos como educação e seguridade social deveriam ser oferecidos pelo Estado e serviços não básicos teriam uma orientação cada vez maior para o mercado. Essa enunciação ilustra a divisão de responsabilidades na conformação do conceito de economia socialista de mercado, condutor de políticas na China. “Persistir na combinação do controle governamental e da regulação do mercado” (THE 12<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN, s/p, tradução nossa)<sup>91</sup>. O 12º plano teve como propósito aprimorar a instituição da economia socialista de mercado, logo, se procurou refinar o sistema de economia composto pelas entidades econômicas e estatais, as empresas estatais e o sistema de gerenciamento de capital, isto é, uma transformação da função desempenhada pelo governo foi requerida. “Acelerar a separação das funções do governo das empresas, das autoridades de gestão de ativos do Estado, das instituições públicas e dos intermediários de mercado. Reduzir a intervenção do governo em atividades microeconômicas” (THE 12<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN, s/p, tradução nossa).<sup>92</sup> Como um termo novo na composição da inovação conceitual de economia

---

<sup>89</sup> We must advance the reforms in an unshakable way in the economic, political and social areas.

<sup>90</sup> new trajectories for the modernization of industrialization were adapted to the needs of market change.

<sup>91</sup> Persist in the combination of government control and market regulation.

<sup>92</sup> Accelerate the separation of corporate governance functions, state asset management authorities, public institutions and market intermediaries. Reduce government intervention in microeconomic activities.

socialista de mercado tem-se o fortalecimento do mecanismo de tomada de decisão democrática e a otimização da estrutura de comércio exterior tanto em produtos (tangíveis) quanto em serviços (intangíveis).

No que tange aos investimentos, os mesmos foram guiados para áreas prioritárias como agricultura e tecnologia, com a intenção de inserir a China no sistema de inovação global. Uma participação mais ativa da China na governança econômica e na cooperação regional foram implementadas por meio de acordos multilaterais e relacionamentos pragmáticos com alguns países, adicionando a atividade da China no G20. “A China trabalhará contra todos os tipos de protecionismo” (THE 12<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN, s/p, tradução nossa)<sup>93</sup> e priorizará a intensificação das recém-criadas zonas de livre comércio, da promoção de cooperação regional e da cooperação sul-sul. Para além do desenvolvimento de regras democráticas acerca de direitos sociais e atuação de pessoas sob a liderança do PCCh, minorando a corrupção por meio de um sistema legal e fomentando a criação de uma nação chinesa.

Dessa maneira vê-se que políticas e medidas econômicas desde a adoção da política de reforma e de abertura ao exterior foram empreendidas a fim de alcançar os objetivos de crescimento e de reposicionamento no plano internacional propostos. Desse modo, algumas diretrizes foram estipuladas, conforme Zheng (2011): (1) manter o desenvolvimento econômico como tarefa central: a partir do desenvolvimento econômico se auferiria paulatinamente todos os demais tipos de desenvolvimento; (2) manter corretamente a relação entre reforma, desenvolvimento e estabilidade, sendo imprescindível que para que exista o desenvolvimento econômico as esferas social e política precisam ser estáveis.

Promover o desenvolvimento com reforma, manter a estabilidade no processo de desenvolvimento econômico, aprofundar a reforma e acelerar o desenvolvimento econômico em um ambiente social e político estável constituem a relação dialética entre reforma, desenvolvimento e estabilidade. (ZHENG, 2011, s/p).

O sistema de propriedade foi reconfigurado e o Estado participa menos ativamente do PIB, dando margem à emergência das instituições do mercado.

As mudanças no padrão de propriedade têm incentivado o desenvolvimento da força produtiva, possibilitando mais oportunidades de emprego para trabalhadores urbanos e rurais, estimulando a criação de uma estrutura econômica plural, em que setores diversos competem uns com os outros, e acelerando a transição para a economia de mercado. (ZHENG, 2011, s/p).

---

<sup>93</sup> China will work against all kinds of protectionism

**Tabela 4 - Participação das empresas na China**

<i>Participação nas empresas</i>		
<i>Ator</i>	<i>Ano - 1978</i>	<i>Ano - 1997</i>
<b>Estado</b>	78%	41,90%
<b>Não-estatal</b>	22%	58,10%

Elaborado pela autora com dados extraídos de Zheng (2011)

Assim, acontece uma mudança para uma economia de mercado de maneira progressiva, uma promoção da reforma da gestão macroeconômica e também dos sistemas de controle, incluindo uma gradual abertura para o mundo exterior e cada vez mais a condução da política econômica conforme normas internacionais. As políticas empreendidas quando da instauração das reformas, na verdade, se materializaram em eixos estratégicos de áreas importantes como agricultura, urbanização, mercado de capitais e abertura ao exterior.

A utilização de tais planos desde sua conformação no mundo da política, via ato de fala que por meio de implementação em políticas, permitiu que a China saísse de uma participação bem modesta no PIB global, conforme Carvalho (2018), de apenas 2,2% em 1976 para expressivos 14,8% em 2016. Dessa forma, após análise de todos os planos quinquenais e na finalização do 12º plano em 2015, tem-se como dados consolidados em 2016.

**Tabela 5 - China e macroeconomia**

<i>Consolidados macroeconômicos</i>	<i>Posição da China na participação mundial</i>
Comércio de Mercadorias	1º
Reserva de divisas	1º
Agregado de manufaturas	1º
Captação de IED	3º
Cessão de IED	1º
Competitividade manufatura	1º
Manufatura alta tecnologia	1º

Elaborado pela autora com dados extraídos de CARVALHO (2018)

A China passou da condição de agricultor para ocupar o 1º lugar no mundo na produção de manufatura com elevação considerável da população urbana. Conforme Carvalho (2018), seis aspectos da postura chinesa foram imprescindíveis ao sucesso das Reformas: (1) desenvolvimento adequado à circunstância social, ou seja, perseverança em um socialismo

próprio da China respaldado em um modelo democrático e político diferente da democracia ocidental. O papel do governo foi fundamental na promoção do desenvolvimento econômico; (2) as reformas orientadas para o mercado, podendo ser assim exemplificadas: “Por um lado, a China promoveu a economia de mercado, mas, ao mesmo tempo, permitiu a coexistência dos velhos e novos sistemas e mecanismos, isto é, por meio de uma reforma gradual foi possível alcançar um equilíbrio entre a planificação e o mercado” (BILIANG, 2018, p. 21); (3) o impulso de uma abertura ao mundo que inclui investimento direto estrangeiro e projetos industriais, sendo como mencionado por Biliang (2018) expressos em três ondas, tais quais: 1ª onda (1980-1990): o objetivo nesse período temporal era a captação de investimentos estrangeiros para construção de infraestrutura e projetos industriais, seja por meio das ZEE’s, seja por facilitação de políticas existentes; 2ª onda (1995-2012): incorporar a China no mundo e promover sua aceitação por meio do entendimento das regras que ditam o comércio, além de se posicionar na cadeia global de valor; 3ª onda (2013 – dias atuais) por meio da Nova Rota da Seda e do Cinturão – *One Belt, One Road* – impulsionar a interconexão e a intercomunicação em infraestrutura, investimento comercial, finanças e cultura entre a China e outros países; priorizar o empenho econômico, passando da condição de luta de classe para o trabalho econômico através da alocação dos recursos em setores chave da economia; estabilidade política e social auferida pela governança centralizadora do PCCh e por aplicação de medidas sociais eficazes, “a estabilidade vence tudo” (BILIANG, 2018, p. 24) e a elaboração e aplicação dos planos de desenvolvimento, em outras palavras, planejar e elaborar previamente para depois executá-los na prática.

Desde a fundação da República Popular da China em 1949, nosso país elaborou 13 planos quinquenais. Cada plano foi elaborado de acordo com as circunstâncias do momento, levando em conta os problemas e desafios daquele período de cinco anos, e definiu os objetivos e as principais políticas e medidas, a fim de garantir seu cumprimento no tempo previsto. (BILIANG, 2018, p. 25).

Dessa maneira, ao se considerar o recorte temporal dessa pesquisa, a elaboração dos Planos quinquenais e a implementação de suas respectivas *policies*, observa-se que o processo de abertura da China ao exterior e de seu rejuvenescimento em âmbito global propiciaram reflexos positivos em seu posicionamento internacional. Ao se analisar indicadores macroeconômicos percebe-se que desde 1976 até 2016, todos os dados relativos ao PIB, PIB Per Capita, às reservas, ao comércio e aos investimentos demonstraram maior proeminência da participação da China no cenário mundial. Esses agregados podem ser expressos como efeitos das *policies* empreendidas durante os Planos no transcorrer do tempo. *Policies*

consideradas como sendo de cunho aparentemente neoliberal sendo efetuadas em um espaço de experiência a princípio socialista promovendo inovações na experiência chinesa.

**Tabela 6 - Agregados macroeconômicos no tempo**

<i>Agregado Macroeconômico</i>	<i>Ano</i>	
	<i>1976</i>	<i>2016</i>
PIB (% no total mundial)	2,20%	14,80%
PIB PER CAPITA (colocação mundial)	120 <sup>a</sup>	60 <sup>a</sup>
RESERVAS	US\$ 1,25 bilhão	US\$ 3,01 trilhões
COMÉRCIO	13,4 bilhões	US\$ 3,66 trilhões
INVESTIMENTO	Inexistente	Captação: US\$ 133,7 bilhões
		Cessão: US\$ 183,1 bilhões

Fonte: BILANG, 2018, p. 24.

Assim, polos aparentemente antagônicos, neoliberalismo e socialismo, na verdade se complementam e estabelecem uma inovação conceitual. Como polo positivo caracteriza-se por atributos semânticos comuns ao neoliberalismo no mundo e na China, como negativo, àquilo que simboliza a dicotomia e o contrário, ou seja, uma prática socialista que utiliza preceitos da economia de mercado. A inovação conceitual apreendida refere-se à zona cinzenta entre polos hipoteticamente opostos, mas que de fato, em conjunto, desencadeiam o novo.

Dessa maneira, enfatiza-se a asserção de que conceitos podem ser empregados de forma diferente dependendo do espaço de experiência que se analisa. As dimensões positiva e negativa não são antagônicas, mas sim complementares. Por isso a importância da explicação causal em detrimento da presunção. A China não pode ser caracterizada como estritamente neoliberal, uma vez que apenas se utiliza de algumas de suas premissas, ancorando-se no socialismo antevendo um pragmatismo funcional até o momento bem-sucedido.

Na seção seguinte apresenta-se a estratégia *going global* com o intuito de ilustrar os efeitos dos planos em uma política específica, a política industrial e seus desdobramentos respectivos para a China e seu reflexos *vis a vis* ao mundo.

### 5.3.1 *Going global: a estratégia via política industrial*

De acordo com Masiero e Coelho (2014), a China, por meio da consecução das políticas propostas através de seus Planos Quinquenais, passa a ocupar no início dos anos 2000 posições notáveis em vários indicadores associados ao crescimento econômico,

participação no PIB mundial, incluindo importação e exportação, além de receptividade e atratividade de IED.

A proeminência recente da China no panorama internacional tem ganhado ênfase e aguçado a curiosidade de pesquisadores ao redor do mundo. Muitos conferem o êxito à atuação do PCCh e à sua intervenção na economia, ou seja, ao desdobramento e ao efeito intrínseco ao novo conceito utilizado no espaço de experiência em questão: a economia socialista de mercado. A configuração de forma coordenada e direcionada do Estado, lê-se PCCh, das políticas de importação/exportação (Comex), caracterizando uma maneira de internacionalização direta ou indireta, conforme Cavusgil (2010), via IED's, foi denominada como estratégia de *going global*, isto é, inserção da China no exterior.

Masiero e Coelho (2014) argumentavam que apenas afirmar que o Estado participa das resoluções de mercado, não se faz suficiente para compreender essa complexa relação entre Estado e Mercado. Para tanto, é fundamental assimilar os demais atores envolvidos no processo. Ademais, como já mencionado nesta pesquisa, é imprescindível considerar a importância da história e de como suas forças são acomodadas interna e externamente, uma vez que essas passam a ser minuciosamente estudadas para manejá-las positivamente.

Segundo padrões econômicos, as estratégias de desenvolvimento adotadas por países variam significativamente. Com a China não seria diferente, e para mais que isso, bastante surpreendente. Para economistas como Krüger (2008), a transposição de estágios normalmente difundidos seria a alternância de dependência produtiva de setores primários, logrando em seguida à indústria (e suas variantes – primária, secundária e terciária) até serviços, tecnologia e inovação, a maiores ou a menores índices de crescimento em uma equação diretamente proporcional.

Esse padrão centraliza a importância das mudanças estruturais dos países, dado que o crescimento econômico ocorre pela realocação dos fatores de produção de setores e atividades de baixa produtividade para os de alta, sendo nesse processo o setor industrial fundamental, pois é ele o de maior potencial de incrementos da produtividade, dados seus fatores tecnológicos, encadeamentos intra e intersetoriais e externalidades pecuniárias. (MASIERO; COELHO, 2014, p. 142).

Para além da estratégia *going global*, é pertinente ponderar que a natureza do que é exportado ou importado enseja a reprodução de um quadro o qual demonstra fielmente a representatividade desses itens frente à receita obtida, ora, o seu valor unitário, sendo a expressão da relação entre volume exportado e capital obtido e o inverso se faz verdade para as importações. Desse modo, a decisão acerca do que produzir é prevacente para obter

melhor posicionamento no âmbito global. O papel do Estado chinês, via PCCh, foi de suma importância nessa conjunção.

Buira (2004) foi mais enfático nessa percepção, afirmando que o Consenso de Washington negou aos governos qualquer papel na promoção do crescimento de novos setores industriais, sendo descartada qualquer forma de política industrial. Não por acaso, como frisou Rodriguez (2007), ao longo dos anos 1990 mais de 49 países iniciaram seus processos de abertura econômica a partir das prescrições do Consenso de Washington, dando proeminência às forças de mercado em detrimento das intervenções governamentais para promoção do desenvolvimento. (MASIERO; COELHO, 2014, p. 143).

Esses números muitas vezes são bastante superiores comparativamente à média mundial. A estratégia nacional de desenvolvimento via política industrial alavancava a China, sobretudo a partir do 8º e 9º Planos, quando da sua formulação para real obtenção de resultados significativos nos planos posteriores estudados como recorte temporal desta pesquisa, 10º, 11º e 12º Planos, quando grande ênfase foi dada às indústrias consideradas como estratégicas, ou seja, que propiciam economia de escala e alto valor agregado, representadas por indústrias de alta tecnologia e capital intensivo.

O Estado gerenciava as principais políticas indispensáveis ao desenvolvimento de forma integrada tais como política cambial, política de comércio exterior, política de investimentos estrangeiros, e ainda, política tecnológica diretamente relacionada à inovação.

Nesse sentido, a China tem se colocado como caso imprescindível de análise, uma vez que, como será demonstrado, optou por políticas industriais como importante pilar na realização de sua estratégia de desenvolvimento, o que, no âmbito de uma economia global, demonstrava-se na contramão dos demais países alinhados com o *mainstream* e as prescrições do Consenso de Washington. (MASIERO; COELHO, 2014, p. 143).

A estratégia de inserção via internacionalização direta (exportações/importações) e indireta (IED's) viabilizou que a China alterasse substancialmente sua pauta de comércio exterior, o que teve repercussão imediata no posicionamento de vários *players* no cenário internacional, redefinindo a geografia econômica, além de se fazer presente em diversas partes do mundo, seja por meio de *joint ventures*, seja por investimentos *greenfield*<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> *Greenfield*- segundo Cavusgil (2010) refere-se ao investimento destinado a abrir novas fábricas industriais no exterior.

**Tabela 7 - Estoque de investimentos *inward* por economias emergentes e desenvolvidas em milhões de dólares**

<b>ESTOQUE DE INVESTIMENTO INWARD (USD MILHÕES)</b>	<b>ANO</b>	<b>ANO</b>	<b>ANO</b>	<b>ANO</b>
	2010	2011	2012	2013
PED				
<b>CHINA</b>	<b>1827</b>	<b>1966</b>	<b>2267</b>	<b>2485</b>
<b>BRASIL</b>	<b>682</b>	<b>696</b>	<b>745</b>	<b>724</b>
RUSSIA	490	454	496	575
INDIA	205	206	224	226
AFRICA DO SUL	179	159	163	140
<b>TOTAL PED</b>	<b>6597</b>	<b>6942</b>	<b>7945</b>	<b>8483</b>

Fonte: Adaptado de FERREIRA; DIB (2015).

\* China engloba Hong Kong, Macau e Taiwan

\*\* PED: Países em desenvolvimento

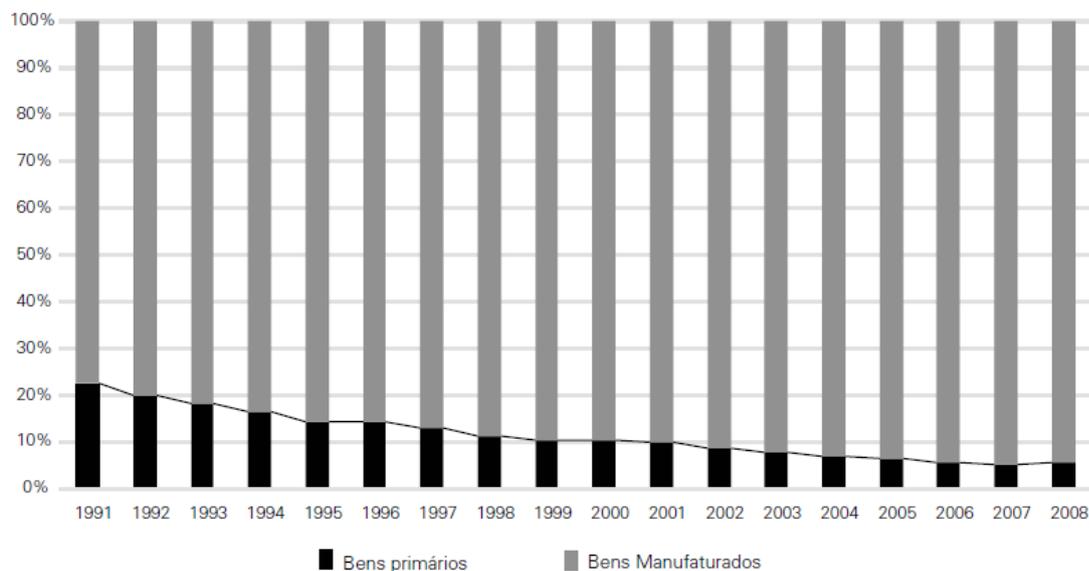
**Tabela 8 - Estoque de investimentos *outward* por economias emergentes e desenvolvidas em milhões de dólares**

<b>ESTOQUE DE INVESTIMENTOS OUTWARD (USD MILHOES)</b>	<b>ANO</b>	<b>ANO</b>	<b>ANO</b>	<b>ANO</b>
	2010	2011	2012	2013
PED				
<b>CHINA</b>	<b>1548</b>	<b>1768</b>	<b>2019</b>	<b>2213</b>
<b>BRASIL</b>	<b>191</b>	<b>206</b>	<b>271</b>	<b>293</b>
RUSSIA	366	362	406	501
INDIA	97	109	118	120
AFRICA DO SUL	83	97	112	96
<b>TOTAL PED</b>	<b>3484</b>	<b>3928</b>	<b>4459</b>	<b>4993</b>

Fonte: Adaptado de FERREIRA; DIB (2015).

Pode-se depreender pelos números apresentados nos dados acima, que o Estado Chinês busca a geração de riqueza nos empreendimentos realizados via fluxos de capitais e implementa políticas para que o desenvolvimento de fato ocorra. Tais políticas congregam segundo Masiero e Coelho (2014): (1) inovação endógena; (2) tecnologia; (3) consolidação da indústria; e (4) cooperação internacional. O exposto poderia ser expresso como se “na China seria um capitalismo autônomo, uma articulação desde dentro”. (MEDEIROS; 2003, p. 327).

**Gráfico 1 - Composição da pauta de exportações chinesas, por categorias de produtos primários e de manufaturados, entre 1991 e 2008, em porcentagem**



Fonte: Masiero; Coelho, 2014, p. 146.

Com o avançar dos Planos, elementos outros são tomados em conta para a consecução da política industrial em sentido amplo como a busca da qualidade *vis a vis* à quantidade, a competitividade, constante promotora de vantagens e ganhos de escala e dinamicidade, tornam-se preponderantes às análises do PCCh e, conseqüentemente, afetam a sua tomada de decisão. A redução da dependência em relação ao exterior foi propiciada ao fomentar e ao desenvolver a indústria doméstica em múltiplos setores.

#### Quadro 4 - Programas de desenvolvimento tecnológico

<i>Programa de Desenvolvimento Tecnológico</i>	
<i>Ano</i>	<i>Programa</i>
1982	Programa de tecnologias-Chave <sup>95</sup>
1986	Programa 863 <sup>96</sup>
1987	Programa Torch <sup>97</sup>
1988	Programa Nacional de Novos Produtos <sup>98</sup>
1992	Programa de Pesquisa em Engenharia e Tecnologia <sup>99</sup>

Elaborado pela autora com dados extraídos de Masiero; Coelho (2014)

<sup>95</sup> Governo disponibilizava tecnologias-chave para algumas empresas desenvolvê-las e comercializá-las.

<sup>96</sup> Criou vários laboratórios de tecnologia avançada.

<sup>97</sup> Ênfase na educação em ciência e tecnologia.

<sup>98</sup> Responsável por ajudar as empresas a adquirir ou desenvolver novos produtos.

<sup>99</sup> Criou vários centros de pesquisa importantes.

A orquestra chinesa é regida pelo pragmatismo com planejamento econômico, devidamente significado na terminologia oriunda dessa maestria particular, mediante a inovação conceitual relativa à economia socialista de mercado.

A formulação e implementação de uma política industrial ao longo dos últimos quatro Planos Quinquenais pavimentaram as bases industriais e microeconômicas da China, possibilitando a consolidação de uma estratégia nacional de desenvolvimento *going global*, realizada por meio de uma ação concertada entre agentes, via planejamento institucional articulado em várias frentes e com horizonte de longo prazo. Tal estratégia, delineada a partir de questões estruturais e conjunturais tanto internas quanto externas, vem direcionando e articulando a economia chinesa, implementando reformas contrárias àquelas preconizadas pelas instituições multilaterais, e *mainstream* econômico, de cunho intensamente liberal. (MASIERO; COELHO, 2014, p.153).

Entretanto é importante compreender o que o conceito de economia socialista de mercado de fato representa no espaço de experiência China, não somente em aspectos objetivos e/ou quantificáveis, mas também no concernente à subjetividade e como a mesma alicerça a conduta chinesa interna e externamente, constituindo o propósito da próxima seção.

#### **5.4 O espaço de experiência – China: uma inovação conceitual**

Ao se empreender a análise do objeto que norteia a presente pesquisa, à luz da história e da teoria dos conceitos, o que se vislumbrou realizar foi um estudo que abarcasse para além de perspectivas superficiais para a formação do entendimento e recorresse a “alusões históricas, políticas e superestruturais tão vitais” (JABBOUR, 2010, p. 30) a uma real compreensão severamente mais complexa. Assim o processo do estabelecimento de uma economia socialista de mercado na China, não se deu de modo instantâneo ou desinteressado. Ao perpetrar à análise dos Planos, começando com o 5º Plano datado de 1976 até o recorte temporal constante nesse trabalho, isto é, o ano de 2015, finalizando, dessa maneira, com o 12º Plano, cujo ano de fechamento coincide com a referida data, percebe-se que a importância do histórico e do respeito à identidade chineses, foram preservadas, em detrimento de uma eventual *restauração capitalista* (JABBOUR, 2010, p. 31, grifo do autor) ao se considerar a periodização vigente em Rostow (1974) ou Wallerstein (1989) quais sejam a progressão em estágios pré-determinados para se alcançar a prosperidade.

Outro fenômeno que nos chama muita atenção, com “liga” direta a determinadas formas de manejo de periodizações, está na tomada *ipsis litteris* de esquemas prontos à compreensão fotográfica da realidade, algo que na verdade está mais

próximo de um *relativismo pós-moderno* do que de algo mais *objetivo e histórico*. (JABBOUR, 2010, p. 33).

Todo esse pensamento quando da Reforma na China com Mao Zedong fez com que o mundo intuísse que tais quais as cartilhas concernentes ao Consenso de Washington, a China poderia se abrir aos ditames reinantes na espreita da onda neoliberal de Thatcher e de Reagan. Entretanto, plano a plano, o que se verificou foram inclusões graduais de novos conceitos em um léxico fortemente demarcado pela presença estatal e pela centralidade, inserindo inovações em atos de fala que se formalizavam em diretrizes de planos e posteriormente em *policies*, sendo assim democratizadas e legitimadas como variáveis independentes estabelecidas conforme Feres Jr. (2008).

Ao se retomar um pressuposto apresentado por Harvey (2005) de que a China era “neoliberal” por suas práticas, pode-se antever uma falha apontada pela metodologia aqui utilizada de que durante os planos (5º ao 12º), nunca deixou de ser mencionada a díade que alicerça o neologismo economia socialista de mercado representado por (1) condução da política econômica – papel do PCCh e das empresas estatais nesse processo – e (2) planejamento. Assim, considerando a relevância do espaço de experiência na recepção de conceitos ditos *a priori* como universais e globalizantes, e principalmente da sua materialização, a análise do agente e/ou ator responsável por promover, por planejar, por organizar e por implementar tais *policies* torna-se imprescindível.

O PCCh foi fundado em 1921 por 12 membros em Shanghai. Em 1949 alcançou o poder de Estado por meio da fundação da República Popular da China. Quando da sua fundação, o PCCh tinha origens marxistas e leninistas, não descartando, porém, o nacionalismo. Com o legado de Mao Zedong a premissa nacionalista foi reforçada conferindo legitimidade política e promovendo a unidade nacional. “O PCCh identifica e define o interesse nacional, e então salvaguarda o que é possível para defesa do interesse nacional e esforça-se para recuperar o *status* histórico de grande potência da China” (XING, 2017, p. 84, tradução nossa)<sup>100</sup>.

Durante sua história o PCCh foi colocado diante de inúmeros desafios oriundos de crises, que questionaram sua legitimidade. Dentre esses desafios, pode-se citar três crises em momentos diferentes da história, segundo Xing (2017): (1) crise do socialismo (1950-1970) e o desencadear da Revolução Cultural e suas consequências sociais; (2) crise de legitimidade desde o fim dos anos 1970, período que coincide com o início das Reformas de 1978 e que

---

<sup>100</sup> The CCP identifies and defines the national interest, and then safeguards what is possible for the defense of national interest and effort to regain China's great historical power status.

pressupunha uma orientação pró-mercado. Essa tendência motivou indagações acerca de priorização do capital e do crescimento econômico *vis a vis* às normas sociais. Assim, a legitimidade do Partido foi colocada em xeque por uma eventual imposição da economia em detrimento da política. “A transição para a economia de mercado efetivamente redefiniu o modelo cognitivo tradicional chinês de legitimidade política” (XING, 2017, p.84, tradução nossa).<sup>101</sup> E, por fim, (3), que remete à tragédia da Praça de Tiananmen que representaria o resultado da incompatibilidade entre forças de mercado e o autoritarismo inerente ao PCCh.

Entretanto, segundo Xing (2017), essa agitação foi positiva quando se analisa a obtenção de consenso entre os membros do Partido alegando a necessidade de uma Reforma com diretrizes pró-mercado como crucial, sendo empreendida paulatinamente. Aqui se observa a capacidade de adaptação do PCCh e de sua habilidade de resiliência como agente promotor de mudanças na China, ou seja, deve-se planejar, definir as bases conceituais, democratizar o conceito de acordo com análise de Feres Jr. (2008) para em seguida de fato concretizá-las via *policies*. Em 1990, com Deng Xiaoping, as reformas são aprofundadas e o Partido reconstrói sua legitimidade. “O sucesso da China em se transformar de uma economia de propriedade planificada e controlada pelo estado para uma economia de mercado supervisionada e regulada pelo estado em combinação com o mecanismo de mercado foi cunhado como modelo chinês” (XING, 2017, p. 85, tradução nossa)<sup>102</sup>.

Essa especificidade do espaço de experiência, China, é devida à maneira como se processou a recepção de conceitos provenientes do Ocidente, como o neoliberalismo, e sua convivência com conceitos já arraigados naquela realidade, como o socialismo. A história social, a tradição intelectual e a semântica histórica são pertinentes a esse processo. Como menciona Xing (2017) a acomodação de conceitos de forma amistosa acarreta inovação conceitual conforme Koselleck (2006) e mais do que isso coordena pragmaticamente suas *policies* e seu uso. Assim, as *policies* empreendidas durante os planos quinquenais são produto da convergência de interesses cujo propósito é neutralizar pressões externas. De acordo com Xing (2017), ao se coadunar a convergência de interesses com estancamento de pressões, as crises passadas pelo PCCh fizeram com que fossem repensados os atos de fala, a sua elaboração enquanto formalização em Planos e principalmente a sua implementação via *policies*. Desse modo, adaptações e tentativas de acomodação e de (re) acomodação exprimem

---

<sup>101</sup> The transition to the market economy effectively redefined the traditional Chinese cognitive model of political legitimacy.

<sup>102</sup> China's success in transforming itself from a planned and controlled state-owned economy to a supervised and state-regulated market economy in combination with the market mechanism was coined as a Chinese model.

processos de conformação conceitual que são dinâmicos por meio de adequação de *policies* em contextos específicos pertencentes a um determinado espaço de experiência. Isso exposto, o PCCh manteria sua legitimidade interna e lançaria condições para se projetar internacionalmente.

A acomodação e a adaptabilidade do PCCh referem-se à guerra de posição a qual anseia o atendimento de interesses do próprio PCCh, e àqueles provenientes do povo chinês. As aspirações da conciliação de premissas neoliberais e tipicamente socialistas pretendem alcançar os desejos concernentes ao rejuvenescimento da China nacional e internacionalmente, no aspecto econômico mas sem colocar o social à margem. Segundo Sasson (1987) é um processo que enfrenta constantes desafios que não são uniformes. Por isso a importância dos atos de fala, de sua interpretação como menciona Skinner (1969) e de sua consecução no real. Os conceitos somente podem ter sentido e coerência entre significante e significado quando se verifica o semântico se efetivando no concreto conforme Lessa (2010). A história social e a semântica histórica são imprescindíveis à análise, isto é, considera-se para estipulação do conceito a linguagem, as relações sociais e também as políticas, abarcando, conforme Blecher (1989), até aspectos subjetivos como moralidade e consciência.

De acordo com a teoria de conceitos de Koselleck (2006) pode-se inferir que os conceitos podem ser usados como instrumentos para se atingir fins políticos e para auferir o estabelecimento de instâncias conceituais. Asseverando essa proposição Xing alega que “O estabelecimento de uma nova ordem não é necessariamente o resultado final do colapso de uma velha ordem, ao contrário, é o resultado da reorganização política e social iniciada ou imposta por força política ou coalizão de forças” (XING, 2017, p.92, tradução nossa)<sup>103</sup>, dando origem ou transformando novas relações e conceitos que orientam políticas. Importante frisar que a inovação conceitual não emerge de forma imediata, pelo contrário, é exigido um período de transição e maturação do conceito para que finalmente ele se estabeleça no léxico e norteie *policies*.

Assim para que se efetue as adaptações e acomodações no espaço de experiência, a resiliência adaptativa do PCCh é de fundamental importância nesse processo, sendo expressa por Xing (2017) com base em quatro proposições. A primeira refere-se à capacidade deliberativa da governança chinesa, a qual incorpora vozes no processo de tomada de decisão

---

<sup>103</sup> The establishment of a new order is not necessarily the end result of the collapse of an old order, on the contrary, it is the result of political and social reorganization initiated or imposed by political force or coalition of forces.

e de *design* político, mas sem alterar a estrutura e regras do PCCh, associando deliberação à democracia. As políticas são elaboradas em um misto de autoritarismo de um lado e de práticas deliberativas de outro, contudo, a formulação final passa pelo crivo do PCCh que se utiliza dessa prática como instrumento para condução das Reformas. Logo, a democracia ocidental *stricto sensu* não é verificada na China, havendo assim uma adaptação no atributo democracia tanto formal quanto substancial.

Em seguida é mencionada a imersão político-cultural como a importância da consideração do contexto cultural e político para a consecução do papel do PCCh como agente promotor de conceitos e, por conseguinte, de *policies*. O PCCh segundo Xing (2017) é visto como responsável pela disciplina e unidade nacional, possuindo legitimidade para executar modificações pró-mercado. Além de possuir uma capacidade de recepcionar conceitos oriundos de outros espaços de experiência de modo a adaptá-los à realidade chinesa, assim como conjuga o capitalismo neoliberal com o socialismo e inova conceitualmente com a economia socialista de mercado alicerçada em dois elementos: a consistência política e a adaptação ideológica, instituindo assim uma coerência entre o conceito (ato de fala) e a política que lhe é respectiva. Xing (2017) denomina esse processo de sinicização, alegando que para cada liderança do PCCh uma finalidade para atendimento desse processo foi empreendida a fim de se manter a legitimidade do PCCh.

Forças produtivas avançadas (a nova elite empresarial), cultura avançada (cultura confucionista de harmonia social e respeito de autoridade e ordem social) e interesses fundamentais (os novos constituintes sociais) são fortes discursos (logos) com o objetivo de legitimar as conseqüências geradas pela econocêntrica política de reforma e reinterpretar uma série de relações transformadas, como partido, estado, economia privada, classe, sociedade civil e mudanças culturais. Ele também teve como objetivo incorporar politicamente a ascensão de vários tipos de classes capitalistas e incorporá-los fisicamente como parte do novo constituinte do PCCh. (XING, 2017, p.97, grifo do autor, tradução nossa).<sup>104</sup>

Tal enunciado assevera a existência de um poder de estruturação ou de enquadramento muito próprio ao PCCh. “Esse enquadramento refere-se a um conjunto de ideias, conceitos, discursos e perspectivas sobre como indivíduos, grupos e sociedades percebem e processam

---

<sup>104</sup> Advanced productive forces (the new business elite), advanced culture (Confucian culture of social harmony and respect of authority and social order) and fundamental interests (the new social constituencies) are strong discourses (logos) aiming to legitimize the consequences generated by the econocentric reform policies and to reinterpret a number of transformed relations, such as party, state, private economy, class, civil society and cultural changes. It also aimed to politically embed the rise of various types of capitalist class and to physically incorporate them as part the CCP’s new constituent.

informações sobre verdade e realidade” (XING, 2017, p. 98, tradução nossa)<sup>105</sup>. Assim, essa capacidade de enquadramento define conceitos e suas implicações políticas acarretando adaptações, modificações ou mesmo inovações. A conexão entre cognição (significante, significado e conceito), mudanças (sociais, econômicas e políticas) e sua construção via linguagem (semântica), é fundamental para a estipulação do espaço de experiência e de suas *policies*, sobretudo as legitimando e as democratizando no que concerne ao seu uso de acordo com Feres Jr. (2008). Xing (2017) faz menção ao corporativismo e à cooptação de novas organizações como inerentes à relação entre estado e mercado a qual sustenta o crescimento econômico.

Se a máxima da política à frente da economia estiver correta, não é demais afirmar que o chamado *socialismo com características chinesas* é expressão deste vertiginoso processo de desenvolvimento que combina o planejamento da política geral, o controle, por parte do Estado, *dos instrumentos cruciais do processo de acumulação* e a ação microeconômica do mercado com incentivo às iniciativas comerciais locais que com o passar do tempo têm se tornado cada vez mais globais. (JABBOUR, 2010, p. 34, grifo do autor).

Tal asseveração corrobora afirmações constantes no 12º Plano quinquenal de que a China não sentiu tão frontalmente os impactos tenebrosos provenientes da crise financeira global de 2007/2008, uma vez que se adaptou internamente para tal. Isso exposto, essa inovação conceitual inaugura uma nova terminologia no vocabulário intrínseco à EPI, uma vez que, a China utiliza-se pragmaticamente do mercado de acordo com a conveniência do Estado.

Quando se pensa na relevância da identidade e da materialidade histórica e a sua reafirmação via instauração e elaboração dos planos quinquenais de forma sinérgica, se pode enaltecer a estratégia e a inteligência como guias de ações planejadas com olhos ao futuro. “As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e, dentro de cada país, de geração em geração. Por isso, a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas.” (ENGELS, 1990, p.127). Não existe uma EPI sem a compreensão de seus conceitos, os quais conformam e significam seus objetos e possuem desdobramentos em *policies*, assim como de seus principais atores, no caso o PCCh. A percepção do real e do factível somente pode ser obtida quando se analisam os efeitos que atos de fala produzem, e que os permite categorizar em conceitos existentes demonstrando continuidade ou propiciando transformações. Desse modo,

---

<sup>105</sup> This framing refers to a set of ideas, concepts, discourses, and perspectives on how individuals, groups, and societies perceive and process information about truth and reality.

a emergência do termo economia socialista de mercado corresponde a uma inovação conceitual, não representando, pois, a China como sendo neoliberal *stricto sensu*.

A China é singular exemplo de que a prática de políticas de controle pode utilizar a acumulação de capital de forma benéfica, não recaindo no abismo da desregulamentação, especulação e afins. “A imposição de modelos é assim, um dos grandes desvios de cunho liberal legados pelo século XXI e impostos de cima para baixo” (JABBOUR, 2010, p. 36). Ao se efetuar uma analogia a teorias de cunho mais objetivas e, por que não, mais simplistas, pode-se pensar que tal tipificado quando da transição do modo de produção feudal para o sistema capitalista, a China atrasada e agrária nos anos de 1970, iria adequar-se ao padrão preconizado à época, ora, o neoliberalismo. Quando da aplicação de algumas políticas consideradas pelo mundo econômico como neoliberais, pragmaticamente, através dos planos estabelecidos dentro de um horizonte temporal de cinco anos, engendrava as fundações de uma economia política inédita, ora regendo a economia, ora lhe propiciando a máxima da livre alocação, estrategicamente, de forma a obter a melhoria do posicionamento chinês no cenário internacional, ou como declarado, com vistas a lograr seu rejuvenescimento na ordem global.

A análise, a partir do espaço de experiência, considerando que a história dos conceitos é mister para de fato assimilar a recepção de estipulado conceito em peculiar realidade, atesta o axioma de que a China, assim como outros países, não é um ser a-histórico. “Além do mais, o pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com peculiaridades chinesas na nova época é uma inovação dentro das importantes teorias do Partido nesses novos tempos” (BILIANG, 2018, p. 25). Por conseguinte, nada pode testemunhar contra o advento de um modo de produção guiado pela mediação entre a política e a economia, tendo o planejamento assertivo do PCCCh como mola propulsora do desenvolvimento.

Da mesma maneira que a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países, a transição capitalismo-socialismo não é algo possível, cientificamente, fora dos marcos nacionais. Deve-se essa conclusão particular ao fato de os ritmos e as transformações se condicionarem (também) a fatores internos de cada formação. (JABBOUR, 2010, p. 48).

A recepção na China do termo neoliberalismo, com origem no liberalismo clássico, não se deu de maneira *top-down*. Ao contrário, variáveis como configuração social, meios de produção e até mesmo a superestrutura atinente aos ciclos temporais relativos a cada plano quinquenal, foram precípuos para a diretiva de toda a política, mormente àquelas pertinentes à economia. Destarte, embora o termo conceitual economia socialista de mercado somente

tenha sido oficialmente proferida e formalizada durante o 9º Plano (1996-2000), suas bases já vinham sendo alicerçadas desde 1978 de acordo com a capacidade de adaptabilidade e de resiliência, de acordo com Xing (2017), somente aguardando o momento ideal para de fato transformar a ideia em conceito e o conceito em *policy*.

Ao se indagar as terminologias conceituais constituintes da EPI contemporânea, a aparição da denominação economia socialista de mercado exprime a configuração de uma inovação conceitual. Muitos teóricos do ocidente categorizam tal terminologia como falaciosa por não testificarem compatibilidade entre substratos ideológicos aparentemente opostos. Cumpre salientar que, embora no senso comum, mercado e capitalismo tenham o mesmo significado, essa correspondência não se faz verdadeira. Quando se executa um exame mais acurado, pode-se ainda induzir à instituição de uma nova forma de acumulação de capital, isto é, a inauguração de uma EPI insólita no estudo de caso, China. Dessa maneira, cabe alegar que tal qual às etapas inerentes à dinâmica internacional de ápice, constituição/consolidação e derrocada de sistemas globais, independentemente do domínio, a inovação conceitual empreendida e concretizada nesse espaço de experiência, poderá ser em relação ao mundo, um novo conceito sacramentado no léxico, ou apenas, um símbolo que nomeia a passagem para o futuro ainda desconhecido tanto no que defronta ao conceito quanto aos efeitos perscrutados em *policies*, uma vez que inexistem transições imediatas. Existe, ora, a necessidade premente de conciliar mercado com política, em sentido amplo, para possibilitar uma latente alternância de compostos complexos norteados por Estados. Entretanto, na conjuntura presente, o que se mantém é uma relação amistosa construída e planejada entre PCCh e mercado. “A grande pré-condição de todo esse complexo político-econômico reside no controle estatal sobre os setores estratégicos da economia e principalmente o controle dos instrumentos cruciais ao processo de acumulação” (JABBOUR, 2010, p. 69). Essa asserção nos permite alterar uma possível dicotomia para a premissa de que os opostos permitem alcançar a completude, ou seja, visa realçar o funcionamento de um sistema simultâneo neoliberal e socialista que desde o início das Reformas de 1978 guia a conduta política e econômica da China, desencadeando um conceito inédito que restaura e consolida a legitimidade do PCCh dentro da China e torna o conceito coerente com suas *policies* e com seus efeitos, validando significante e significado e fazendo ser compatíveis o ideal e o real.

## CONCLUSÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi o de apontar parâmetros e atributos caracterizadores de instâncias conceituais para aquilo que é feito pela China dentre tantos conceitos passíveis de existirem e sua correlação no plano abstrato com sua aplicação prática, dentre os anos de 1976 a 2015, instaurando continuidades, descontinuidades ou transformações a partir da recepção de conceitos e da implementação de suas *policies*, no caso, o neoliberalismo, no espaço de experiência, *locus*, deste trabalho.

Para tanto, foi necessário recorrer à construção de um instrumental metodológico próprio, ancorado na teoria e na história dos conceitos a fim de possibilitar, de fato, uma análise complexa. Desse modo, esse ferramental composto pela matriz aqui formulada, a partir de Koselleck (2006) e de Sartori (1970), fez com que os atos de fala manifestados pela linguagem pudessem ser expressos em documentos oficiais, formalizando a condução e, mais do que isso, nomeando conceitos de maneira peculiar, ao invés de simplesmente universalizá-los. Assim, ao agregar à análise o arcabouço teórico de Sartori (1970), tornou-se plausível tangibilizar o abstrato via análise de políticas empreendidas com base no conceito utilizado no espaço de experiência em questão.

Assim, a hipótese da pesquisa de que a economia socialista de mercado seria a instância conceitual que permitiria à China utilizar-se pragmaticamente de políticas de cunho neoliberal, em sentido estrito, para a acumulação de capital com a aquiescência do Estado, é corroborada, uma vez que, ao analisar cuidadosamente os Planos Quinquenais como mistos de políticas neoliberais com intervenção do Estado com a finalidade de que sejam conduzidas conforme sua conveniência, instaura uma ruptura no léxico da EPI contemporânea, ao propor algo inédito, denominado como economia socialista de mercado. Para compreendê-la, Lessa (2010) foi de fundamental importância ao arguir que somente se pode compreender a política, em sentido amplo, quando ela é materializada no real, e quando esse real responde no mesmo idioma daquele que se perguntou. Cabe nesse momento, retomar a pergunta que orienta essa pesquisa, ou seja, a China recepciona o “neoliberalismo” através da constituição de um novo conceito, pela continuidade ou descontinuidade daquele já existente?

Essa pergunta é respondida por meio de uma inovação conceitual que instaura o surgimento de um novo conceito básico que norteia a condução político-econômica do espaço de experiência, China, tanto interna quanto externamente. Mais do que isso, essa condução rigidamente planejada possibilita que esse País angarie melhoria significativa na sua posição no cenário internacional e cause movimentos que tendem a redefinir a geografia econômica.

Ademais, a conjugação de forma amistosa de conceitos considerados pelo Ocidente como antagônicos e opostos, reforça a premissa da teoria de conceitos de que os contrários se complementam, conforme Jasmin (2005), e que trajetórias bem-sucedidas podem ser oriundas desses processos.

A análise de cada Plano Quinquenal dentro do período de tempo contemplado, permitiu vislumbrar uma coordenação minuciosa entre planejamento, história e particularidades tão *sui generis* à China naqueles momentos nos quais ela se encontrava. Um passo no presente, respeitando o passado com foco no futuro, de forma sinérgica e conectada, fez com que a China potencializasse suas políticas em vários setores, com o PCCh à espreita de um controle para que as mazelas neoliberais tão conhecidas no lado Atlântico não viessem a prejudicar o novo conceito há pouco concebido. Isso exposto, reconhece-se a grande importância em promover um capitalismo de mercado com uma conexão cognitiva com a herança de sua legitimidade política do socialismo. “O PCCh tem lutado para construir uma mistura desajeitada, mas pragmática combinando o logo socialista [identidade socialista] com as forças do mercado” (XING, 2017, p. 98, tradução nossa)<sup>106</sup>. Os atributos que constituem a economia socialista de mercado através de suas *policies* não tem função acessória, pelo contrário, são indispensáveis para a legitimação dessa inovação conceitual. Por isso, o PCCh tornou-se ator chave para o entendimento de mudanças ocorrentes por meio da estipulação de conceitos e da implementação de suas *policies* que devem ser condizentes à realidade vigente do espaço de experiência determinado.

Por isso, dizer que a China é neoliberal não é cabível, uma vez que mesmo sendo inserida em uma ordem na qual prevaleça a globalização neoliberal, e mesmo utilizando diversas vezes das benesses que o neoliberalismo oferece, a China se autodenomina uma economia socialista de mercado. Ao mencionar Koselleck (2006), é explicitado que os novos conceitos podem se estabelecer no léxico, sacramentando assim, conceitos insólitos, ou podem ainda ser representativos de conceitos transitórios para o florescer de outros, a médio e a longo prazos. Uma conclusão apropriada acerca do que, de fato, a China utilizará em conjunturas vindouras não nos é passível de antever pois congrega variáveis complexas e orgânicas, contudo, desde 1978 até as eras atuais, mais precisamente até o ano de 2015, o que foi visto traduz-se no surgimento de um conceito principiante à EPI e, sobretudo, com efeitos via *policies* que despertam cada vez mais a atenção do mundo para esse gigante asiático.

---

<sup>106</sup> The CCP has struggled to build an awkward but pragmatic mix by combining the socialist [socialist identity] logo with market forces.

## REFERÊNCIAS

- BAUMOL, W; LITAN, R.; SCHRAMM, C. **Good capitalism, bad capitalism and the economics of growth and prosperity**. Yale University Press, EUA, 2007.
- BERENSKOETTER, F. **Approaches to concept analysis**. Forth coming in Millennium: Journal of International Studies 45 (1), 2016. University of London.
- BILIANG, H. **40 Anos de Progresso**. In: 40 anos de Reforma e Abertura. Revista China Hoje. Edição Brasileira de China Today. Ano 2. Nº 17. Fev/Mar, 2018.
- BLECHER, Marc J. **China's struggle for a new hegemony**. Socialist Review 19 (2): 5-35; 1989.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. Cities and the Geographies of Actually Existing Neoliberalism, Antipode, 34 (3): 349–79. Brenner, N., J. Peck and N. Theodore (2010), **Variiegated Neoliberalization: Geographies, Modalities, Pathways, and Global Networks**, 10(2): 1-41, 2002.
- BURGER, t. **Max Weber's theory of concept formation: history, laws, and ideal types**. Durham: Duke University Press, 1976. 231 pp.
- CAHILL, D. **The end of laissez faire: on the durability of embedded neoliberalism**. Edward Elgar, UK, 2014.
- CARVALHO, Evandro M. **A nova era da sabedoria e do método do socialism chinês**. China Hoje. Edição Brasileira de China Today. Ano 2. Nº 17. Fev/mar, 18. Disponível em: <www.chinahoje.net>. Acesso em: 28 out. 2018.
- CAVUSGIL, Tamer S. **Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson, 2010. 510p.
- CHANG, Ha-Joon, **Breaking the Mould: An Institutional Political Economy Alternative to the Neo-liberal Theory of the Market and the State**, Cambridge Journal of Economics, 26(5): 539-59; 2002.
- CHINA STATISTICAL PRESS. **Year Book 1997**. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>. Acesso em: 01 nov. 2018.
- COLLIER, David; MAHON, James. **Conceptual “Stretching” revisited: adapting categories in comparative analysis**. The American Political Science Review, Volume 87, Issue 4, Dec (1993), 845-855.
- CONNOLLY, W. E. **The terms of political discourse**. 2nd revision. Edn, Princeton, 1983.
- CROUCH, C. **The Strange Non-Death of Neoliberalism**, Polity, Cambridge, 2011.
- ENGELS, F. **Antiduring. Paz e Terra**. São Paulo, 3ª ed., 1990.

FERES JR., João. O conceito de América: conceito básico ou contra-conceito? **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 45, 2008.

FERREIRA, P. R.; DIB, L. A. da R. **Uma proposta de arcabouço teórico para análise do comportamento dos investimentos diretos estrangeiros em economias emergentes.** **Revista Ciência e Administração**. Fortaleza, v.21, n.2, p.499-530, jul./dez. 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: A construção do conceito.** Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 2103. 2015.

FRIEDMAN, M. **The Role of Monetary Policy**, *The American Economic Review*, 58(1): 1-17, 1968.

GERRING, J. What makes a concept good? A criterial framework for understanding concept formation in the social sciences. **Polity**, vol. 31, nº 3 (spring 1999) pp. 357-393 Boston University.

GILPIN, R. **Global Political Economy: understanding the international economic order.** New Jersey: Princeton University Press, 2001.

GOERTZ, G. **Social Science Concepts: A user's guide.** Princeton University Press, 2006.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism.** Oxford University Press, 2005.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo.** Tradução: Rogério Bettoni. 1ª edição-Sao Paulo. Boitempo, 2016.

HAYEK, F.A., **Law Legislation and Liberty**, Volume 2: The Mirage of Social Justice, University of Chicago Press, Chicago, 1978.

HELLEINER, E., **States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s**, Cornell University Press, Ithaca, 1994.

HUANG, Y. **Capitalism with Chinese characteristics: Entrepreneurship and the State.** Cambridge University Press, 2008.

JABBOUR, Elias. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2010. 389 pgs.

JAGUARIBE, Ana. **Visões de futuro: A China e seus desafios, elementos do debate atual.** *Política Externa*. São Paulo, v. 18, p. 131-144, Março, Abril, Maio. 2010.

JASMIN, Marcelo G; História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 20, nº 57, fevereiro 2005.

JIABAO, Wen. The 11<sup>th</sup> five year plan: targets, paths and policy orientation. 2006. Disponível em: <<http://www.gov.cn/english/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar desde 1500.** Editora Campus, 1989.

KISSINGER, H. **On China**. London: Penguin, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures past**: on the semantics of historical time. Translated by Keith Tribe. Columbia University Press New York. Originally published in English: Cambridge, Mass.: MIT Press, 1985. In series: Studies in contemporary German social thought.

KRÜGER, J. Productivity and structural change: a review of literature. **Journal of Economic Surveys**, v.22, n.2, pp. 330-363, 2008.

KRUGMAN, P, **All the President's Zombies**. The New York Times, August 24, 2009. Disponível em: <<http://www.nytimes.com>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

LARNER, W. Neoliberalism: policy, ideology, governmentability. **Studies in political economy**, 63, autumn, 2000.

LEITE, Alexandre C. C. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês-1978-2008**: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2011.

LESSA, R. Da Filosofia Política e da Crença (ou das condições necessárias para a experiência do pensamento sobre a política). In NOVAES, Adauto (org.). **Mutações: a experiência do pensamento**. São Paulo: Edições SESC SP, 2010.

LI, Minqi. **The rise of China and the demise of the capitalist world economy**. Pluto Press, 2008.

MACARTNEY, H. **Variegated Neoliberalism**: EU varieties of capitalism and international political economy. Routledge Publishing, 2011.

MADDISON, A. **The world economy - a millennial perspective**. Paris: OECD, Development Centre Studies, 2001.

MAIA, Fernando N. da C. **Uma história do conceito "Balance of Power"**. Tese de Doutorado. PUC-RIO, 2015.

MASIERO, Gilmar; COELHO, Diego. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia *going global*. **Revista de Economia Política**, vol. 34, no 1 (134), pp. 139-157, janeiro-março/2014

MEDEIROS, C.A. Crescimento, inserção externa e estratégias de desenvolvimento no Brasil e na China. In. GUIMARAES, S.P. (Org) **Brasil e China**: multipolaridade. Brasília: IPRI, FUNAG, 2003

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo antigo e moderno**. Nova Fronteira. (1991)

MIROWSKI, P. Postface: Defining Neoliberalism. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (eds). **The Road from Mont Pelerin** - The Making of the Neoliberal Thought Collective. Harvard University Press, Cambridge, MA, pp. 417–455. 2009.

MONTEIRO NETO, Aristides M. **Dilemas do desenvolvimento na China**: crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à Globalização). Textos para discussão nº1126. IPEA, Rio de Janeiro, 2005.

MONTESQUIEU, C. **Do Espírito das Leis**. Livro 12. Tradução Cristina Murachco. Editora: Martins Fontes. São Paulo, 2000.

NEVES, José A. M. **A China como economia socialista de mercado**: visões e versões do modelo chinês. Trabalho de Conclusão de Curso. UNISUL, 2011.

O'CONNOR, J. **The Fiscal Crisis of the State**, St Martin's Press, New York, 1973.

OVERBEEK, H; APELDOORN, B. **Neoliberalism in Crisis**. Palgrave Macmillan, England, 2012.

OVERBEEK, H. Transnational class formation and concepts of control: towards a genealogy of the Amsterdam Project in international political economy. **Journal of International Relations and Development**, 7, 113–141, 2004.

OVERBEEK, H. Globalizing China: A Critical Political Economy Perspective on China's Rise. In: CAFRANY, A; TALANI, L; MARTIN, G. Palgrave Macmillan, **The Palgrave Handbook of critical international political economy**. England, 2016.

PANITCH, L; GINDIN, S. (2012), **The Making of Global Capitalism**: The Political Economy of American Empire, Verso, New York. 2012.

PINTO, Raquel V. **A China de Deng Xiaoping**. Recensão. Relações Internacionais. Dezembro, 2012, p.163-165

POCOCK, J. G. A. The history of political thought: a methodological enquiry. In: LASLETT, Peter; RUNCIMAN, W. G. **Philosophy, politics, and society**: second series, Oxford, Blackwel, 1969.

POULANTZAS, N., **State Power Socialism**, Camiller, London: Verso, 1978.

RAMOS, Danielle Silva. **O Brasil e a República Popular da China**: Política externa e relações bilaterais (1974-2004). 2006. 390 f. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2006

ROUSSEAU, J. **Do Contrato Social**. Livro 2. Edição Ridendo Castigat Mores. Tradução: Rolando Roque da Silva. 1947.

ROSTOW, W.W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

SASSOON, Anne Showstack. **Gramsci's politics**. London: An Imprint of Century Hutchinson Ltd. 1987.

SARTORI, Giovanni. Concept Misformation in Comparative Politics. **The American Political Science Review**, Vol. 64, No. 4 (Dec., 1970), pp. 1033-1053.

SCANDIUCCI FILHO, J. Além da teoria da estabilidade hegemônica. In: **As Transformações do Sistema Monetário Internacional**. Org: CINTRA, M; MARTINS, A. IPEA, 2013.

SERRA, A. M. de Almeida. **China: as reformas econômicas da era pós- Mao Zedong**. CEa/ISEG-ECONOMICAS, 1995.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory**, 8 (1): 3-53. 1969.

\_\_\_\_\_ A reply to my critics, In James Tully (ed.), **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**, Princeton, Princeton University Press. 1988.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China Moderna: Quatro séculos de história**. Companhia das Letras, 1995. Tradução: Tomás Rosa Bueno e Pedro Maia Soares.

STIGLITZ, Joseph. **America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy**, W.W. Norton and Co., New York, 2010.

THE STATE COUNCIL – THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. Special Report Retrospect - Disponível em: <[http://www.gov.cn/english/special/115y\\_rs.htm](http://www.gov.cn/english/special/115y_rs.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

THE 7<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN. THE STATE COUNCIL – THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. Special Report Retrospect - Disponível em: <[http://www.gov.cn/english/special/115y\\_rs.htm](http://www.gov.cn/english/special/115y_rs.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

THE 8<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN. THE STATE COUNCIL – THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. Special Report Retrospect - Disponível em: <[http://www.gov.cn/english/special/115y\\_rs.htm](http://www.gov.cn/english/special/115y_rs.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

THE 11<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN. THE STATE COUNCIL – THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. Special Report Retrospect - Disponível em: <[http://www.gov.cn/english/special/115y\\_rs.htm](http://www.gov.cn/english/special/115y_rs.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

THE 12<sup>th</sup> FIVE YEAR PLAN. THE STATE COUNCIL – THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. Special Report Retrospect - Disponível em: <[http://www.gov.cn/english/special/115y\\_rs.htm](http://www.gov.cn/english/special/115y_rs.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

UNCTAD - **Global Value Chains: investments and trade for development**. World Investment Report, United Nations, pp.1-264. Disponível em: <[www.unctad.org](http://www.unctad.org)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

XING, L. **The Endgame or Resilience of the Chinese Communist Party's Rule in China: A Gramscian Approach.** Journal of Chinese Political Science/Association of Chinese Political Studies. 19 April 2017.

XING, L. **The expansion of China's global hegemonic strategy:** implications for Latin America. JCIR Special Issue, 2016.

ZHENG, L. O Caminho do Desenvolvimento Econômico Chinês. Tradução Nadjia Nicolaevsk /Marcel Nicolaevski [S/l: s/d], 2011. Disponível em: <[www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/china](http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/china)>. Acesso em: 27 out. 2018.

WADE, Robert. The role of industrial policy in developing countries. In: **Rethinking Development Strategies after the Financial Crisis** – Volume I: Making the Case for Policy Space, 1990.

WALLERSTEIN, I. **The Capitalist world economy.** Cambridge University Press, 1989.

WOOD, E., **Empire of Capital,** Verso, New York. 2003.